

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO
CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA
CAES “CEL PM NELSON FREIRE TERRA”
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS – CAO-I/11



Cap PM Marcelo Zanchetta

O ESTUDO DO ERRO NA VITIMIZAÇÃO DO POLICIAL MILITAR

SÃO PAULO

2011

Cap PM Marcelo Zanchetta

O ESTUDO DO ERRO NA VITIMIZAÇÃO DO POLICIAL MILITAR

Dissertação apresentada no
Centro de Altos Estudos de Segurança,
como parte dos requisitos para obtenção
do Mestrado profissional em Ciências
Policiais de Segurança e Ordem Pública.

Maj PM Levi Anastácio Felix - Orientador

SÃO PAULO

2011



POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO

CENTRO DE ALTOS ESTUDOS DE SEGURANÇA

CAES “CEL PM NELSON FREIRE TERRA”

CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS – CAO-I/11

Cap PM Marcelo Zanchetta

O ESTUDO DO ERRO NA VITIMIZAÇÃO DO POLICIAL MILITAR

Dissertação apresentada no Centro de Altos Estudos de Segurança, como parte dos requisitos para obtenção do Mestrado profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública.

- () Recomendamos disponibilizar para pesquisa
- () Não recomendamos disponibilizar para pesquisa
- () Recomendamos a publicação
- () Não recomendamos a publicação

São Paulo, _____ de _____ de 2011.

Ten Cel PM Glauco Silva de Carvalho

Maj PM Levi Anastácio Felix

Dr. Gustavo Octaviano Diniz Junqueira

Resumo

Este trabalho discute o estudo para a busca da minimização da vitimização por homicídio, de policial militar da ativa, no horário de folga. A preocupação por parte do Oficial Comandante vai além de cumprir e fazer cumprir as ordens, mas representa o verdadeiro papel de liderança, na medida em que se preocupa com o bem-estar de seus superiores, pares e subordinados; sendo esta uma virtude da liderança capaz de entender a existência de um perigo, analisar o risco decorrente deste fator e procurar gerenciar o risco, procurando com isso a valorização do miliciano e a preservação da vida do policial militar, respeitando os Direitos Humanos. A pesquisa foi baseada em levantamentos bibliográficos, além de questionários encaminhados a policiais militares de Unidades de Policiamento Ostensivo, Unidades do Policiamento de Choque e Unidades Administrativas. A última etapa compreendeu uma análise entre o levantamento bibliográfico e as informações obtidas junto aos policiais militares. Conclui-se que a vitimização do policial militar em seu horário de folga possui relação direta com a infringência de alguma condição de segurança, incluindo o cometimento de transgressão ou crime, muitas vezes ocorrendo o resultado morte, como consequência de ações e posturas adotadas anteriormente.

Palavra-chave: Polícia Militar. Vitimização. Segurança.

Abstract

This paper discusses the study seeks to minimize the victimization of murder, military police active in the off hours. The concern by the Commanding Officer will also abide by and enforce the orders, but is the real leading role, as that is concerned with the welfare of his superiors, peers and subordinates, which is a result of the able leadership to understand that there is a danger, to analyze the risk due to this factor and try to manage risk, looking for the appreciation of the militia and the preservation of life of military police, respecting human rights. The research was based on literature surveys, and questionnaires sent to police patrolling military units, units of Special Forces and administrative units. The last step involved a review of the literature and information obtained from the military police. We conclude that the victimization of the military police in his off hours has direct relation to any breach of any provision of security, including the commission of offense or crime, often the result of death occurring as a result of actions and positions taken earlier.

Keyword: Military Police. Victimization. Security.

Lista de Tabelas

Tabela 1 – Policiais Militares Mortos em Serviço- 1991/2011	24
Tabela 2 - Policiais Militares Mortos Fora de Serviço – 1991/2011. (continua)	24
Tabela 3 – Percentual de Registros catalogados	45
Tabela 4 – Delimitação de quesitos para a catalogação dos Registros.	46
Tabela 5 – Efetivo fixado por especialidade de Unidade.....	46
Tabela 6 – Comparativo entre homicídio e tentativa.	47
Tabela 7 – Casos por dia da semana.....	47
Tabela 8 – Período do dia.	48
Tabela 9 – Tipo de local onde ocorreu o crime.	48
Tabela 10 – Situação em que o crime ocorreu na via pública.	49
Tabela 11 - Situação em que o crime ocorreu no local fechado.....	49
Tabela 12 – Idade do Policial Militar vítima.	50
Tabela 13 –Tempo de serviço do Policial Militar vítima.....	50
Tabela 14 – Posto ou Graduação dos Policiais Militares vítimas.	51
Tabela 15 – Sexo do Policial Militar vítima.	51
Tabela 16 – Situação conjugal dos Policiais Militares vítimas.....	52
Tabela 17 – Portabilidade de arma de fogo pelo Policial Militar vítima.	52
Tabela 18 – Quantidade de agressores.	53
Tabela 19 – Existência de testemunha.	53
Tabela 20 – Quantidade de disparos sofridos pelos Policiais Militares.	54
Tabela 21 – Socorro dos Policiais Militares vítimas.	54
Tabela 22 – Circunstâncias em que se deram o crime.	55
Tabela 23 – Período em que os pesquisados permanecem com arma na folga.....	57
Tabela 24 – Entrevistados que já foram vítimas.....	57
Tabela 25 – Entrevistados que frequentam bar.....	58
Tabela 26 – Entrevistados que frequentam bar portando arma.	58
Tabela 27 – Entrevistados que fazem uso de motocicleta.	58
Tabela 28 – Entrevistados que fazem uso de motocicleta armado.	59
Tabela 29 – Treinamento anual dos entrevistados.....	59
Tabela 30 – Entrevistados que já realizaram treinamento em trajes civis.....	60
Tabela 31 – Avaliação pessoal quanto ao preparo para agir na folga.....	60
Tabela 32 – Sentimento de segurança quando porta arma na folga.	61
Tabela 33 – Reação desarmada.	61
Tabela 34 – Intervenção desarmada.....	62
Tabela 35 – Intervenção estando de folga e armado.	62
Tabela 36 - Taxa de homicídio e roubo por 100 mil habitantes.....	93
Tabela 37 - Homicídios na capital do Estado de São Paulo no período de 2000 a 2011	95
Tabela 38 - Comparativo entre quantidade de agressores e disparos.....	97
Tabela 39 - Relação entre treinamento e preparo.....	97
Tabela 40- Relação entre Portabilidade da arma e preparo.....	98
Tabela 41 - Tempo de serviço e homicídio ou tentativa de homicídio.....	98

Lista de Gráficos

Gráfico 1 – Gráfico de homicídios de Policiais Militares em serviço.....	25
Gráfico 2 - homicídios de Policiais Militares de folga	26
Gráfico 3 – Comparativo entre homicídios de policiais militares de serviço e de folga.	26
Gráfico 4 – Efetivo fixado por especialidade de Unidade	46
Gráfico 5 – Comparativo entre homicídio e tentativa.....	47
Gráfico 6 – Casos por dia da semana.	48
Gráfico 7 – Período do dia.....	48
Gráfico 8 – Tipo de local onde ocorreu o crime.....	49
Gráfico 9 – Situação em que o crime ocorreu na via pública.	49
Gráfico 10 - Situação em que o crime ocorreu no local fechado.	50
Gráfico 11 – Idade do Policial Militar vítima.	50
Gráfico 12 - Tempo de serviço do Policial Militar vítima.	51
Gráfico 13 - Posto ou Graduação dos Policiais Militares vítimas.	51
Gráfico 14 – Sexo do Policial Militar vítima.	52
Gráfico 15 - Situação conjugal dos Policiais Militares vítimas.	52
Gráfico 16 - Portabilidade de arma de fogo pelo Policial Militar vítima.....	52
Gráfico 17 - Quantidade de agressores.	53
Gráfico 18 - Existência de testemunha.....	53
Gráfico 19 - Quantidade de disparos sofridos pelos Policiais Militares.	54
Gráfico 20 - Socorro dos Policiais Militares vítimas.....	54
Gráfico 21 - Circunstâncias em que se deram o crime.....	55
Gráfico 22 - Período em que os pesquisados permanecem com arma na folga.	57
Gráfico 23 - Entrevistados que já foram vítimas.....	57
Gráfico 24 - Entrevistados que frequentam bar.....	58
Gráfico 25 - Entrevistados que frequentam bar portando arma.....	58
Gráfico 26 – Entrevistados que fazem uso de motocicleta.....	59
Gráfico 27 – Entrevistados que fazem uso de motocicleta armado.....	59
Gráfico 28 – Treinamento anual dos entrevistados.	60
Gráfico 29 – Entrevistados que já realizaram treinamento em trajes civis.	60
Gráfico 30 – Avaliação pessoal quanto ao preparo para agir na folga.	61
Gráfico 31 – Sentimento de segurança quando porta arma na folga.	61
Gráfico 32 – Reação desarmada.....	62
Gráfico 33 – Intervenção desarmada.	62
Gráfico 34 – Intervenção estando de folga e armado.....	62
Gráfico 35 - Taxa de homicídio por 100 mil habitantes.	94
Gráfico 36 - Taxa de roubo por 100 mil habitantes	94
Gráfico 37 – Taxa de latrocínio por 100 mil habitantes	94
Gráfico 38 - Homicídios na capital do Estado de São Paulo no período de 2000 a 2011	95

Lista de Abreviaturas e Siglas

GESPOL	- Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo
NORSOP	- Normas para o Sistema Operacional de Policiamento
POP	- Procedimento Operacional Padrão
RPV	- Relatório de Policial Vítima
SISUPA	- Sistema de Supervisão e Padronização
1ª EM/PM	- Primeira Seção do Estado-Maior da Polícia Militar

Sumário

Introdução	10
1 Recorte acadêmico da criminalidade, violência e vitimização	13
1.1 Considerações iniciais.....	13
1.2 Criminalidade, banalização da violência e vitimologia.....	13
1.2.1 Breves apontamentos dos estudos da criminalidade	13
1.2.2 Banalização da violência	18
1.2.3 Surgimento do crime organizado	19
1.2.4 Vitimização.....	21
1.3 Fenomenologia da vitimização do policial militar	23
1.3.1 Adesão ao serviço	28
1.4 Considerações finais	29
2 Contextualização à respeito da vitimização.....	31
2.1 Considerações iniciais.....	31
2.2 Ensino	31
2.3 Valorização.....	38
2.3.1 Enfoque dos Direitos Humanos.....	40
2.3.2 Hostilidade ao policial militar.....	40
2.4 Considerações finais	41
3 Pesquisa	43
3.1 Comentários iniciais.....	43
3.2 Pesquisa em arquivos da Corregedoria da Polícia Militar.....	45
3.3 Pesquisa com fonte de dados primários	55
4 Discussão	63
4.1 Considerações iniciais.....	63
4.2 Circunstâncias	63
4.2.1 Estudo comportamental.....	64
4.2.2 Análise do risco.....	66
4.2.3 Tratamento do erro	68
4.2.4 Confiança	70
4.2.5 Despreparo	71
4.2.6 Risco desacreditado.....	73
4.2.7 Ingestão de bebida alcoólica	75
4.2.8 Rotina.....	76
4.2.9 Fator surpresa	78
4.2.10 Envolvimento com a criminalidade	80

4.2.11 Personalidade agressiva	82
4.2.12 Portabilidade de armamento.....	84
4.2.13 Função exercida na Instituição e preparo policial	85
4.2.14 Conduta e postura social.....	86
4.3 Motivos.....	88
4.3.1 Motivos passionais	89
4.3.2 Resposta inadequada frente ao perigo	90
Conclusão	93
Bibliografia	100
APÊNDICE A – Memento de Diretriz: Programa de preservação da vida do policial militar	105

Introdução

A Polícia Militar seleciona dentre os voluntários na sociedade e forma seus integrantes de maneira profissional e gabaritada para que possam exercer as diversas funções, quer na área administrativa, quer nas atividades operacionais.

O militar do Estado passa a ser Agente Público e devido a sua atividade profissional ou em razão dela corre risco quanto a sua integridade física não só durante a realização do seu trabalho, mas também nos momentos em que se encontra de folga.

A Instituição possui cursos e estágios de aperfeiçoamento voltados para a atividade Policial-Militar, em especial para a realização do policiamento ostensivo. Neste mister, o policial militar ao encerrar seu serviço retira sua farda e passa a circular pelas ruas, onde poderá deparar com situações de risco ou ser vítima de ofensa a sua integridade física.

O policial militar é orientado quanto a sua segurança; no entanto, ainda continua a ser vítima de homicídio, quando se encontra fora do serviço.

Diante do objeto de pesquisa aqui delimitado, tem-se como problema de pesquisa a seguinte formulação:

Em quais circunstâncias e por que os policiais militares da ativa são vítimas de homicídio, no horário de folga?

Neste questionamento encontram-se dois aspectos explorados no presente estudo, compreendendo a primeira parte, o questionamento a respeito das “circunstâncias”, ou seja, em quais situações pode ser verificado um aumento do risco à integridade física do policial militar; e, na segunda parte da questão, se procurou abordar “por que”, no aspecto da identificação dos motivos do homicídio de policial militar.

Ao responder este questionamento espera-se trazer idéias aos Comandantes, no sentido de possibilitar a compreensão e com isso promover posturas de conscientização, orientação e treinamento para minimizar a vitimização, por homicídio, de policiais militares da ativa, em horário de folga.

Em princípio, para responder ao questionamento apresentado, surgem algumas hipóteses, que podem explicar ou mesmo apontar as respostas à vitimização dos policiais militares em horário de folga.

Apresenta-se então como hipótese inicial em resposta a primeira parte da questão, ou seja, sob o aspecto da circunstância, que pode levar ao homicídio do policial militar, a situação quando de folga assume uma postura transgressora de algum regimento ou ao portar armamento de forma inadequada, expõe sua segurança em ocasiões e locais, que não são necessários ou que oferecem grande risco ao policial. Esta hipótese procura focar as circunstâncias envolvendo a infringência de leis, normas e regulamentos; a portabilidade da arma de fogo, identificação de ocasiões e locais de risco.

Na hipótese seguinte, já no aspecto do motivo, ou seja, quanto à segunda parte do questionamento, o policial militar de folga, ao se deparar com um flagrante delito, vem a ser vítima de homicídio, no momento em que esboça uma reação frustrada ou quando age de forma despreparada. Esta hipótese então focaliza a questão da reação e o despreparo, como sendo as causas do homicídio.

Na estrutura militar existe a figura do Subordinado e do Comandante, na qual Comandar não significa apenas “mandar” e sim, estar junto com os comandados; portanto, não basta ordenar e fiscalizar, mas sim saber que é atribuição do Superior avaliar e orientar a tropa para que cada integrante zele pela sua integridade, e atingir com isso uma das virtudes do Comandante, preocupado com a valorização do policial militar.

Ao se estudar o “erro”, no aspecto da circunstância ou do motivo, que tenha gerado como resultado o homicídio do miliciano, pode ser descrito o perfil de um policial militar que é vítima de homicídio, no horário de folga; e, com isto divulgar aos integrantes da Instituição Policial-Militar para que aja uma mudança de comportamento e incida de forma preventiva na preservação da vida e da integridade física do miliciano.

O tema é de suma importância não só para os integrantes da Instituição Policial-Militar, mas para a sociedade como um todo, aumentando a sensação de segurança, na medida em que ocorrer a diminuição da vitimização do policial militar.

A metodologia da pesquisa buscou como tipo de dados quantitativos e opinativos. As fontes primárias foram pesquisadas nos bancos de dados da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo e estatísticas registradas no Estado-Maior da Polícia Militar e da Secretaria de Estado dos Negócios da Segurança Pública; bem como entrevista estruturada e estudo dos resultados de um questionário.

As fontes secundárias caracterizaram-se por obras literárias sobre o assunto, ainda que indiretamente.

O tipo de pesquisa quanto à natureza, caracterizou-se pela pesquisa aplicada; quanto à forma de abordagem, como sendo quantitativa e qualitativa; quanto aos objetivos, pesquisa descritiva; e, quanto aos procedimentos técnicos, por pesquisa bibliográfica e de levantamento.

Como tipo de instrumento e método de coleta dos dados primários foram aplicadas entrevistas face a face estruturada e questionário com questões fechadas a policiais militares da ativa, pertencentes a Polícia Militar do Estado de São Paulo; tendo como tipo de amostra não-probalística acidental.

1 Recorte acadêmico da criminalidade, violência e vitimização

1.1 Considerações iniciais

Para o desenvolvimento deste capítulo foi possível buscar o direcionamento da parte teórica, junto ao Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, com a Dissertação de Mestrado de Glauber Silva de Carvalho (1999); bem como no Centro de Altos Estudos de Segurança, com a Tese de Doutorado profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública de Glauco Silva de Carvalho (2010); e, com a Dissertação de Mestrado profissional em Ciências Policiais de Segurança e Ordem Pública de Jairo Paes de Lira (1990).

Foram incluídos estudos de outros autores, que também apresentaram trabalhos à respeito do tema. Assim, os assuntos serão divididos na seguinte ordem: a) criminalidade, banalização da violência e vitimologia; b) Fenomenologia da vitimização do policial militar.

1.2 Criminalidade, banalização da violência e vitimologia.

Neste contexto, para que se possa fazer um estudo da criminalidade é preciso analisar diversos pontos de vista, que buscam sob aspectos particulares de observação, anteriormente pesquisados e que ajudam no devido esclarecimento, evidentemente respeitando o contexto histórico de cada estudo.

1.2.1 Breves apontamentos dos estudos da criminalidade

Para melhor orientação e análise serão comentadas as correntes predominantes em uma retrospectiva à respeito de violência e criminalidade.

Remontando em trinta anos de estudos, a corrente institucional se apresenta inicialmente, em um contexto histórico e político do final do Regime Militar; ou seja, nas décadas de setenta e oitenta.

A corrente dos pesquisadores, nessa época política, apontava para críticas ao Estado, onde serão apresentados de forma sucinta, os seguintes autores: Edmundo Campos Coelho, que traz críticas à Polícia Militar e ao Sistema Carcerário e Antonio Luiz Paixão, que critica a Polícia Civil.

Edmundo Campos Coelho aponta que atribuir fatores socioeconômicos para melhor explicar a criminalidade nas metrópoles constitui na verdade uma afronta aos direitos fundamentais do homem (COELHO, 2005, p.284).

Ocorre, então, no pensamento do mencionado autor, uma discriminação social e a Polícia criminaliza os menos favorecidos de forma preconceituosa, indicando que as estatísticas oficiais refletem a ingerência da organização policial frente às necessidades de apresentar respostas às pressões políticas. (COELHO, 2005, p.285).

Socialmente falando, na visão de Edmundo Campos Coelho, verifica-se certo domínio de uma classe social para com as outras e por essa razão é que a associação entre criminalidade e marginalidade social deixa de ser uma resposta às causas da criminalidade e passa a evidenciar uma ingerência política e de resposta a sociedade. (COELHO, 2005, p. 287).

Coelho (1987) dentre outros estudos, também pesquisou a problemática das penitenciárias, criticando a forma como os presos não são reeducados, onde o sistema prisional não cumpre com seu papel:

É muito provável que a Penitenciária seja, definitivamente, uma daquelas Instituições que, paradoxalmente, são indispensáveis e certamente porque fracassam em sua missão específica. Quanto menos conseguem ressocializar e reintegrar à sociedade o criminoso, mais proliferam e mais recursos consomem. Mas também é certo que a sociedade que produz o criminoso não pode, por justiça, investir nas prisões, com a lógica do custo-benefício. Tão distante da mentalidade preventiva que não concede ao preso o direito ao tratamento digno, quanto da demagogia libertatória, que o transforma em vítima ou das ideologias profissionais que o pretendem um 'doente' a ser curado por múltiplas terapias, aí esta o dever do estado, simultânea e simplesmente proteger a sociedade, mas também sem agressor (COELHO, 1987, p.17).

Neste estudo Coelho aponta sérias falhas na política das execuções penais, junto ao sistema penitenciário, que resulta em um processo vicioso de manutenção da criminalidade, vez que o criminoso não abandona a prática delitiva.

Paixão (1983) realizou um estudo na cidade de Belo Horizonte referente à afinidade entre pobreza e criminalidade, apontando que existe esta relação comprovada, com base nas estatísticas oficiais; no entanto adverte que esta aceitação é problemática, em decorrência de contingências organizacionais, sobretudo da categorização do delito nos Inquéritos Policiais (PAIXÃO, 1983, p.41).

A segunda corrente que pode ser indicada caminhando no contexto histórico, já mais recente, trata-se da corrente dos Direitos Humanos, onde são apontados como pesquisadores, Sérgio Adorno; Paulo Sérgio Pinheiro, Maria Victória Benevides e Rosa Maria Fischer Ferreira.

Adorno (1988) trouxe um estudo voltado à questão sociológica da criminalidade:

A grosso modo, poder-se-ia dizer que os estudos sociológicos procuram deslindar as causas e a dinâmica da criminalidade, nesta sociedade, enfatizando o conhecimento do papel social dos autores de delito, a distribuição de ocorrências delituosas segundo variáveis determinadas, as relações entre o movimento da criminalidade e o modo de operar dos aparelhos encarregados de exercer controle e vigilância sobre a ordem pública (ADORNO, 1988, p.05).

Adorno então aponta a importância de um estudo não só do crime ou do criminoso, mas de forma interativa observar a movimentação da criminalidade e como o Estado, por intermédio das Instituições responsáveis pela ordem pública, atua neste contexto.

Adorno (1998) também pesquisou a criminalidade juvenil em São Paulo, no período de 1988 a 1991:

O envolvimento de adolescente com o crime organizado, embora os resultados desta pesquisa não confirmem, é possível, aqui também, que as autoridades encarregadas da contenção da ordem pública não estejam preparadas para captar o fenômeno. Nada impede de suspeitar que as gangues ou bandos de adolescentes delinquentes estejam dispersos pela periferia urbana de São Paulo, agindo em locais de difícil acesso para a vigilância policial, daí porque 'invisíveis' ao crivo dessa agência de repressão ao crime. Essa é, entre outras, umas das possíveis explicações (ADORNO, 1998, p.201).

Esta questão apontada por Adorno alerta para o envolvimento do adolescente com o crime organizado, bem como, na visão daquele autor, a falta de preparo das autoridades para enxergar e adotar posturas repressoras a este fenômeno.

Outra questão focada por Adorno (1990), diz respeito à mudança do comportamento criminal, notada nos últimos anos:

Nas duas últimas décadas, as grandes metrópoles brasileiras mais particularmente São Paulo e Rio de Janeiro, vem assistindo a uma mudança significativa no movimento de sua criminalidade a despeito das reconhecidas limitações das estatísticas oficiais, elas estão aí a espelhar o crescimento vertiginoso das ocorrências criminais, como também substancial transformação dos padrões de comportamento delinquencial. Os assaltos a bancos, tráfico de drogas, seqüestros, homicídios, estupro indicam a consolidação de um padrão coletivo organizado que contrasta com a ação do delinqüente noturno e solitário, o 'meliante', figura nostálgica cada vez mais condenada ao desaparecimento (ADORNO, 1990, p. 02).

É notória a ingerência organizada das chamadas facções criminosas, onde de fato, o criminoso passa a contar com verdadeiras estruturas ilegais para a concretização das intenções delituosas.

Paulo Sergio Pinheiro, nos anos oitenta criticou sobremaneira a questão da polícia ser militarizada:

Em vez de protesto, para falar de eficiência, é preciso discutir a própria militarização da polícia, motivada pelas exigências de "guerra interna" durante o AI-5. Esta guerra acabou e a PM continua a desenvolver uma ação retaliatória, quando a polícia eficaz é a preventiva. Uma PM não tem condições de ter esse papel porque vê sua missão na sociedade como uma infantaria da sociedade na "guerra" contra o crime. Por mais que a PM liquide o inimigo (os criminosos), as estruturas e os centros articuladores do crime continuam intocados. Algumas vezes na galeria aplaudem. Mas o cidadão, o contribuinte, que mantém a PM, está cada vez mais convencido de que essa guerra desastrosa está há muito tempo perdida (PINHEIRO, 1984, p.44).

Maria Victória Benevides e Rosa Maria Fischer Ferreira, no estudo intitulado "Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982)"; apontam que os linchamentos ocorrem em razão do Estado ter perdido o controle dos fatos sociais e revelam aspectos da violência urbana, ou seja, a agressividade de parcela das pessoas expostas às violências do cotidiano; o descrédito na Polícia e incorporação dos métodos violentos da Polícia (BENEVIDES e FERREIRA, 1983, p.228).

Outra corrente de estudo da violência e criminalidade trata-se dos estudos antropológicos, onde apresenta dentre outros autores, Alba Zaluar.

No estudo intitulado “Condomínio do Diabo”, Alba Zaluar analisa o crime no Rio de Janeiro, indicando que o jovem acaba por ser atraído para a atividade do tráfico de drogas, porque isto atribui certo *status* social, assumindo uma identidade de destaque, junto às relações culturais existentes nas comunidades onde convive, buscando fama, poder e dinheiro fácil (ZALUAR, 1983, p.272).

A mencionada autora, em outro estudo, intitulado “Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas” faz menção ao estado de São Paulo; onde, por intermédio de suas pesquisas aponta uma discrepância do que se ouve falar em geral, quando se atribui a criminalidade atrelada a pobreza, pois isto representa sobremaneira uma forma de se alimentar preconceitos e discriminações contra os pobres; o que pode causar sérios erros na adoção de políticas públicas. (ZALUAR, 2004, p.24).

Em São Paulo a criminalidade possui sua maior incidência na região metropolitana, comparativamente ao interior, se a indicação for para o lado da grande massa populacional, com o aumento das taxas de desemprego; que pode sugerir, segundo as teorias sociológicas, o aumento da criminalidade; isto seria com relação aos crimes econômicos, contra o patrimônio; mas não chega a explicar os crimes violentos e homicídio (ZALUAR, 2004, p.386).

A questão econômica é compreensível nas grandes regiões periféricas metropolitanas, onde habitam e se concentram os pobres. Neste cenário de falta de oportunidades e crescimento desordenado populacional, somado a evasão das crianças das escolas, o que impede um rendimento maior, por falta de capacitação, quando esta criança alcançar a maioridade e quiser entrar no mercado de trabalho (ZALUAR, 2004, p.112).

Surge então na visão da mencionada autora, o envolvimento do jovem com o crime, que os atrai economicamente. O tráfico de drogas, como fonte de renda, mas esta modalidade criminosa margeia e patrocina outros crimes, pois muitos optam por roubar para que possam sustentar o uso de droga (ZALUAR, 2004, p. 62).

E finalizando estes apontamentos, surge a corrente criminológica, na qual podem ser citados os autores Cláudio Beato e Leandro Piquet Carneiro.

Ao voltar a atenção para o crime, Cláudio Beato, no estudo intitulado “Compreendendo e avaliando: projetos de Segurança Pública”, enfoca uma nova

visão sistemática de possibilidade de adoção de políticas públicas compreendida pela análise do crime georreferenciado, ou seja, por intermédio de uma visualização espacial dos tipos de crime (BEATO, 2008, p. 34).

A visualização geográfica, levando em consideração o espaço temporal, permite reconhecer um processo de urbanização, nos centros urbanos brasileiros e em especial na região metropolitana de São Paulo, onde se caracteriza em uma concentração geográfica pequena, grande número de crimes (BEATO, 2008, p.17).

A análise criminal se torna facilitada com esta forma de estudo do ambiente e permite que sejam formulados novos projetos de segurança e adoção de políticas públicas (BEATO, 2008, p. 08).

Leandro Piquet Carneiro, no artigo “Para medir a violência”, chama a atenção para a importância do estudo a respeito da vitimização, oportunamente para o desenvolvimento de pesquisas sobre o crime e a violência, objetivando inferir nas causas do fenômeno e com isto atingir políticas de prevenção (CARNEIRO, 2011).

Do ponto de vista de adoção de políticas, comenta Saporì (2007), que realizou um estudo dos impactos nos índices criminais, diante da adoção de uma política de segurança pública, tendo por base uma experiência em Minas Gerais; aponta, dentre outras considerações, que não se pode relacionar o crime em uma sociedade, se não for pensado em um contexto social, daí a preocupação, enquanto órgão público, de se estabelecer um estudo não somente do ponto de vista do Direito, com enfoque da aplicação da lei penal, em cima do particular; mas, modernamente, o objetivo social avança para uma análise dos motivos da ocorrência deste fenômeno, com sua caracterização e incidência criminal. (SAPORI, 2007, p. 14).

1.2.2 Banalização da violência

Encerradas tais descrições de parte das correntes de estudo da violência e do crime, de acordo com o contexto político e histórico, passa-se a comentar as distorções de percepções e a banalização da violência junto à sociedade.

Na visão da Socióloga Adriana A. Loche; a sociedade possui uma falsa imaginação de que cidadãos pobres são potencialmente perigosos, do ponto de

vista da criminalidade; no entanto, a assertiva é de que estes cidadãos são os que estão mais vulneráveis ao arbítrio do controle da ordem pública. (LOCHE et al, 1999, p.113).

Notadamente exige-se um alerta de que existe uma distorção de percepção da dimensão da criminalidade por parte da sociedade, no que diz respeito à criminalidade, em razão de ênfase proposital, por parte da mídia, em determinados crimes, aliada as percepções preconceituosas, influência de filmes com bases fictícias e ainda a exploração política. (KAHN, 2002, p.14).

A criminalidade e a violência atingem a todos; e, por estar presente nos dias atuais, noticiado pela mídia ou presenciado pelas pessoas na sociedade em geral, fez com que indevidamente ocorresse o fenômeno chamado de banalização da violência.

Ainda que de forma inconsciente, as pessoas passam a firmar um distanciamento dos atos de violência chegando a criar uma espécie de barreira, impedindo uma reação do cidadão de forma individual ou coletiva (ANDRADE, 2007).

Neste contexto, com a insensibilidade social frente à banalização da violência, sobretudo no que diz respeito à vida humana, a ocorrência de um homicídio jamais poderá ser considerado algo normal (SANTOS, 2011).

1.2.3 Surgimento do crime organizado

Feitas estas breves considerações, sem que com isto se pretenda que sejam esgotados todos os assuntos; mas sim, trazer uma visão rápida e global deste apanhado teórico em torno da criminalidade e violência passa-se então, a comentar uma realidade contemporânea, o surgimento do crime organizado.

A análise da criminalidade vai além do simples estudo do tipo penal, compreende formas diversas de finalidades e alcances; e, neste aspecto a criminalidade comum é aquela que esta inserida no meio privado e a criminalidade organizada, a que ultrapassa este meio e atinge a esfera pública (LOCHE et al, 1999, p.104).

A primeira demonstração de crime organizado constituiu na prática do “jogo do bicho”, iniciada na cidade do Rio de Janeiro, pelo século XX; sendo que nas décadas de 70 e 80, alguns criminosos acabaram se organizando no interior de presídios do Rio de Janeiro; já em São Paulo, na década de 90 surgiu a facção criminosa denominada “Primeiro Comando da Capital”, também no interior de um presídio (GONÇALEZ, 2011).

Angelina Peralva comenta o início do Comando Vermelho:

O Comando Vermelho, um dos mais importantes grupos que integram a constelação do crime organizado no Rio de Janeiro, surgiu da combinação nos anos 70, na prisão militar da Ilha Grande, Baía de Angra dos Reis, de presos políticos e presos comuns. Com os presos políticos, os comuns teriam aprendido as técnicas do trabalho ilegal empregadas depois que saíram da prisão. Esse fato, por si, evidentemente não explica as novas condições da emergência no Rio de Janeiro, no momento do retorno à democracia, do que hoje é chamado o “crime organizado”. [...], em que criminalidade e política aparecem indissociavelmente combinadas [...] (PERALVA, 2000, p.91).

Neste contexto, o crime passou a ser organizado na medida em que se passou a utilizar o trabalho ilegal atrelado ao financiamento das ações criminosas, não necessariamente sendo esta a única explicação de tal advento, mas certamente o marco inicial dessa organização.

Em São Paulo, o crime se organizou e ocorreu o surgimento das chamadas facções criminosas, conforme comenta Percival de Souza:

A instalação do crime organizado dentro da prisão é a primeira grande novidade penitenciária do século XXI. Se o Primeiro Comando da Capital foi fundado em 1993, o fato é que sua primeira grande demonstração de organização aconteceu com rebeliões simultâneas em 2001. Até então, os presídios poderiam ser, no máximo, fontes de informação para o esclarecimento de determinados casos, fora das prisões. Comandar o crime é a primeira vez. A verdade das ruas nem sempre está dentro dos processos, o que provoca ajustes de contas com resultados quase sempre fatais (SOUZA, 2006, p.11).

As facções criminosas que tiveram seu início no interior de estabelecimentos prisionais, agora já se organizaram na atuação criminosa fora dos presídios, onde a cada dia novos mecanismos são utilizados em favor da criminalidade.

1.2.4 Vitimização

Após estes breves comentários a respeito do crime organizado, convém ainda tecer algumas considerações pertinentes ao tema proposto, notadamente relacionado à vitimologia.

A ocorrência do crime, sobretudo do homicídio, deixa marcas profundas e inesquecíveis no sentimento das pessoas ligadas às vítimas; assim como nas vítimas de tentativa de homicídio. O infortúnio dessas vítimas, respeitosamente, não só pode, mas como deve servir de base para o estudo do crime, voltado à procurar respostas e promover ações que possam estabelecer, até certo ponto, um prognóstico de tendências ou ainda, visualizar o perfil de quem está sendo vítima; tudo para finalmente obter como resultado majoritário, a diminuição da vitimização.

O papel da vitimologia tem contribuído com os julgamentos na parte do estabelecimento de circunstâncias atenuantes e agravantes, assim como vem se mostrando uma disciplina valorosa para a prevenção geral (SILVA, 2008, p.130).

O homicídio pode ser considerado como sendo o crime de maior gravidade, com resultado extremo comparativamente a todos os demais crimes, sendo um fenômeno complexo e que até então era estudado apenas do ponto de vista do criminoso, chegando a vitimização para aumentar o conhecimento deste tipo de crime. (CRUZ e BATITUCCI, 2007, p.105).

Neste contexto, a vítima passa a ter um caráter direcionador para o entendimento do que ocorreu; sobretudo quais as conseqüências do ato delituoso para com a vítima.

A vitimologia que representa uma parte da criminologia, preocupada com a relação da vítima, que deixa de ser encarada como uma simples parte do delito, com o infrator ou com o sistema criminal, enaltecendo a chamada “reparação de danos” (MOLINA, 1997, p.65).

A vítima merece total atenção realmente dentro deste assunto, principalmente do ponto de vista moral, procurando não apenas voltar a atenção pura e simplesmente para o criminoso, para quem os direitos foram consagrados; mas sim, trazer à vítima, a reparação do dano, não só se resumindo à prisão como finalidade única. (MOLINA, 1997, p.458).

Trazendo o assunto para o contexto e propósito do presente estudo, é opinião do Autor, que este estudo representa um grande amparo institucional para o policial militar; pois busca a minimização da vitimização do policial militar por homicídio; e, entende que esta vítima, merece os olhares atentos para eventuais reparações do dano, quando cabível.

A presente pesquisa é voltada para o policial militar vítima; e com isto, procurar em um estudo futuro, apresentar propostas de prevenção dos crimes em que os policiais são vítimas.

No que diz respeito aos custos para a sociedade; Molina (1997), ressalta que com a prevenção vitimaria, ocorre uma importante vantagem na diminuição do elevado custo social, comparativamente ao custo da prevenção criminal, que foca os esforços para o infrator potencial. (MOLINA, 1997, p.74).

Do ponto de vista da gestão pública, dentro deste assunto, principalmente no que diz respeito à adoção de política pública, surge o questionamento: quanto custa a violência para o Estado?

A resposta a este questionamento é indicada por Túlio Kahn, que aponta que o custo da violência para o Estado é alto, em se falando de segurança, o valor é alto. Relacionando para o cálculo deste custo, itens como os valores oriundos dos impostos e que são destinados aos órgãos relacionados à segurança e justiça; gastos particulares de perda de bens ou compra de sistemas de segurança e valores relacionados aos custos intangíveis; chega-se em um patamar de 3% do valor total do PIB estadual, que em 1997 representou a cifra de oito bilhões e noventa e seis milhões de reais. No entanto o referido autor adverte que em determinado aspecto este custo pode ser interpretado como investimento, se forem considerados os benefícios gerados com este montante destinado a segurança, dentre outros valores impossíveis de serem calculados, sobretudo o valor da vida, da dor e sofrimento gerados pela violência. (KAHN, 2002, p.27).

De fato, o cálculo do custo da violência é difícil e interpretativo, em razão de variáveis que fogem a possibilidade de contabilização, mas deixa-se para a reflexão, mais um questionamento: e quanto custa a vitimização do policial militar? Certamente, um valor altíssimo para a Instituição e para a Sociedade.

1.3 Fenomenologia da vitimização do policial militar

Ao procurar caracterizar este tema com relação à fundamentação teórica, se torna necessário comentar rapidamente, a importância do fenômeno, como ponto relevante para a busca de respostas à algumas questões, que poderão acrescentar conhecimentos ao presente estudo.

Daniel Augusto Moreira, em sua obra, “O método fenomenológico na pesquisa”, chama a atenção para o estudo do fenômeno, como diretriz, ou seja, norteador das análises em uma investigação, que servirá de experiência e proporcionará a formulação de novos conhecimentos (MOREIRA, 2004, p. 75).

Apenas para efeito de distinção, os conhecimentos podem ser aqueles denominados empíricos, ou seja, que são passados de geração para geração, de forma rudimentar e de convivência diária, devido à necessidade de buscar respostas e resoluções de problemas; razão pela qual também é tido como um conhecimento popular. Os conhecimentos também podem ser científicos, que são aqueles frutos de comprovações científicas, respeitando uma metodologia de pesquisa (REIS, 2008, p.41).

Neste contexto, deve ser salientada a importância de todo conhecimento empírico, como sendo uma verdadeira base para a formulação do conhecimento científico.

A opção do presente estudo foi a de realizar uma análise metodológica em torno da vitimização de policial militar no horário de folga; isto em decorrência de vários casos, que ao longo dos anos vem caracterizando este fenômeno.

Ao se analisar os números absolutos que foram registrados na Corregedoria da Polícia Militar, conforme a tabela abaixo, facilmente se verifica uma diferença entre a quantidade de casos, em que policiais militares foram mortos de serviço, dos que o foram em horário de folga:

Tabela 1 – Policiais Militares Mortos em Serviço- 1991/2011

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total do Ano
1991	4	4	1	0	2	0	3	0	0	2	2	7	25
1992	1	3	1	3	3	6	4	0	3	1	5	2	32
1993	0	2	5	1	1	4	1	2	1	2	3	2	24
1994	3	3	5	2	1	0	7	3	3	8	0	2	37
1995	3	2	0	1	0	4	1	2	3	1	1	4	22
1996	5	1	5	2	1	3	1	4	3	3	2	4	34
1997	3	1	6	0	3	0	4	1	1	5	3	3	30
1998	2	3	7	3	3	4	1	2	2	1	2	1	31
1999	11	1	3	2	4	1	4	2	2	3	6	4	42
2000	3	2	5	3	5	1	0	4	0	4	3	3	33
2001	3	1	4	3	2	3	6	7	3	3	4	2	41
2002	1	3	0	1	9	1	2	7	1	5	4	6	40
2003	1	2	2	2	1	3	0	1	1	1	1	4	19
2004	1	1	2	2	2	5	0	4	0	4	3	1	25
2005	2	2	0	2	1	2	2	2	3	2	3	1	22
2006	2	1	2	4	9	1	1	4	1	2	0	2	29
2007	4	1	3	1	3	0	6	2	4	3	0	1	28
2008	4	2	2	0	3	1	3	2	1	0	1	0	19
2009	2	0	1	5	2	2	3	0	0	0	1	0	16
2010	3	1	1	1	2	2	1	2	1	1	0	1	16
2011	2	1	4	1	1								9
Total	60	37	59	39	58	43	50	51	33	51	44	50	565

Fonte: Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Quando se observa a tabela abaixo, nota-se que a diferença em termos absolutos é grande, onde ocorre uma quantidade maior de casos, quando o policial militar se encontra fora de serviço.

Tabela 2 - Policiais Militares Mortos Fora de Serviço – 1991/2011. (continua)

Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total do Ano
1991	10	8	3	4	5	5	5	7	3	6	1	16	73
1992	13	4	8	11	5	7	8	4	7	8	7	10	92
1993	4	5	7	9	2	9	7	6	6	7	6	5	73
1994	11	4	7	9	15	13	5	8	12	7	9	9	109
1995	9	4	7	9	9	9	16	6	3	9	8	7	96
1996	13	9	10	11	17	9	6	15	17	10	7	12	136
1997	9	8	10	23	14	17	7	17	16	10	12	9	152
1998	13	17	19	23	12	16	15	20	19	21	18	25	83
1999	22	23	24	19	23	23	19	39	20	15	18	29	123
2000	23	23	19	16	11	12	14	10	7	11	14	11	103

Tabela 2 - Policiais Militares Mortos Fora de Serviço – 1991/2011.

													(conclusão)
Ano	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total do Ano
2001	4	5	8	3	4	0	5	8	10	18	5	5	75
2002	7	6	7	6	4	8	6	7	4	4	8	8	75
2003	8	7	4	11	5	8	3	5	2	6	7	10	76
2004	9	12	8	8	7	4	9	6	5	6	3	4	81
2005	3	6	4	3	7	4	2	4	2	4	5	5	49
2006	4	6	5	5	17	4	9	2	5	5	5	9	76
2007	4	2	4	3	3	6	3	7	2	4	3	6	47
2008	5	6	0	6	2	6	7	6	3	6	6	3	56
2009	4	1	11	10	4	5	9	3	9	5	4	1	66
2010	5	2	7	6	6	2	3	2	6	7	3	6	55
2011	2	4	3	2	4								15
Total	182	162	175	197	176	167	158	182	158	169	149	190	1696

Fonte: Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Dos homicídios de policiais militares em horário de serviço, com uma incidência menor, quando comparados com os homicídios sofridos por policiais militares, quando estão de folga, transparece uma clara demonstração de que para a questão dos casos em serviço, vem ao longo dos anos, ocorrendo uma diminuição, conforme demonstra o gráfico 01:

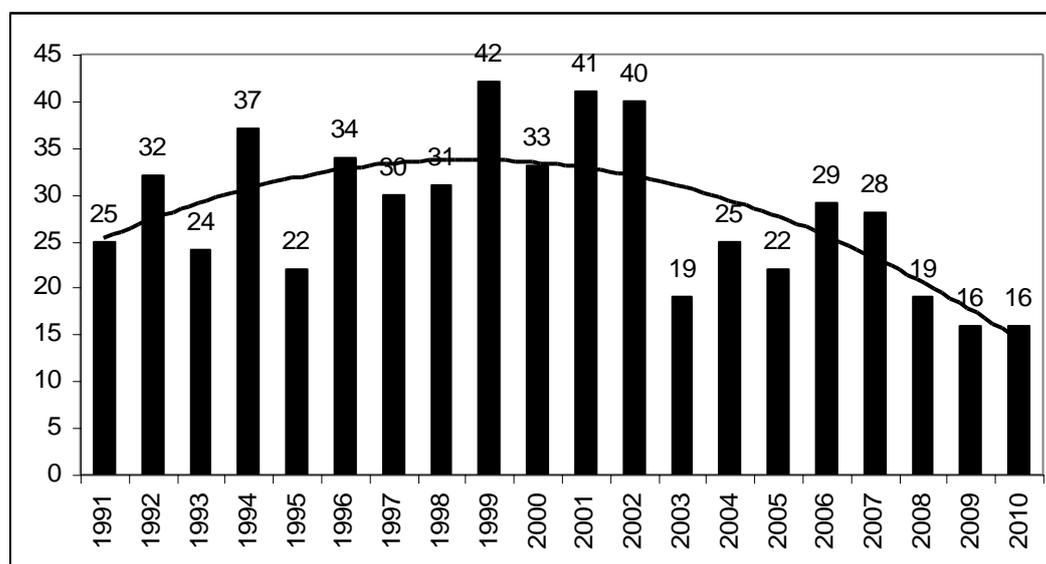


Gráfico 1 – Gráfico de homicídios de Policiais Militares em serviço

A preocupação institucional de estabelecer mecanismos e rotinas que promovam a segurança do policial militar quando da realização do serviço policial, da mesma forma se apresenta para quando o policial estiver de folga, e ainda mais em razão da grande ocorrência de casos, conforme pode ser visualizado no gráfico 02:

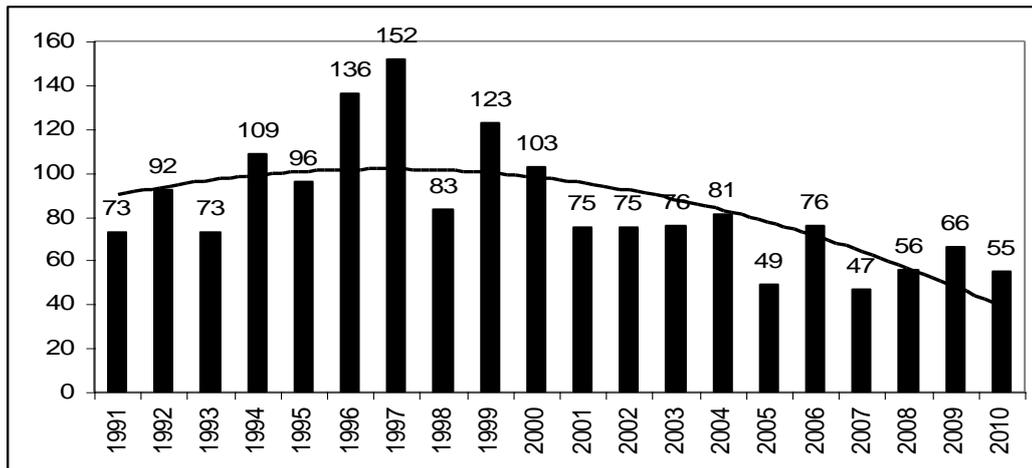


Gráfico 2 - homicídios de Policiais Militares de folga

Ao sobrepor para efeito comparativo, o número de casos de policiais militares mortos por homicídio em horário de serviço, daqueles em horário de folga, percebe-se de pronto, que medidas emergenciais devem ser buscadas para que possa promover uma diminuição, ainda mais acentuada, dos homicídios, em especial, quando os policiais não estão de serviço:

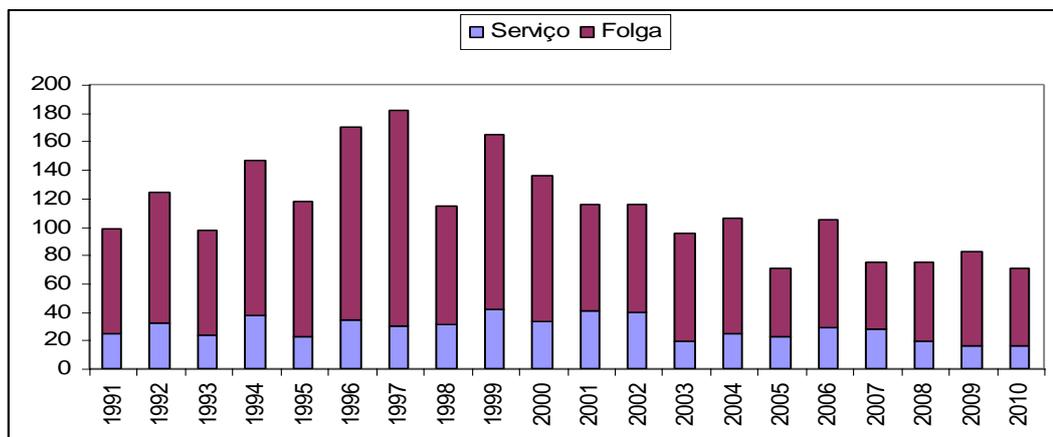


Gráfico 3 – Comparativo entre homicídios de policiais militares de serviço e de folga.

Cabe então ser feita uma ressalva entre o que esta sendo tratado como caso de homicídio de policial militar em serviço; ou seja, o que esta sendo considerado é o momento, em que o policial se encontra, quando da sua vitimização, caracterizando duas situações; aquela em que ele assumiu o serviço de fato e de direito e se apresenta para o serviço na Unidade policial em que esta lotado, ou em local que lhe for determinado para iniciar o serviço policial-militar; e, a outra situação é aquela em que ele encerra o turno de serviço e inicia o período de descanso; onde caso venha a agir em razão da função policial militar e venha a ser vítima de homicídio, esta situação será computada, para efeito desta pesquisa, como sendo em horário de folga.

Jairo Paes de Lira, em seu trabalho monográfico intitulado “Violência preordenada contra o policial militar”, apontou a existência do fenômeno em torno dos casos de homicídio de policial militar em horário de folga, no entanto, sob análise da motivação do crime ser em razão da situação de que vem a se tornar vítima, por se tratar de policial militar (LIRA, 1990, p.09).

Lira (1990) apresentou como causas dos homicídios, neste particular, as relativas ao: a) clima social urbano, em razão do crescimento da violência social e a ofensa contra o Estado; b) causas de fundo político e legal, considerando a falta de leis mais severas, bem como o reflexo disto que gera a sensação de impunidade. (LIRA, 1990, p.44).

O mencionado autor aponta ainda como fatores concorrentes: a) a ocorrência de erros táticos de conduta, que ocorre quando o policial militar sofre retaliações, por adotar posturas de interferência nas atividades criminosas, nas proximidades de sua casa; b) o problema da moradia do policial militar, que por questões financeiras se vê obrigado a residir em localidades com proximidades de indivíduos ligados à atividade criminosa; c) a carteira de identidade funcional do policial militar, o que distingue o policial militar do cidadão comum, uma vez visualizada por criminosos; d) falta de aguerrimento ou de cautela, fazendo menção à diminuição da adoção de medidas de segurança quando o policial se encontra de folga, comparado quando esta de serviço. (LIRA, 1990, p.44).

1.3.1 Adesão ao serviço

Feito esta distinção e procurando buscar melhores esclarecimentos a este respeito, ressalta-se uma importância Jurídica: a questão da adesão ao serviço.

Em uma análise rápida à respeito de como se encontra capacitado o efetivo policial, sendo esta capacitação não só intelectual, ou seja, pleno conhecimento de como agir no estrito cumprimento da lei; mas também, com relação ao preparo técnico de como se portar frente a uma situação de risco, em que o policial militar se vê obrigado a intervir, até mesmo mediante o uso de força necessária para cessar uma eventual agressão contra a sua pessoa ou à outrem.

O militar do estado deve ter em mente sua real condição física e psicológica, além de realizar uma rápida análise dos riscos verdadeiros, que correrá ou que poderá oferecer às outras pessoas, nas proximidades do local onde se encontra ou onde irá atuar dentro de uma ação.

O foco da presente pesquisa, dentre outras abordagens, é entender a situação de risco em que o policial militar se veja envolvido, de folga; pois quando esta em serviço possui todo o suporte do Estado e treinamento das condições para decidir a respeito de como agir.

O militar do Estado que deparar com um flagrante delito deve agir, conforme previsto no artigo 301 do Código de Processo Penal, “Art. 301. Qualquer do povo poderá e as autoridades policiais e seus agentes deverão prender quem quer que seja encontrado em flagrante delito.”

Neste sentido, o policial militar nos momentos em que se encontra de folga, ainda que sem estar trajando o fardamento da Instituição, deve agir frente a um flagrante delito e passa a incorporar, com tal ato, a Autoridade do Estado, sobretudo fazendo valer o Poder de Polícia.

Este poder pode ser descrito como sendo: “O poder de polícia é a faculdade discricionária da Administração de limitar a liberdade individual, ou coletiva, em prol do interesse público.” (LAZZARINI et al., 1987, p.148).

Consta, ainda, do Código Tributário Nacional, em seu artigo 78:

Art. 78. Considera-se poder de polícia atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público

concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público, à tranqüilidade pública ou ao respeito à propriedade e aos direitos individuais ou coletivos (BRASIL, 1966).

Portanto, a necessidade de preparo profissional do policial militar vai além de seu horário de serviço, é algo que deve carregar para seu horário de folga; e para toda a sua carreira como policial.

1.4 Considerações finais

Neste capítulo foram descritos alguns estudos a respeito da criminalidade, violência e vitimização, por estarem ligados ao tema proposto na presente pesquisa; da mesma forma foi reconhecido o homicídio de policial militar de folga como um fenômeno significativo do ponto de vista não só institucional, mas também perante toda a sociedade.

Fazendo menção à previsão constitucional não se deve julgar e formar um juízo errôneo à respeito da deficiência de pesquisas voltadas à vitimização de policial militar, em horário de folga; uma vez que os estudos são focados para a atuação com segurança e técnica no desenvolvimento do serviço policial-militar.

O policial militar encontra-se inserido e respaldado na Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05/10/1988, conforme consta em seu artigo 42, atribuindo a condição de militar do Estado (BRASIL, 1988).

Agora, a função desempenhada pela Polícia Militar encontra-se prevista no artigo 144, §§ 5º e 6º da Constituição:

§ 5º - Às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública, aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil.

§ 6º - As polícias militares e corpos de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios (BRASIL, 1988).

O policial militar então deve estar ciente de que sua atividade encontra-se respaldada como militar do Estado e que a segurança pública é exercida, dentre

outras instituições, pela Polícia Militar, a qual cabe a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública.

A Polícia Militar é definida como sendo a Polícia Administrativa e é ostensiva por se caracterizar pelo uso de fardamento, armamento, viatura e equipamentos devidamente identificados e pertencentes ao Estado; isto, pois esta voltada para a preservação da ordem pública, mediante as ações preventivas; ou seja, agir antes que o crime ocorra.

Neste contexto, ao mencionar a questão da polícia ostensiva é natural que o policial militar desde a sua formação e desenvolvimento de seu trabalho ao longo da carreira não tenha instrução voltada para sua segurança, quando não estiver de serviço, sobretudo após de retirado o fardamento, que o identifica e passa a trajar vestes civis.

Uma vez definida a missão institucional, compreende-se que esforços e recursos sejam canalizados para tal finalidade; mas deve-se de certa forma tentar prever os riscos que o militar do Estado possa incorrer e diante disto, passe a merecer ser alertado e orientado quanto a possíveis falhas que possam estar incorrendo, com relação a sua segurança, em seus horários de folga. Procura-se então trazer, com isto, a valorização da pessoa do policial militar, uma vez que a Administração passa a se preocupar com o maior bem, que o ser humano possui: a vida.

Foi deixado um questionamento, pedindo licença para a perda da vida do policial militar, que é algo incomensurável, mas qual o custo de um policial militar que sofre a vitimização, não do ponto de vista da pessoa ou da família, mas para o Estado.

Túlio Kahn fez um estudo, já mencionado, para as vítimas de violência, que serve de parâmetro para se ter uma idéia da parte, que envolve a vitimização do policial militar, menciona-se dentro deste processo a questão da seleção, formação, treinamento, vencimentos, equipamento, fardamento, pensão decorrente, insegurança social decorrente do falecimento de um policial, possibilidade de ascensão na carreira, dentre vários outros pontos, como já mencionado, impossíveis de serem quantificados; mas certamente, este custo é muito alto e justifica a preocupação para com a diminuição da vitimização do policial militar.

2 Contextualização à respeito da vitimização.

2.1 Considerações iniciais.

Este capítulo apresenta a preocupação institucional com relação à formação do policial militar, logo após a sua seleção perante a sociedade, e ainda com relação a seu aperfeiçoamento e treinamento, já estando formado e em atividade, nas mais variadas funções policial-militares.

O que existe a respeito e de que forma esta sendo conduzida a formação, no geral, dos integrantes da Instituição; sendo opinião do autor que apesar de estar muito avançado este processo, por ser dinâmico na questão do aperfeiçoamento, este estudo servirá de subsídio para a adoção de providências, no sentido que esta educação abranja, ainda mais, a busca pela minimização dos homicídios de policiais militares, na folga.

Nesta parte foi salientada a necessidade da motivação do policial militar, em querer e ser oferecido condições para que busque rotineiramente o aperfeiçoamento, sendo o ensino uma das formas de valorização do profissional.

Assim, os assuntos serão divididos na seguinte ordem: a) ensino; b) valorização.

2.2 Ensino

Para o desencadeamento de idéias que dizem respeito ao tema inicia-se os comentários a respeito do ensino existente na Polícia Militar, pela parte relacionada a aprendizagem profissional.

Na aprendizagem profissional moderna existem duas dimensões, uma correspondente a escolarização regular e outra que integra o ensino profissionalizante (NEVES, 2000, p.89).

O profissional independente da área de seu trabalho possui uma capacitação que lhe garante o desenvolvimento da profissão, sendo que nas carreiras modernas, o interessado deve manter uma busca rotineira do

conhecimento, como medida de melhoria de qualidade de vida, ascensão na carreira, melhoria no desempenho profissional e manutenção do emprego (VEIGA et al, 2008, p. 232).

Como mencionado acima, o profissional deve possuir sua formação para que possa desenvolver determinado trabalho, mas também se releva a prática profissional como tão importante quanto, na medida em que o profissional irá aplicar seus conhecimentos teóricos, na situação real e corriqueira do dia a dia do trabalho; daí a importância do aprendizado por intermédio de estágios de observação e práticos. O contato com a prática leva ao aprimoramento do aprendizado, pois o profissional terá uma visão real do ambiente de trabalho, saindo do campo da imaginação e toma conhecimento da realidade profissional.

Busca-se então a opinião dos educadores, que apontam como parte integrante do aprendizado profissional, o estágio curricular supervisionado, que corresponde a uma unidade formativa, com um trabalho de campo e a prática como componente curricular; ou seja, atividades acadêmicas, essencialmente práticas (PINHO, 2009, p. 19).

O aprendizado profissional então se caracteriza não só pela capacidade intelectual, obtida por intermédio do estudo na formação, mas também pelo aprendizado adquirido por intermédio dos estágios profissionais de observação ou práticos; e, soma-se ainda a experiência profissional.

Inicia-se o desencadeamento de idéias para esclarecer a capacitação, na formação, pós-graduação e a experiência profissional, na Polícia Militar.

O policial militar é selecionado dentre a sociedade, por intermédio de concurso público e após ser aprovado em rigorosas fases e estando dentro do limite de vagas oferecidas, então poderá se matricular para a formação de Soldado da Polícia Militar ou formação de Oficial da Polícia Militar, de acordo com o concurso prestado, garantindo o início da capacitação profissional.

O Comando da Instituição delega à Diretoria de Ensino e Cultura a responsabilidade de pôr em prática a política atual de ensino aos policiais militares, não só na sua formação, mas também na especialização e aperfeiçoamento durante a carreira do Militar do Estado.

Tem-se a consciência de que a formação do policial militar não é algo recente ou particular do Estado de São Paulo, pois outras Instituições policiais também possuem suas diretrizes de ensino e particularidades na formação,

principalmente levando em conta as peculiaridades regionais, culturais, populacionais, dentre outros fatores importantes para a formação do miliciano em cada Estado, onde atuará frente a segurança pública.

Após a promulgação da Lei Complementar nº 1036, de 11 de janeiro de 2008, que instituiu o Sistema de Ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo, materializou a preocupação da Instituição Policial-Militar na formação de seus integrantes, conforme descreve o parágrafo único, do artigo 1º da mencionada Lei Complementar:

Parágrafo único – O sistema de Ensino da Polícia Militar promoverá a transcrição de conhecimentos científicos e tecnológicos, humanísticos e gerais, indispensáveis à educação e à capacitação, visando à formação, ao aperfeiçoamento, à habilitação, à especialização e ao treinamento do policial militar, com o objetivo de torná-lo apto a atuar como operador do sistema de segurança pública (SÃO PAULO, 2008).

Neste sentido se esta diante de uma nova visão institucional, que sistematizou não só a formação do policial militar, mas também todo o ensino da Polícia Militar.

O conhecimento até então existente de forma empírica, vem com esta sistematização passando gradualmente para o conhecimento científico, o qual procurará produzir os enunciados da emergente Ciência Policial de Segurança e Ordem Pública.

A experiência profissional adquirida com o passar dos anos permite ter maior controle quando da necessidade de superar adversidades futuras, isto porque se agrega conhecimento com as questões vivenciadas, que possibilita superar as dificuldades.

Esse conhecimento empírico fruto de diversas tentativas e erros, também é repassado para outros policiais militares educando em como agir frente a determinadas situações; formando verdadeiramente uma cultura organizacional. No entanto, nos tempos atuais, com a chegada da tecnologia esta ocorrendo um aprimoramento cada vez maior na busca da excelência no cumprimento da missão institucional.

A necessidade compreendida pelo integrante da Instituição Policial-Militar em, cada vez mais, buscar o aprimoramento técnico-profissional, como operador do sistema de segurança pública, teve o respaldo, junto à normatização, para que

sejam promovidos os conhecimentos científicos e tecnológicos necessários e voltados ao interesse institucional (MIGUEL, 2011).

O fato policial constitui o objeto de estudo da Ciência Policial, o qual abrange todo evento que possa alterar a segurança e a ordem pública; constituindo ao longo do tempo conhecimentos empíricos, que poderão passar a ter materialidade junto à comunidade científica. (SILVA, 2011).

Neste sentido, se verifica grande importância para essa Ciência, a atividade de polícia ostensiva, assim como na atuação do policial militar, pois é de uma forma indireta, um pólo gerador de estudo, diante da ocorrência de um fato policial; sobretudo no exercício do poder de polícia.

A pesquisa científica nos permite tecnicamente aproveitar o conhecimento já adquirido no decorrer dos anos e após a devida comprovação científica, passar a desenvolver ainda mais rotinas e métodos, que garantirão melhores resultados para o cumprimento da missão institucional.

Além da formação e a pós-graduação, advém o aperfeiçoamento por intermédio dos estágios. Como ocorre com o estágio de aperfeiçoamento profissional anualmente, oportunidade esta, em que sai de suas atividades rotineiras e retorna para a sala de aula, onde serão ministradas matérias, voltadas aos programas aplicados na Instituição e norteados pela Polícia Comunitária; Direitos Humanos e Gestão pela Qualidade.

A troca de informações assimilada não só nos estágios, como também nos seminários ou encontros técnicos e científicos, auxiliam em muito o aprimoramento profissional individual ou coletivo, visto que ocorre um ganho de contatos e conhecimentos entre todos que participam de tais eventos.

Os estágios merecem destaque, pois caracterizam a conjugação da teoria à prática; servindo ainda na aplicação e inovação dos conhecimentos, em um processo contínuo de análise e execução.

A formação atual do policial militar não contempla mais a execução profissional por tradição, sem que haja o embasamento e conhecimento científico. Neste contexto, o profissional ao se apresentar mais crítico, se preocupa em corrigir eventuais distorções e procura a padronização dos procedimentos policiais; ocorrendo o treinamento de técnicas padronizadas e instruções diárias.

Atualmente com a chamada Instrução Continuada de Comando (ICC), também ocorre a padronização mínima da preleção realizada para todo o efetivo da

Instituição, em situação de atividade; pois procurando valorizar o profissional, esta se mantendo o conhecimento atualizado, frente a situações diversas, que pode vir a se deparar. A instrução como o próprio nome diz, deve ser continuada, assim como qualquer tipo de treinamento, pois ao assimilar uma técnica mais recente de procedimento policial, de nada valerá se ela não for rotineiramente treinada, adaptada às situações particulares e até mesmo aprimorada, por meio de análise e estudo dos resultados.

Referindo-se ao procedimento operacional padrão esta se atentando para a melhor forma que será realizada uma determinada ação policial, englobando técnicas e táticas policiais.

No que diz respeito à instrução de tiro esta se valendo dos ensinamentos adquiridos pelo “Método Giraldi”, onde se aprende que tão importante, quanto saber efetuar o manuseio e o disparo da arma de fogo; também se deve aprender qual a maneira mais segura que o policial pode se posicionar, frente a uma determinada situação de risco, durante a realização do trabalho policial.

No passado, os policiais militares que estavam no período de formação profissional, participavam de instrução de tiro, nos estandes e efetuavam várias séries de disparo de arma de fogo, dando ênfase para a questão da pontaria de tiro; já atualmente, o processo de ensinamento abrangeu outros aspectos; ou seja, o aprendizado teve que avançar não se limitando pura e simplesmente na questão da boa pontaria; mas sim, entender a necessidade do tiro instintivo; da verbalização; deslocamento e posicionamento com segurança; tomando conhecimento do que realmente se deve empregar, em uma situação real de perigo.

Partindo de uma mudança de comportamento, no que diz respeito a procedimentos operacionais foram desenvolvidos estudos e análises de profissionais experientes, que proporcionaram melhorias consideráveis na qualidade do trabalho desenvolvido pelos policiais militares. Dentro deste pensamento, até por uma questão didática, ocorreu a padronização dos procedimentos operacionais; ou seja, todos os policiais militares passaram a ter a mesma instrução de como devem atuar, nos mais variados tipos de ocorrências policiais.

Os padrões de procedimentos estão em constante avaliação e análise para que possam ser aprimorados, se valendo de análise de situações práticas, vivenciadas na realidade pessoal de determinado policial, ou por qualquer outro

estudo; mas o importante é saber que o procedimento padrão sempre estará sendo revisto e atualizado, procurando garantir ou aumentar a segurança do patrulheiro.

Além da necessidade da formação dos policiais militares passou-se a estabelecer uma verdadeira estratégia com a Diretiva de Padronização Operacional, conforme se verifica no Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo (GESPOL):

Para padronizar a execução do policiamento em todo o Estado, a Polícia Militar editou as Normas para o Sistema Operacional de Policiamento (NORSOP), que possibilitaram uniformizar as ações em toda a Instituição, de tal forma que o receptor dos serviços policiais receba o mesmo padrão de policiamento em qualquer lugar do Estado (GESPOL, 2010).

Neste sentido, ainda se verifica dentro do Sistema de Supervisão e Padronização vários procedimentos operacionais, conforme consta, ainda no GESPOL:

O Procedimento Operacional Padrão (POP) está inserto no Sistema de Supervisão e Padronização (SISUPA), que é um sistema constituído para que os protocolos policiais-militares constituído pelas melhores práticas policiais, sejam criados, aperfeiçoados, treinados e aplicados no cotidiano, a fim de obter a máxima segurança e qualidade na prestação dos serviços policiais-militares.(GESPOL, 2010).

Notadamente estas rotinas foram idealizadas e estão voltadas para as atividades eminentemente operacionais, como não poderia deixar de ser, em razão da natureza de sua criação; no entanto, os policiais militares quando de folga não podem aplicar na totalidade estes procedimentos, mas poderá ocorrer uma adaptação do método.

E todo este ensinamento aonde aplicar?

Em resposta a este questionamento, passa-se a descrever que dentro da estratégia de desenvolvimento do patrulhamento preventivo e ostensivo, voltado para a preservação da ordem pública, foram desenvolvidos estudos e aprimoramentos de acordo com a especialidade de cada região e natureza de trabalho, que resultou na aplicação dos programas de policiamento.

Em razão disto, a Instituição Policial-militar passou a formar seus integrantes, nos cursos de formação de Soldado, Sargento e Oficial; voltados para este novo processo de trabalho. Além dos cursos de formação também ocorre o

treinamento da tropa pronta, com os cursos e estágios dentro da metodologia moderna dos programas de policiamento.

É perfeitamente compreensivo que de acordo com a particularidade do trabalho, ou mesmo a região do Estado onde o patrulhamento é realizado; deva ocorrer um tipo de policiamento especial para tal finalidade; no entanto, nem sempre foi assim, visto que no passado, o patrulhamento era igualitário, com mesmos equipamentos e treinamentos, o que resultava em um trabalho realizado com muita dificuldade e improvisos. Foi pensando em resolver eventuais dificuldades, que particularmente foram sendo propostas modificações e com isso resultou no novo método de implantação de patrulhamento, voltado para cada finalidade.

O Comandante de Companhia deve desenvolver uma análise, com base nos indicativos criminais, sendo esta a filosofia da execução do policiamento inteligente; ou seja, ter a informação da deficiência, em termos de segurança, na área de sua responsabilidade e com isso estabelecer a estratégia de policiamento, para que consiga fazer diminuir os indicativos criminais. Para tanto, o policiamento preventivo poderá eventualmente ser remanejado, passando a ocorrer uma melhor alocação de efetivo, bem como empenhando programas de policiamento diferenciados, mas de certa forma coordenados, para que ocorra um melhor resultado frente ao combate da criminalidade.

O policiamento inteligente apresenta melhores resultados para a sociedade, pois com o efetivo combate a criminalidade, aumenta a sensação de segurança de cada cidadão.

A Polícia Militar possui como base três princípios: Polícia Comunitária, Direitos Humanos e Gestão pela Qualidade. Neste sentido, os programas de policiamento foram desenvolvidos respeitando tais princípios, os quais são denominados: a) programa de policiamento de radiopatrulha – atendimento “190”; b) programa de policiamento de força tática; c) programa de policiamento integrado; d) programa de policiamento de trânsito; e) programa de policiamento com motos; f) programa de policiamento escolar e g) programa de policiamento comunitário. (GESPOL, 2010).

Em todos os programas estabelecidos pelo Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo, percebe-se que o policial militar, como não poderia deixar de ser, executa suas funções de maneira ostensiva, voltado à preservação da ordem pública; portanto, daí a razão de todo o treinamento profissional ser

direcionado para tal situação ou condição; existindo poucos policiais militares, que devido a sua atividade policial-militar ser realizada em trajes civis recebe treinamento particularizado, em razão disto.

Com a padronização dos procedimentos operacionais é opinião do autor que os policiais no desempenho de suas missões passaram a ter uma maior confiança, no que diz respeito às melhores técnicas empregadas e ações amparadas legalmente, de forma uniformizada. Esta uniformização trouxe melhores desempenhos e treinamentos aprimorados, conforme menciona Joice Henrique:

Em junho de 2000, todas as unidades iniciaram o Programa 5S (senso de utilização, senso de organização, senso de limpeza, senso de saúde, senso de autodisciplina), cujo objetivo é melhorar o ambiente de trabalho e elevar a auto-estima do policial.

No mesmo ano, foi editado o Manual de Padronização dos Serviços da PM e, em 2002, a Polícia iniciou os treinamentos para a efetiva aplicação de procedimentos operacionais-padrão. Hoje, um guia em CD fornece orientações aos policiais militares sobre como agir diante das mais básicas situações profissionais. O Tenente-coronel Aldarvis relembra: “Quando iniciamos o trabalho, identificamos, por exemplo, diversas maneiras diferentes de algemar uma pessoa. Agora existe um único procedimento-padrão para isso. Não podemos contar com o chamado ‘bom senso’ do profissional para realizar uma tarefa. Esta é uma noção vaga, subjetiva”. A padronização dos procedimentos visa a reduzir ao máximo os erros operacionais e assegura legitimidade às ações profissionais (Henrique, 2011).

Notadamente a valorização esta evidenciada na Polícia Militar principalmente por procurar não só instruir em como agir, mas manter uma constante verificação de fatores que podem atentar em desfavor da integridade de seus integrantes.

2.3 Valorização

A gestão pela qualidade na Polícia Militar do Estado de São Paulo esta voltada para a necessidade de se aperfeiçoar o desenvolvimento profissional e alcançar um resultado ainda melhor. Dentro deste mister, a qualidade também é voltada para a valorização do integrante da Instituição, pois isto certamente trará benefícios para o serviço prestado à comunidade, na medida em que o profissional

estando valorizado buscará desempenhar de forma satisfatória sua missão, como forma de retorno profissional, diante do reconhecimento como pessoa.

Em um estudo comparado, busca-se o pensamento empresarial do ponto de vista do aprendizado como ponto de reconhecimento e valorização profissional:

A formação profissional inicial e continuada leva o indivíduo a ter uma visão mais abrangente das relações de trabalho e obviamente multiplica o saber e as qualificações do trabalhador. É consenso também que o contato constante com novos valores e informações se tornou central para quem quer garantir espaço no mercado de trabalho.

O profissional que consegue dar continuidade à sua formação e atualiza sempre seus conhecimentos através de cursos, leituras, reciclagens e diversificada experiência de trabalho tem chance de se tornar um profissional mais completo – hoje muito valorizado no mercado – e, dessa forma, ser alvo de cobiça das empresas que procuram profissionais mais qualificados (HARGREAVES, 2005, p. 50).

O policial militar, até mesmo devido a sua formação, se sente prestigiado quando participa de uma instrução voltada para o seu desempenho profissional; pois o profissional valorizado e reconhecido apresenta melhores condições de suportar as inúmeras dificuldades na realização do seu trabalho.

A questão da segurança ou sensação de segurança do policial militar também é um fator de valorização, pois sabedor de que o Comando esta desenvolvendo um estudo para zelar pela segurança física e individual, não só quando se encontrar na execução do policiamento ostensivo, como também nos horários em que estiver de folga.

O estudo dos casos em que ocorreram homicídios de policiais militares serve como demonstração aos milicianos, de que o Comando esta preocupado em descobrir as causas ou os erros; e, com isto, orientar seu efetivo para que possa minimizar a incidência de novos casos, em situações semelhantes ou outras que possam ser previstas, em razão da similaridade.

O miliciano conta com o apoio por parte de Superiores e demais integrantes de sua Unidade Operacional, onde exercem o primeiro contato e procuram tomar conhecimento do que pode estar ocorrendo, com aquele que se sente ameaçado, como também nos casos de tentativa de homicídio, procurando colher o maior número de informações, que possam direcionar o andamento da investigação. Neste contexto, a Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, possui atualmente duas Seções de Investigação, pertencentes ao Departamento de

Operações, que são voltadas para a investigação nos casos em que ocorreram tais infortúnios aos milicianos.

O policial militar se sentindo valorizado certamente ficará motivado e passará a ter condições de melhor desempenhar suas funções junto a Instituição Policial-Militar.

2.3.1 Enfoque dos Direitos Humanos

No aspecto da valorização assume grande importância, neste contexto, a preservação da vida do policial militar, assim como as garantias dos Direitos Humanos.

Todo cidadão inserido na sociedade legalmente constituída possui de maneira geral, direitos e deveres; os quais podem ser relacionados como sendo de natureza privada ou pública. Incluem neste contexto os Direitos Humanos, que pertencem à todos indistintamente, ou seja, é universal, pois existe em todo local, não dependendo de raça, religião, escolaridade ou classe social.

Os Direitos Humanos, assim como qualquer outro direito, não surgiram da noite para o dia, pois passou por um processo de desenvolvimento junto à história mundial; vindo a fazer parte da realidade social; e, mais ainda, as constituições da maioria dos países passaram a contemplar estes direitos, sobretudo com a proclamação, pela Assembléia Geral das Nações Unidas, em 10 de dezembro de 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

2.3.2 Hostilidade ao policial militar

O grau de violência existente na sociedade revela situações de extremo perigo para a segurança do policial, quando se encontra afastado do aparato que o Estado lhe confere para exercer a atividade de Polícia.

A família do policial militar passou a adotar como medida necessária de segurança o anonimato da condição de que um de seus integrantes é policial, isto

para poder conviver com vizinhança de pessoas desconhecidas suspeitas de serem de má índole, que podem colocar em risco a integridade física não só do miliciano, como também de qualquer de seus entes familiares.

Na preservação da vida do policial militar deve-se lembrar em primeiro plano dos ensinamentos do Coronel da Polícia Militar Nilson Giraldi, pois foi o idealizador do “Método Giraldi”, que prioriza, dentre outros aspectos as garantias individuais e a preservação da vida.

Segundo comenta o mencionado idealizador:

O “Tiro defensivo na Preservação da Vida”, “Método Giraldi”, tem como finalidade preparar o policial para utilizar seu armamento com técnica, com tática, com psicologia, dentro dos limites das Leis e dos Direitos Humanos, em defesa da Sociedade tendo, como prioridade, a preservação da vida, a começar pela sua e das pessoas inocentes (e também daquelas contra as quais não há necessidade de disparos, livrando-o, assim, de pesados processos e condenações) e, como última alternativa, o disparo dentro da legalidade calcado na necessidade, oportunidade, proporcionalidade e qualidade, com o propósito de tentar paralisar uma ação violenta e covarde, já em curso, por parte do agressor, contra a vida de alguém, inclusive a sua.

Obedece fielmente, os princípios da Carta da ONU para o assunto, do Comitê Internacional da Cruz Vermelha e do Comitê Internacional dos Direitos Humanos (integrantes seus estão divulgando, recomendando e ensinando o ‘Método’, internacionalmente); das Leis, da Realidade e da Política Policial Brasileira; do Policiamento Comunitário; do respeito à dignidade das pessoas; das necessidades e dos Direitos Humanos do policial para o bom desempenho do seu trabalho em defesa da Sociedade; das dificuldades financeiras da quase totalidade das polícias. (GIRALDI,2011).

As nomenclaturas constantes no mencionado método não se tratam de simples terminologias, mas sim caracterizam mudanças de comportamento, em decorrência de ensinamentos adquiridos, dentro daquilo que realmente foi constatado, como sendo de melhor aplicabilidade em termos de conduta e modo de como agir, quando da participação em ocorrências de alto risco para a integridade física do policial militar.

2.4 Considerações finais

A primeira parte do capítulo tratou do ensino na Instituição procurando evidenciar que tanto a formação quanto o aperfeiçoamento e treinamento estão

voltados para a atividade-fim; bem poucas unidades didáticas destinadas a vida particular do policial militar e nenhuma instrução para quando o policial estiver de folga, no que diz respeito a sua segurança ou treinamento de tiro. O que se faz então é procurar uma adaptação daquilo que foi treinado para o serviço e adotar quando estiver de folga.

Em seguida o enfoque foi dado à valorização, na qual demonstrou-se que preocupar de forma humanitária com o policial militar motiva o profissional e firma o papel de liderança do comandante, na medida em que se preocupa com a integridade e bem-estar do policial militar.

3 Pesquisa

3.1 Comentários iniciais

A presente pesquisa se desenvolveu em duas fases, que foram analisadas de forma complementar e interativa; procurando com isto, identificar quantitativamente as variáveis mencionadas na introdução do presente trabalho.

Para que se possa fazer uma correta interpretação dos resultados obtidos na pesquisa, torna-se necessário apresentar o referencial teórico utilizado no presente estudo (SANTOS; CANDELORO, 2006, p. 51).

No campo das Ciências Sociais encontram-se vários autores que possibilitam o desenvolvimento de pesquisas; no entanto, se faz necessário buscar tais referenciais de acordo com as fontes de dados possíveis, de obtenção das informações, na presente pesquisa.

A linha de raciocínio que levou a escolha, no entendimento do autor, da mais adequada área de conhecimento partiu da observação de que as Ciências Sociais são formadas pela Ciência Política, Sociologia e Antropologia. (MARCELLINO, 1988, p.25).

A necessidade que se apresenta para a solução do problema, anteriormente formulado, compreende o estudo de um fenômeno, que é atinente à Ciência Política, afastando a análise do indivíduo, sob o ponto de vista da Antropologia; bem como o comportamento de um grupo dentro da sociedade, estudado pela Sociologia.

No campo da Ciência Policial de Segurança e Ordem Pública, observa-se a abrangência da Criminologia, Gestão, Técnicas e Táticas Policiais. Nesta distinção se verifica a possibilidade de se estabelecer um estudo no campo da Criminologia, assim como de qualquer outra Ciência, de forma interdisciplinar, junto às outras áreas do conhecimento afins; enquanto que na área da Gestão, técnicas e táticas policiais podem ser materializadas a implantação de novas políticas adequadas ao resultado do presente estudo, que poderão ser idealizadas e implementadas por parte do Comando da Instituição Policial-Militar.

Neste aspecto, lembra Miguel (2011):

Pode-se afirmar que a ciência de polícia de segurança e da ordem pública tem por objetivo o estudo sistemático e metódico da polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, ou seja, a Polícia Militar, como Instituição e Estrutura, componente de um sistema denominado segurança pública (MIGUEL, 2011, p. 15).

O direcionamento da pesquisa será feito visando uma adoção de política pública futura, onde a análise dos resultados proporcionará sustentação para planejamentos e adoção de medidas para minimizar a vitimização dos policiais militares no horário de folga. Este direcionamento levará em conta a teoria da escolha racional; onde o comportamento criminoso ou violento é derivado de ação racional dos indivíduos.

Na teoria da escolha racional ou teoria econômica do crime levam em consideração as decisões e escolhas pessoais, ponderando em cima de custos e benefícios; mas não chega a ser um cálculo matemático determinante e sim que influenciam na decisão:

Os custos envolvem a perda da liberdade, caso o criminoso seja preso e condenado, além dos custos representados pela perda de renda, enquanto ele estiver confinado, e as perdas futuras, em razão do estigma e da condenação moral por parte da comunidade. Os criminosos, como mostram os estudos, dificilmente retornam ao mercado de trabalho.

Os benefícios consistem no resultado esperado do ato criminoso, que pode ser dinheiro, bens materiais e/ou algum tipo de gratificação psicológica (*status* ou sensação de poder). Pode, ainda, resultar, de disputas por poder e controle de áreas e mercado entre gangues e quadrilhas (VIAPIANA, 2006, p.156).

Objetivando então oferecer condições para identificar as oportunidades para a ocorrência do homicídio do policial militar em horário de folga; e, com isso proporcionar condições de reduzir estas oportunidades; inicialmente foi realizada uma pesquisa nos arquivos existentes na Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, do registro lá existente e denominado Relatório de Policial Vítima (RPV). Este relatório é próprio da Corregedoria e é preenchido, por policiais militares de serviço, no mencionado órgão corregedor, em todos os casos que um policial militar do Estado de São Paulo for vítima de homicídio ou tentativa de homicídio.

O mencionado Relatório é encaminhado para a Equipe de investigação existente na Corregedoria responsável por realizar o acompanhamento e auxílio da

Autoridade de Polícia Judiciária nas diligências; procurando juntar provas da autoria e materialidade do crime.

3.2 Pesquisa em arquivos da Corregedoria da Polícia Militar

O motivo da delimitação da pesquisa nos arquivos da Corregedoria da Polícia Militar prende-se ao fato de nos registros lá existentes podem ser encontrados diversas informações qualitativas e não somente quantitativas.

Nesta fase da pesquisa foram deparadas com algumas dificuldades, em especial da falta da totalidade dos registros, que não puderam ser localizados no arquivo da Corregedoria da Polícia Militar. Esta falta de registro foi assim detectada:

Tabela 3 – Percentual de Registros catalogados

ANO	Homicídios fora de serviço	RPV localizados	Percentual catalogado
2001	75	59	78,67%
2002	75	35	46,67%
2003	76	8	10,53%
2004	81	19	23,46%
2005	49	28	57,14%
2006	76	4	5,26%
2007	47	1	2,13%
2010	55	55	100%
2011	15	15	100%
TOTAL	549	224	40,80%

Nos anos de 2008 e 2009 não foram localizados nenhum Relatório de Policial Vítima no arquivo da Corregedoria da Polícia Militar. Somente no ano de 2010, com a implementação de uma gestão de tecnologia de informática é que foi possível catalogar os registros de forma completa.

A catalogação foi definida na seguinte conformidade, de acordo com o que foi possível pesquisar:

Tabela 4 – Delimitação de quesitos para a catalogação dos Registros.

QUESITOS	OBJETIVO
NATUREZA	Somente catalogado o homicídio ou tentativa de folga
ANO	Quantidade de RPV de cada ano localizado
Dia da semana e período	Expõe qual dia da semana e horário que ocorreram os casos
Batalhão onde ocorreu o homicídio	Expõe a região onde ocorreram os casos
Batalhão que a vítima pertencia	Expõe as Unidades das vítimas
Tipo de local	Via pública (a pé, carro, moto, coletivo, bicicleta, etc) ou fechado (casa, empresa, estabelecimento comercial, etc)
Idade e tempo de serviço	Expõe a faixa etária e a faixa de tempo de serviço das vítimas
Particularidades	Posto ou graduação; sexo; situação conjugal
Arma	Expõe se a vítima portava arma de fogo
Autoria	Contabiliza a quantidade de agressores, quantidade de disparos e existência de testemunhas
Socorro	Das vítimas socorridas, quantos sobreviveram ou faleceram
Provável circunstância detectada no momento do registro	De acordo com o registro, qual a provável circunstância que foi possível identificar quando do registro do fato. (execução premeditada, vítima de roubo, intervenção ao deparar com crime, etc)

Após a coleta dos dados foram estratificados os resultados na seguinte conformidade: a) efetivo das Unidades; b) natureza; c) dia da semana; d) período do dia; e) tipo de local; f) idade da vítima; g) tempo de serviço da vítima; h) posto ou graduação da vítima; i) sexo da vítima; j) situação conjugal; k) portabilidade de arma; l) quantidade de agressores; m) existência de testemunha; n) quantidade de disparos que atingiram cada vítima; o) quantidade das vítimas socorridas; p) situação do crime.

Deve ser salientado que existe uma diferença de efetivo, dentro das áreas do Comando de Policiamento da Capital (CPC), Comando de Policiamento de Choque (CPChq) e Órgãos de Apoio, conforme tabela abaixo:

Tabela 5 – Efetivo fixado por especialidade de Unidade

Unidade	Efetivo
CPC	20742
Choque	3004
Apoio	4864
TOTAL	28610

Fonte: 1ª EM/PM

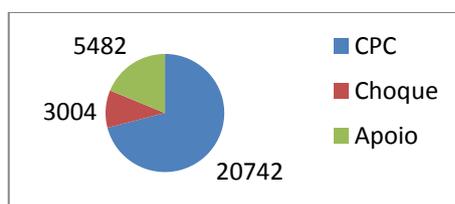


Gráfico 4 – Efetivo fixado por especialidade de Unidade

Esta delimitação do efetivo nada tem a ver com o efetivo quando de cada caso, sendo certo que houve uma evolução a este respeito, com alteração gradual do efetivo, mas serve para que se tenha uma notícia da diferença da quantidade de policiais militares, que servem em cada área delimitada.

Foram verificados os casos de tentativa de homicídio e homicídio, sendo que ao considerar o número total de casos, os homicídios são a maioria; ou seja, os agressores obtiveram êxito na maioria das intenções, conforme tabela 06:

Tabela 6 – Comparativo entre homicídio e tentativa.

NATUREZA	PERCENTUAL
Homicídio	68%
Tentativa de homicídio	32%

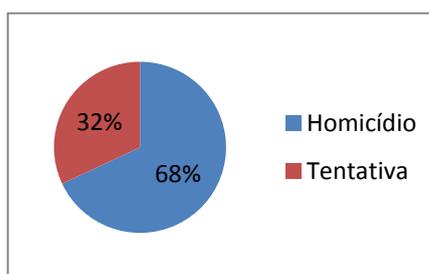


Gráfico 5 – Comparativo entre homicídio e tentativa

Dos casos que foram catalogados, em relação ao dia da semana foi observado grande número de casos ocorridos na segunda-feira:

Tabela 7 – Casos por dia da semana.

DIA DA SEMANA	PERCENTUAL
Segunda	25%
Terça	15%
Quarta	11%
Quinta	10%
Sexta	13%
Sabado	13%
Domingo	13%

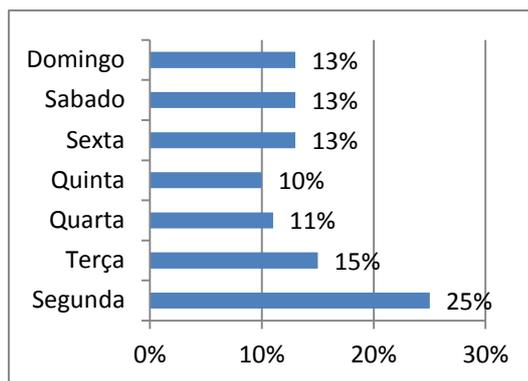


Gráfico 6 – Casos por dia da semana.

Dos casos catalogados foi observado que a maioria ocorreu no período noturno:

Tabela 8 – Período do dia.

PERÍODO	PERCENTUAL
Madrugada	21%
Manhã	14%
Tarde	23%
Noite	42%

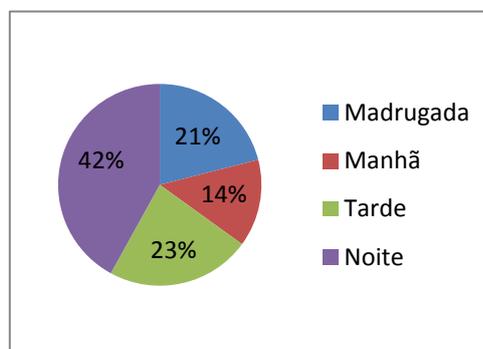


Gráfico 7 – Período do dia.

Em relação ao local que se deu o fato, foi observado que a maioria ocorreu em via pública:

Tabela 9 – Tipo de local onde ocorreu o crime.

TIPO DE LOCAL	PERCENTUAL
Fechado	35%
Via Pública	65%

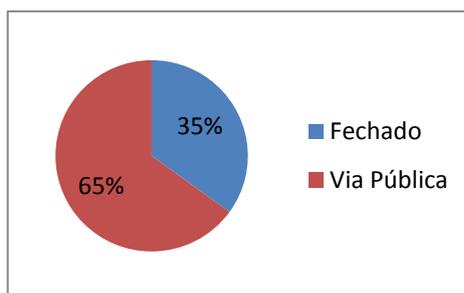


Gráfico 8 – Tipo de local onde ocorreu o crime.

Na via pública, dos registros catalogados a maioria ocorreu quando a vítima estava fazendo uso de veículo ou a pé:

Tabela 10 – Situação em que o crime ocorreu na via pública.

SITUAÇÃO NA VIA PÚBLICA	PERCENTUAL
Carro	40%
A pé	36%
Moto	23%
Outros	1%

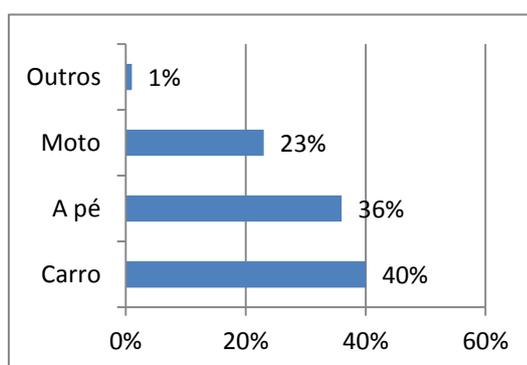


Gráfico 9 – Situação em que o crime ocorreu na via pública.

Já no local fechado, a maioria ocorreu no interior de estabelecimento comercial:

Tabela 11 - Situação em que o crime ocorreu no local fechado.

SITUAÇÃO EM LOCAL FECHADO	PERCENTUAL
Estab. Comercial	41%
Casa	21%
Estab. Bancário	5%
Empresa	5%
Outros	28%

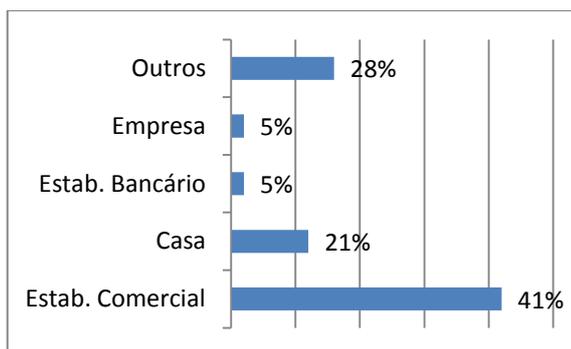


Gráfico 10 - Situação em que o crime ocorreu no local fechado.

Dos registros catalogados foi observado que a maioria dos policiais militares vítimas possuía de trinta a quarenta anos de idade:

Tabela 12 – Idade do Policial Militar vítima.

IDADE DO POLICIAL VÍTIMA	PERCENTUAL
19 a 29 anos	31%
30 a 40 anos	40%
Acima de 41 anos	29%

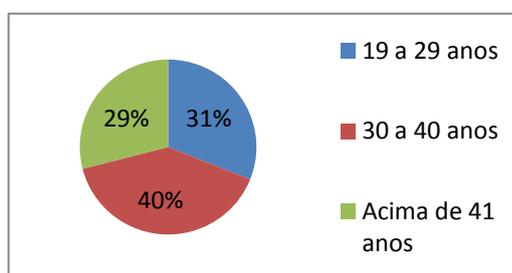


Gráfico 11 – Idade do Policial Militar vítima.

Em relação ao tempo de serviço, dos registros catalogados foi observado que ocorreram mais vítimas dentre os policiais militares que estão nos dez primeiros anos de profissão:

Tabela 13 –Tempo de serviço do Policial Militar vítima.

TEMPO DE SERVIÇO	PERCENTUAL
Até 10 anos de serviço	44%
De 11 a 20 anos de serviço	34%
Acima de 21 anos de serviço	22%

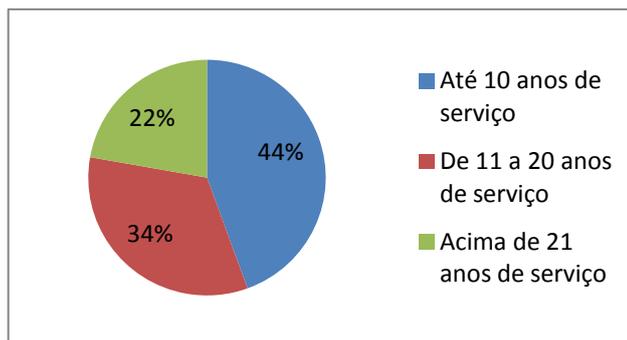


Gráfico 12 - Tempo de serviço do Policial Militar vítima.

Dos registros catalogados foi observado que houve maior número de casos onde a vítima se tratava de Cabo ou Soldado, justamente a parcela maior do efetivo da Instituição:

Tabela 14 – Posto ou Graduação dos Policiais Militares vítimas.

POSTO OU GRADUAÇÃO	PERCENTUAL
Oficial	8%
Sub Ten ou Sgt	15%
Cb ou Sd	77%

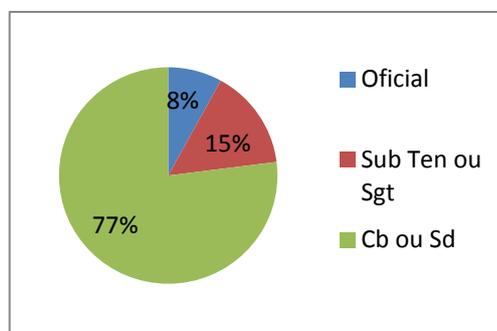


Gráfico 13 - Posto ou Graduação dos Policiais Militares vítimas.

Dos registros catalogados foi observado que ocorreu maior número de casos tendo por vítima os policiais militares masculinos, justamente existindo maior efetivo masculino na Instituição:

Tabela 15 – Sexo do Policial Militar vítima.

SEXO	PERCENTUAL
Masculino	97%
Feminino	3%

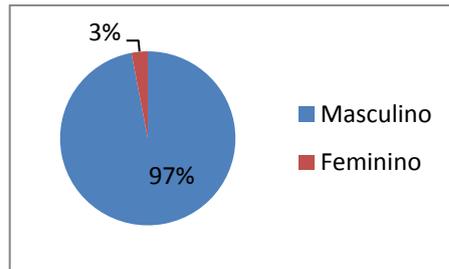


Gráfico 14 – Sexo do Policial Militar vítima.

Dos registros catalogados foi notado que a maioria das vítimas vivia em união estável ou era casado;

Tabela 16 – Situação conjugal dos Policiais Militares vítimas.

SITUAÇÃO CONJUGAL	PERCENTUAL
Casado	74%
Solteiro	26%

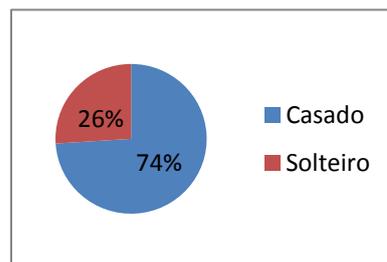


Gráfico 15 - Situação conjugal dos Policiais Militares vítimas.

Dos registros catalogados foi observado que a maioria dos policiais militares vítimas estavam armados:

Tabela 17 – Portabilidade de arma de fogo pelo Policial Militar vítima.

PORTABILIDADE DE ARMA DE FOGO	PERCENTUAL
Portava	85%
Não portava	15%

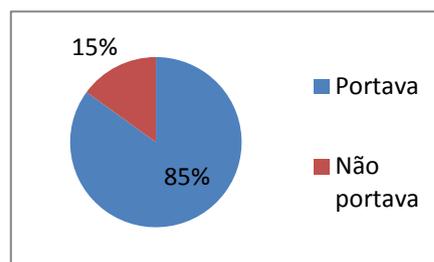


Gráfico 16 - Portabilidade de arma de fogo pelo Policial Militar vítima.

Dos registros catalogados foi verificado que na maioria dos casos os agressores eram em número de um ou dois;

Tabela 18 – Quantidade de agressores.

QUANTIDADE DE AGRESSORES	PERCENTUAL
Um	24%
Dois	43%
Três	14%
Quatro ou mais	6%
Indefinido	13%

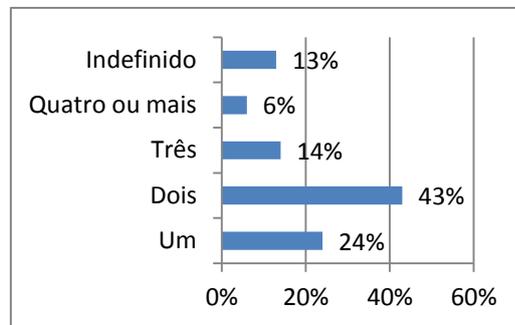


Gráfico 17 - Quantidade de agressores.

Dos registros catalogados na maioria dos casos foram arroladas testemunhas:

Tabela 19 – Existência de testemunha.

TESTEMUNHA DO CRIME	PERCENTUAL
Houve Testemunha	91%
Não houve testemunha	9%

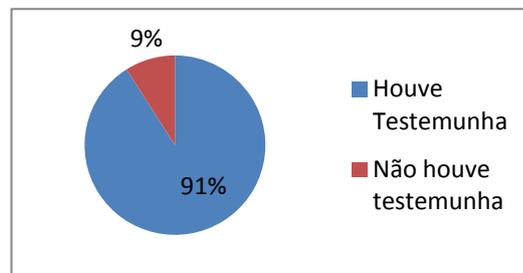


Gráfico 18 - Existência de testemunha.

Dos registros catalogados a maioria das vítimas sofreu um ou dois disparos de arma de fogo:

Tabela 20 – Quantidade de disparos sofridos pelos Policiais Militares.

QUANTIDADE DE DISPAROS	PERCENTUAL
Um	51%
Dois	19%
Três	14%
Quatro	6%
Cinco	10%

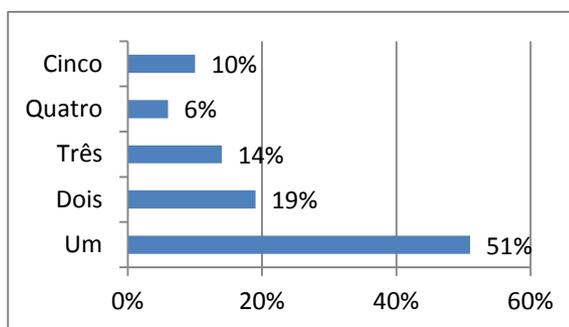


Gráfico 19 - Quantidade de disparos sofridos pelos Policiais Militares.

Dos registros catalogados a maioria das vítimas foi socorrida:

Tabela 21 – Socorro dos Policiais Militares vítimas.

SOCORRO	PERCENTUAL
Socorrido	95%
Não socorrido	5%

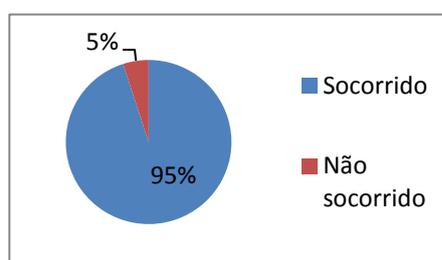


Gráfico 20 - Socorro dos Policiais Militares vítimas.

Dos registros catalogados, quando do momento em que houve o registro foi possível identificar a situação em que os fatos envolvendo a vítima se deram:

Tabela 22 – Circunstâncias em que se deram o crime.

CIRCUNSTÂNCIAS	PERCENTUAL
Roubo	42%
Indeterminado	9%
Execução	24%
Roubo a terceiros	17%
Atividade Extra	8%

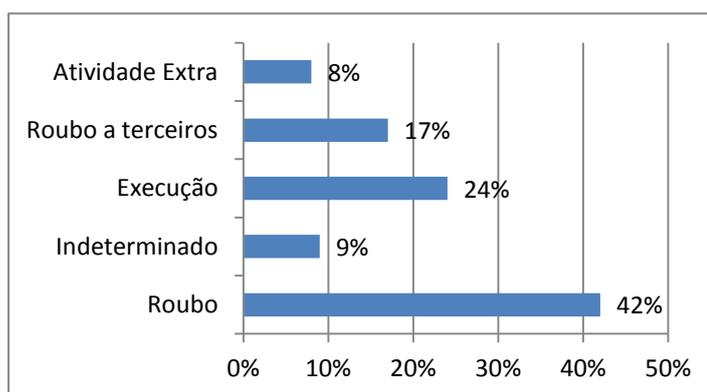


Gráfico 21 - Circunstâncias em que se deram o crime.

3.3 Pesquisa com fonte de dados primários

Após a exposição dos dados obtidos junto aos relatórios produzidos na Corregedoria da Polícia Militar, também foi confeccionado um questionário, como fonte de dados primários.

A proposta da pesquisa procurou abranger o máximo de unidades possíveis, na área de policiamento ostensivo, policiamento de choque e apoio administrativo; para que se tenha uma idéia generalizada da opinião dos policiais militares, independente da peculiaridade das atividades desenvolvidas; ou seja, não se trata de uma amostra estratificada.

Para que se possa delimitar o universo a ser pesquisado foi verificado o efetivo existente de policiais militares, conforme constou na tabela 5, com um total de 28.610 policiais militares.

Delimitado o universo passou-se a realizar o cálculo da dimensão da amostra não probalística, por estimativa de proporção, com população conhecida e sem reposição, com a seguinte fórmula:

$$n = \frac{Z^2 \cdot p \cdot q \cdot N}{(N-1) \cdot E^2 + Z^2 \cdot p \cdot q}$$

Onde:

n = Tamanho da amostra, quantidade de elementos pesquisados

N = número da população

Z = Nível de confiança (diz com que certeza suas afirmações estão sendo feitas).

E = Margem de erro (é o limite máximo de erro tolerável entre o valor real e a estimativa).

p = Proporção ou freqüência que ocorre na população a categoria em estudo

q = proporção populacional de indivíduos que não pertencem à categoria de interessado ao estudo.

Ou seja, após os cálculos realizados a delimitação da amostra, com 90% de nível de confiança e 5% de margem de erro tolerável, chegou-se a necessidade de serem pesquisados 268 (duzentos e sessenta e oito) policiais militares, garantindo o sigilo e ocultação de suas identidades, justamente para que se sintam confiantes a externar sua resposta de forma o mais confiável possível.

O questionário procurou abordar, ainda que superficialmente, questões relacionadas com: a) arma, local e ocasião; b) despreparo; c) reação.

Com relação a arma, local e ocasião foram feitos os seguintes questionamentos: a) qual o período em que permanece portando arma de fogo durante a folga?; b) já foi vítima de roubo ou tentativa, tendo sido subtraído ou tentado subtrair arma de fogo?; c) freqüenta bares ou outros estabelecimentos comerciais, onde pessoas ingerem bebidas alcoólicas?; d) se sim, o faz portando arma de fogo?; e) Faz uso de motocicleta?; f) se sim, conduz motocicleta portando arma de fogo?; g) na folga, porta arma de fogo acondicionada em bolsa, pochete, mala ou mochila?

Dos policiais que foram entrevistados foi perguntado quanto tempo permanece armado em horário de folga:

Tabela 23 – Período em que os pesquisados permanecem com arma na folga.

PERÍODO ARMADO	PERCENTUAL
Sempre	32%
Quase sempre	26%
Raramente	25%
Nunca	17%

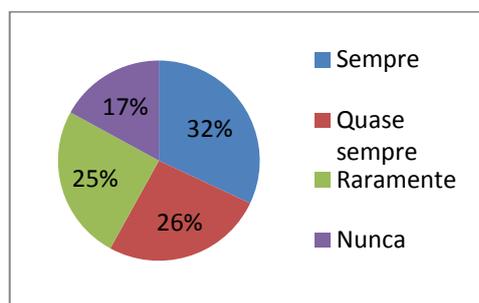


Gráfico 22 - Período em que os pesquisados permanecem com arma na folga.

Dos policiais que foram entrevistados foi perguntado se já foi vítima de roubo de arma de fogo;

Tabela 24 – Entrevistados que já foram vítimas.

VÍTIMA ANTERIOR	PERCENTUAL
Já foi vítima	14%
Nunca foi vítima	86%

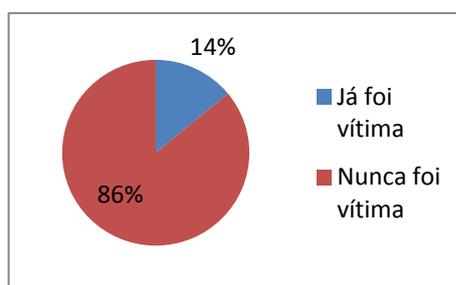


Gráfico 23 - Entrevistados que já foram vítimas.

Dos policiais que foram entrevistados foi perguntado se frequenta estabelecimentos comerciais onde pessoas ingerem bebidas alcoólicas:

Tabela 25 – Entrevistados que freqüentam bar

FREQUENTA BAR	PERCENTUAL
SIM	34%
NÃO	66%

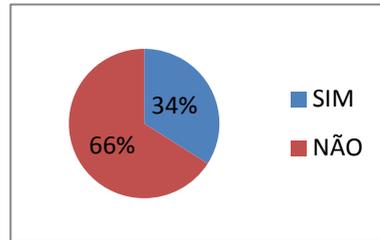


Gráfico 24 - Entrevistados que freqüentam bar

Destes entrevistados que alegaram frequentar bar, alguns afirmaram que o fazem armados:

Tabela 26 – Entrevistados que freqüentam bar portando arma.

FREQUENTA BAR	PERCENTUAL
Armado	29%
Desarmado	71%

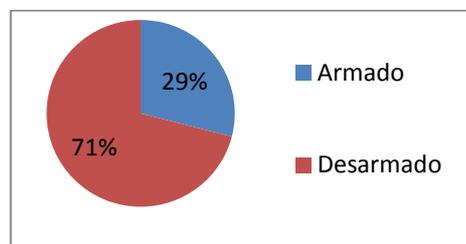


Gráfico 25 - Entrevistados que freqüentam bar portando arma.

Dos policiais que foram entrevistados foi perguntado se conduz motocicleta e em sendo afirmativo, se o faz estando armado:

Tabela 27 – Entrevistados que fazem uso de motocicleta.

MOTOCICLETA	PERCENTUAL
Faz uso	37%
Não faz uso	63%

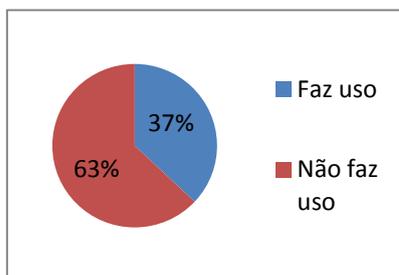


Gráfico 26 – Entrevistados que fazem uso de motocicleta.

Dos policiais que foram entrevistados foi perguntado se porta a arma de fogo em bolsa, pochete, mala ou mochila:

Tabela 28 – Entrevistados que fazem uso de motocicleta armado.

MOTOCICLETA COM ARMA	PERCENTUAL
SIM	47%
NÃO	53%

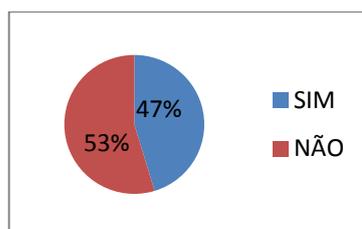


Gráfico 27 – Entrevistados que fazem uso de motocicleta armado.

Com relação ao despreparo foram feitas as seguintes perguntas: a) com que frequência participa de treinamento de tiro?; b) já teve treinamento de tiro em trajes civis?; c) você se sente totalmente preparado para agir em horário de folga, respeitando a oportunidade e conveniência?

A frequência com que o policial militar participa de treinamento de tiro esta diretamente relacionada à sua melhora técnica, do ponto de vista do emprego da arma de fogo, sendo que dos policiais militares que puderam ser pesquisados foi obtido o seguinte resultado, conforme tabela abaixo:

Tabela 29 – Treinamento anual dos entrevistados.

TREINAMENTO DE TIRO	PERCENTUAL
Nenhuma vez ao ano	5%
Uma vez ao ano	75%
Duas vezes ao ano	7%
Três ou mais vezes ao ano	13%

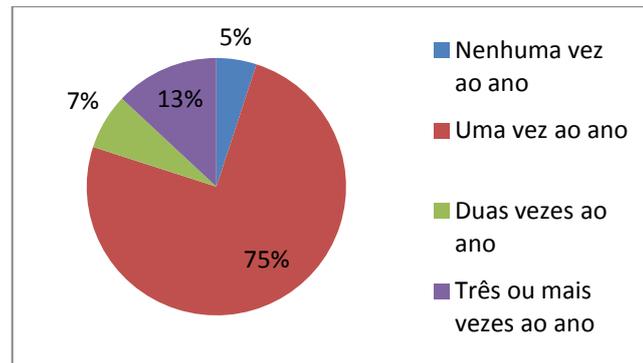


Gráfico 28 – Treinamento anual dos entrevistados.

Dos policiais que foram entrevistados foi perguntado se já recebeu instrução de tiro em trajes civis, esta instrução visa essencialmente a questão da segurança do policial militar, em horário de folga, tendo sido obtido, os seguintes resultados;

Tabela 30 – Entrevistados que já realizaram treinamento em trajes civis.

TREINAMENTO EM TRAJES CIVIS	PERCENTUAL
SIM	37%
NÃO	63%

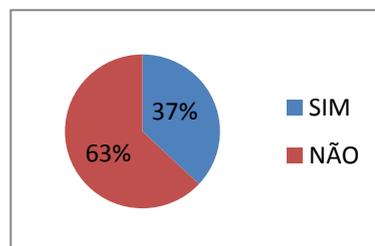


Gráfico 29 – Entrevistados que já realizaram treinamento em trajes civis.

Dos policiais que foram entrevistados foi perguntado se ao considerar a própria avaliação, quanto à condicionamento físico e treinamento de tiro entende estar em que nível de preparo para agir em horário de folga, respeitando a oportunidade e conveniência:

Tabela 31 – Avaliação pessoal quanto ao preparo para agir na folga.

PREPARO PARA AGIR NA FOLGA	PERCENTUAL
Pouco preparado	25%
Relativamente preparado	49%
Preparado	26%

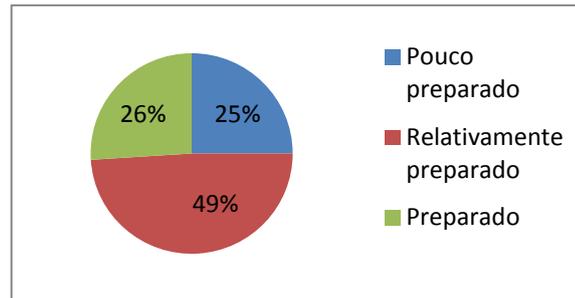


Gráfico 30 – Avaliação pessoal quanto ao preparo para agir na folga.

Com relação a reação foram feitos os seguintes quesitos, no questionário: a) na folga se sente mais seguro estando armado?; b) caso viesse a sofrer uma tentativa de roubo, estando desarmado, pensaria em reagir?; c) caso presenciasse um roubo a terceiros, estando desarmado, pensaria em reagir?; d) e se estivesse armado, pensaria em reagir, caso fosse possível?

Dos policiais que foram entrevistados foi perguntado se na folga sente-se mais seguro estando armado:

Tabela 32 – Sentimento de segurança quando porta arma na folga.

SENTIMENTO DE SEGURANÇA	PERCENTUAL
Portando arma	55%
Não portando arma	45%

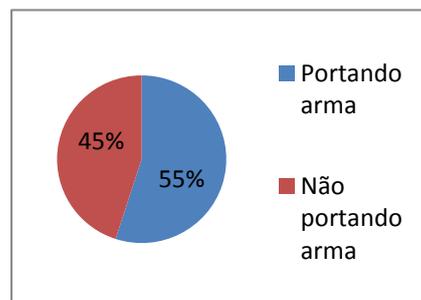


Gráfico 31 – Sentimento de segurança quando porta arma na folga.

Dos policiais que foram entrevistados foi perguntado se pensaria em reagir a um roubo desarmado:

Tabela 33 – Reação desarmada.

REAÇÃO A ROUBO DESARMADO	PERCENTUAL
Pensam em reagir	16%
Não pensam em reagir	84%

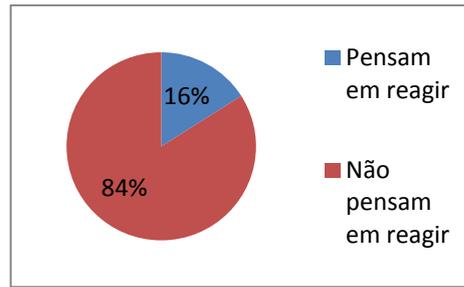


Gráfico 32 – Reação desarmada.

Dos policiais que foram entrevistados foi perguntado se pensaria em intervir em um roubo a terceiros estando desarmado:

Tabela 34 – Intervenção desarmada.

INTERVENÇÃO DESARMADO	PERCENTUAL
SIM	10%
NÃO	90%

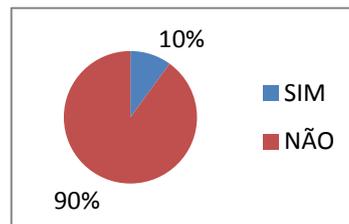


Gráfico 33 – Intervenção desarmada.

Dos policiais que foram entrevistados foi perguntado se pensaria em intervir a um roubo a terceiros estando armado:

Tabela 35 – Intervenção estando de folga e armado.

INTERVENÇÃO NA FOLGA ARMADO	PERCENTUAL
Pensam em agir	86%
Não pensam em agir	14%

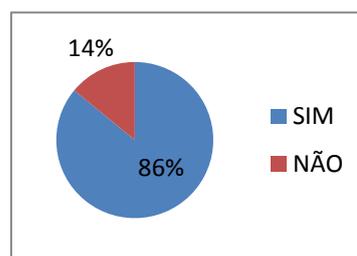


Gráfico 34 – Intervenção estando de folga e armado.

4 Discussão

4.1 Considerações iniciais

O presente capítulo apresenta uma discussão, tendo por base as duas pesquisas realizadas; ou seja, aquela em que analisou os dados obtidos dos registros arquivados na Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo; bem como a pesquisa realizada por intermédio de questionário aos policiais militares da ativa, pertencentes ao Comando de Policiamento da Capital e Unidades subordinadas; Comando de Policiamento de Choque e Unidades subordinadas; e, Órgãos de apoio e subordinados.

Para que a presente discussão possa ser apresentada de forma gradativa e sintética foi delineada a seguinte divisão: a) circunstâncias; b) motivos.

4.2 Circunstâncias

As circunstâncias podem influenciar no resultado morte do policial militar; no entanto não chega a ser determinante, mesmo que contribua para a formação de uma situação de grande risco à integridade física da vítima.

Durante a realização da pesquisa de uma maneira geral foi possível avaliar alguns aspectos, que se relacionam com a situação, em que o policial militar vem a ser vítima de homicídio; em especial os seguintes: a) estudo comportamental; b) análise do risco; c) tratamento do erro; d) confiança; e) despreparo; f) risco desacreditado; g) ingestão de bebida alcoólica; h) rotina; i) fator surpresa; j) envolvimento com a criminalidade; k) personalidade agressiva; l) portabilidade de armamento; m) função exercida na Instituição e preparo policial; n) conduta e postura social.

4.2.1 Estudo comportamental

A doutrina dos sistemas, ou seja, as atividades humanas são interpretadas com base de um somatório de forças e fatores entre a pessoa, a família e o ambiente, que são denominados sistemas que se interagem; é defendida por alguns autores nas diversas situações da psicologia normal; já nas situações da psicopatologia, os autores divergem, visto que o ambiente recebe um papel secundário, deixando a análise centrada no indivíduo (FONSECA, 1997, p.158).

A pesquisa dos antecedentes pessoais, assim como do ponto de vista do ambiente, se reveste de suma importância para se analisar os fatores do perfil de personalidade da pessoa (FONSECA, 1997, p.303).

O ser humano é norteado tanto pela emoção, quanto pela razão. A emoção, que pode transparecer como uma paixão, mas também como ira incontrolável; amor e ódio. A razão motiva atos decorrentes de raciocínio para atingir aquilo que se acredita ser a melhor solução, frente ao que se está deliberando.

O bom senso surge para equilibrar o comportamento e a decisão entre a emoção e a razão; procurando sim, chegar a uma melhor alternativa, muitas vezes ocorre que iniciado um caminho, não se tem como recuar.

Além das influências mencionadas existe outra variável, que pode influenciar na reação de uma vítima, notadamente daquelas que possuem algum tipo de treinamento operacional, que resulte no condicionamento.

O condicionamento é uma situação de adaptação, desenvolvida em razão de reflexos condicionados, em resposta a determinados estímulos, após um número variável de repetições; no entanto a manutenção do reflexo depende do reforço periódico das repetições (FONSECA, 1997, p.152).

Reflexos involuntários, ou seja, ações sem pensar, podem garantir a vida do policial militar, mas também podem redundar em seu falecimento, quando não em responsabilização por excessos. O treinamento individual, tendo por base técnicas de manuseio de armamento, defesa pessoal, condicionamento físico podem auxiliar no sucesso de um reflexo ou ação involuntária, quando do inesperado; diferente do que ocorre com a maioria dos policiais militares; estar treinado não significa ter freqüentado e concluído um curso ou estágio; mas sim dar continuidade

rotineiramente no aprendizado, para que quando houver a necessidade de agir, o resultado da ação seja o mais próximo possível daquilo que se espera.

O comportamento do ser humano deve ser levado em consideração para que se possa tentar estabelecer eventuais possibilidades de desvios de conduta, com isso existe a necessidade de estudar os fatores geradores, para que eventualmente possam ser prevenidos ou, ao menos evitados, para impedir a incidência de crises institucionais.

Os desvios cometidos pelos policiais militares podem redundar na perda do bem maior do ser humano, que é a vida; ou caso isso não ocorra, existe a possibilidade de incorrer em um abuso na ação policial e gerar conseqüências irremediáveis. Outros efeitos que a observar é o prejuízo à imagem da Instituição, com reflexos sentidos por um grande período, após o ocorrido. Atingindo, portanto a pessoa do policial militar, sua família e a Instituição Policial-Militar.

Cabe ressaltar que os psicólogos, por intermédio de testes, questionários e antecedentes podem ter uma idéia das aptidões individuais; mas quando do enfrentamento do perigo de morte não será possível de forma prognostica indicar a real capacidade e resistência dessa pessoa, anteriormente avaliada (LOPEZ, 1959, p.661).

Dentro do estudo do comportamento do ser humano não se pode deixar de mencionar os desvios psicológicos, que em alguns casos o profissional já possuía antes mesmo de ingressar na Instituição, e que de alguma maneira não foram possíveis de serem detectados quando da seleção ou mesmo no período de sua formação profissional; mas também, em outros casos, que podem ter sido desencadeados após o desenvolvimento profissional, eventualmente por algum tipo de trauma ou estresse, que com o somatório de eventos prejudiciais, pode vir a perturbar o equilíbrio psicológico da pessoa.

Existem estudos a respeito da dicotomia de como as pessoas agem com a razão ou com a emoção, o que leva a crer que tais reações por serem inerentes ao ser humano podem ser estudadas também de forma orgânica, conforme matéria publicada na página “Donna” na rede mundial de computadores:

De acordo com um estudo publicado na revista especializada Science, é a dopamina – e não a adrenalina – que faz com que as pessoas tomem atitudes impensadas, deixando-se levar por um impulso. A pesquisa, conduzida pelo psicólogo Joshua Buckholz, da Universidade de Vanderbilt, nos Estados Unidos, concluiu que a impulsão está relacionada a uma

alteração nos receptores da dopamina. Com isso, uma quantidade maior da substância acaba chegando ao cérebro.

A dopamina é um neurotransmissor estimulante, responsável pela sensação de energia e disposição. Na dose certa, proporciona satisfação aos indivíduos. Mas sua falta ou excesso desregulam as funções neurais. E, de acordo com Buckholz, o resultado pode ser caótico.

- Altos níveis de impulsão caracterizam um grande número de distúrbios psiquiátricos, como abuso de substâncias ilícitas, personalidade antissocial e déficit de atenção ou hiperatividade – diz o cientista (MARIA, 2010).

Estas atitudes impensadas podem em situações de risco comprometer a vida do policial militar, o grande desafio é justamente preparar este profissional para atuar o mais racional possível, procurando de certa forma “prever o inesperado”.

Este raciocínio crítico deve considerar ainda, os fatores ou as reações causadas pelo estresse, pois nesta condição o ser humano terá dificuldade em reagir de forma rápida e consciente procurando encontrar a melhor opção de como se portar frente ao repentino evento.

O estresse é notado quando da ocorrência de qualquer exigência ou sobrecarga perturbadora, onde irão ocorrer reações psicológicas e fisiológicas, por parte do organismo, o qual procurará minimizar estas causas. Como consequência aparece a fadiga, podendo chegar ao esgotamento. Por outro lado o estresse por ser um componente normal da vida pode promover certas capacidades do indivíduo, desde que estejam presentes os fatores da “previsibilidade” e do controle dos acontecimentos (FONSECA, 1997, p.343).

4.2.2 Análise do risco

Com relação a análise do risco, o policial militar estando de folga e ao deparar com uma situação inesperada, em que ofereça risco a integridade física terá frações de segundos para analisar a situação e adotar uma postura diante do que esta ocorrendo, sabedor dos riscos que irá envolver tal decisão.

Procurando trazer melhor esclarecimento, torna-se conveniente diferenciar “risco” de “perigo”; ou seja, quando se refere ao risco, a análise é feita em torno da probabilidade de que ocorra um dano e sua intensidade; já o perigo é o agente ou uma ação que podem ser os causadores do dano (GUILHERME, 2005).

Ao descrever o risco pode-se então tomar conhecimento das causas e seus efeitos. Identificar as causas que podem gerar o risco, como sendo os fatores motivadores, que levam a ocorrência do risco; já os efeitos são interpretados como sendo as conseqüências.

O risco possui uma valoração, ou seja, quanto maior for o risco de resultar em uma ação negativa, maior deve ser sua análise para a conseqüente tomada de decisão.

Ao se verificar os casos em que o policial militar vem a reagir a um roubo, notadamente naqueles em que o miliciano infelizmente acaba por ser vítima de homicídio, nota-se que esta vítima, por vezes, percebe o quê esta ocorrendo, analisa o risco e adota uma postura, de acordo com suas condições físicas e psicológicas naquele momento.

As conseqüências resultantes da postura adotada pelo policial militar podem ser, em alguns casos, seu falecimento ou os motivos de sua responsabilização penal, caso incorra em alguma infração delitiva, quer seja pelo erro ou por excesso culposo ou doloso; ou ainda, tendo a sua vida preservada, este sim como sendo o resultado esperado.

O gerenciamento do risco resulta na tomada de decisão, primordialmente, baseado nas informações obtidas da análise do risco, a despeito de um perigo, considerando fatores políticos, sociais, econômicos e técnicos. Este gerenciamento esta fora do contexto do imediatismo e da ação de resposta ao perigo, mas abrange uma estratégia de redução e prevenção do risco. (GUILHERME, 2005).

Para entender a análise do risco, deve-se lembrar que a maioria dos erros são causados por falha humana, daí a preocupação, na área empresarial, em minimizar a ingerência do homem, no manuseio de equipamentos e maquinários. Esta preocupação ocorre em outras áreas, como por exemplo: na informática, no ramo automobilístico ou aeronáutico, dentre outras.

O estudo então aponta para uma avaliação interligada entre a identificação do perigo, procurando conhecer o nível de exposição que se está sujeito, resultando na noção da dimensão do risco que esta em análise.

Verdadeiramente o risco deve ser tratado de forma prioritária e não como exceção, pois caso contrário o perigo passa a ser desacreditado e tende a tornar-se certo quanto a sua incidência.

Neste contexto comenta Minayo que:

Risco é o conceito central do estudo, já que representa uma condição intrínseca à profissão policial. Os estudiosos que avaliam risco apontam que as situações englobadas por essa noção não podem ser consideradas apenas como processos objetivos e redutíveis a análises quantitativas, uma vez que fatores culturais afetam o julgamento dos indivíduos sobre ocorrências arriscadas.

Os policiais constituem uma categoria de servidores públicos para quem o risco não é mero acidente, mas desempenha papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais. Esses profissionais têm consciência de que perigo e audácia são inerentes aos atributos de suas atividades. Seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não descansam.

O sentido do termo risco adequado para este estudo leva em conta sua definição epidemiológica e social. A primeira lhe dá parâmetros quanto à magnitude dos perigos, os tempos e os locais de maior ocorrência de fatalidades; a segunda responde pela capacidade e até pela escolha profissional do afrontamento e da ousadia. A percepção de risco que daí se depreende vem do caráter intrínseco da atividade policial, mas também, do fato de que todos têm porte de armas, tornando-se alvos potenciais das agressões uns dos outros. Essa última circunstância é referida por eles na expressão “vivemos uma paz armada” (Minayo et al., 2011).

Neste sentido e após um raciocínio dedutível chega-se a conclusão de que o risco não deve ser encarado como um fator superveniente, mas sim um evento previsível e, portanto existe a necessidade de estudá-lo de forma científica para que após a produção de conhecimento, se estabeleça ações para minimizar ou neutralizar sua incidência e seus efeitos.

4.2.3 Tratamento do erro

Conceitualmente o erro trata-se de uma ilusão da verdade, ou seja, um falso juízo daquilo que se acredita ser.

Em situação de normalidade pode ser entendido como algumas das causas, que geram o erro, situações como a falta de perspicácia, ou seja, quando se deixa a observação de lado ou realiza uma tarefa de forma incorreta, o resultado esperado pode ser diverso da realidade.

A falta de atenção e concentração ao realizar determinadas tarefas; idéias pré-concebidas; impaciência e a preguiça em ser diligente podem resultar em erros. Enfim, evidencia-se que as causas do erro estão diretamente relacionadas à forma

de atuar do ser humano; mas sabe-se que situações adversas também podem resultar em erro, o que em tese, não dependeria da ação da pessoa.

Entendendo a conceituação do erro e sabendo das causas geradoras deste evento, pode-se passar a analisar e chegar a algumas medidas para evitá-lo.

No planejamento estratégico, o estrategista deve considerar a incidência do erro, e com isso, após prever tais possibilidades, adotar medidas preventivas e elaborar o plano de contingência.

Dentro desta estratégia o plano de contingência é fruto de um estudo, em razão da possibilidade da existência de alguma intercorrência, ou seja, o surgimento de algo indesejado durante a realização de algum evento.

Antes de pensar no que fazer após o cometimento do erro, melhor seria se fossem adotadas medidas que viessem a minimizar a ocorrência das falhas, evitando os devaneios, caprichos e se valer da lógica.

Lógica compreende o somatório de regras e princípios voltados para a orientação de forma implícita ou explicitamente, objetivando a resolução de um problema (FERREIRA, 2004, p.1225).

O estudo da lógica faz entender que alguns fatos podem ser gerados de outros fatos, quer por um processo de indução, ou seja, a conclusão é alcançada em razão de um processo indutivo, quando uma variável induz a existência do resultado; ou de um processo dedutivo, quando o resultado é obtido por meio da análise de outros resultados.

Neste sentido, do ponto de vista do método para o estudo, menciona-se a escola clássica, partidária do método dedutivo; assim como a escola positivista, voltada à indução (MOLINA, 1997, p.148).

De uma maneira geral, a disciplina do ser humano deve ser constante para minimizar, ou evitar o erro, portanto uma maneira coerente seria a de desconfiar de si mesmo, agindo criticamente, com relação às suas impressões.

Preocupado com a segurança do policial militar, ensina Nilson Giraldi:

As maiores crises de uma polícia ocorrem quando a arma dos seus integrantes ao invés de servir e proteger a sociedade se volta contra a sociedade;

A maior desmoralização do estado ocorre quando a arma dos seus agentes ao invés de servir e proteger a sociedade se volta contra a sociedade;

O maior desrespeito aos direitos humanos ocorre quando a arma dos seus agentes ao invés de servir e proteger a sociedade se volta contra a sociedade;

A maior causa da morte de policiais em serviço ocorre quando eles não sabem usar suas armas de fogo para se defender;

A maior causa da perda da liberdade do policial em serviço ocorre quando usa sua arma de fogo de forma incorreta.

Portanto, um só fato, que é o uso incorreto da arma de fogo, por parte do policial, provocando cinco tragédias distintas:

- . Crises na polícia;
- . Desmoralização do Estado;
- . Desrespeito aos Direitos Humanos;
- . Morte do policial;
- . Perda da liberdade do policial.

Donde se conclui que a matéria mais importante de uma instituição policial é o treinamento do uso da arma de fogo com a finalidade de servir e proteger a sociedade e o policial (GIRALDI, 2011).

O método GiralDI foi idealizado e esta sendo amplamente empregado na Polícia Militar, justamente por realizar o treinamento após ter sido feita uma observação dos erros já cometidos por policiais militares.

4.2.4 Confiança

Na relação interpessoal pode ser citado que o ato ou a condição de confiar, representa uma questão entre de um lado quem confia, em contrapartida de quem recebe a confiança, podendo ser recíproco, este sentimento.

Confiança, portanto, envolve impressões e pensamentos, onde a pessoa leva a crer que possui condições de confidenciar algo; no entanto, a confiança que podemos observar, nos casos em que pode colocar em risco a integridade do policial militar é a confiança em si mesmo.

Faz parte da formação do policial militar ser preparado para enfrentar dificuldades, pois a sua carreira irá impor isto, e por esta razão, deve estar pronto para tomar decisões, em situações de dificuldade. Ao passar por situações difíceis profissionalmente, esta característica garante ao Militar do Estado certa confiança para enfrentar outras de maior ou menor complexidade.

Caminhando por este raciocínio, ao se observar o policial militar, pode ser extraído o ensinamento de que todos possuem graus de confiança profissional para enfrentar situações perigosas. Pode existir policial com muito tempo de serviço, que aparentemente se mostra menos confiante, que um policial recém formado, sendo

este um dado, que envolvem muitas variáveis, tais como: experiência vivida, personalidade e preparo profissional; dentre outras, que podem influenciar em tal sentimento.

Ser ou não confiante pode se tornar um fator que coloca em risco a integridade do policial militar, quando estiver de folga, pois ele pode trazer para seu horário de folga a mesma confiança com que desenvolve sua atividade, enquanto esta de serviço, onde se encontra identificado e ostensivo; já quando esta de folga, ainda que, portando armamento, não pode contar com o restante do efetivo, a comunicação pela rede de rádio das viaturas policiais e o Centro de Operações da Polícia Militar, atuando no anonimato, podendo ser confundido por outras pessoas, uma vez que não se encontra uniformizado e identificado.

Trata-se de um erro confundir entre estar preparado para agir em uma eventual situação de risco; e, passar a ter certeza de que terá sucesso na forma de atuar, antes mesmo de fazer qualquer análise em concreto; passando então a se portar com desleixo.

Esta negligência, ou seja, no caso de agir com excesso de confiança acaba gerando procedimentos descuidados. Daí a razão de que em alguns treinamentos existe a preocupação e a necessidade de estar sempre na busca de novas situações para que a pessoa não se acomode na forma de agir e sempre esteja atento para eventos inopinados.

O excesso de confiança tem relação direta com a habilidade da pessoa em agir, de modo que caso a situação enfrentada seja entendida como sendo de fácil resolução, existe a tendência de não se dar o devido valor; no entanto, se precisa ter o entendimento de que a garantia do sucesso esta vinculada a utilização de suas habilidades, com capacidade plena.

4.2.5 Despreparo

O preparo profissional é algo abrangente, englobando conhecimento intelectual, preparo físico e psicológico, dentre outros requisitos; pois a função policial-militar é complexa.

Em alguns casos, o policial não se encontra preparado intelectualmente para desempenhar a função, ou seja, lhe falta conhecimento técnico para lidar com determinados assuntos ou situações relacionadas às questões legais inerentes ao exercício do policiamento preventivo.

Na mesma conformidade existem situações reais, que ocorreram e demonstraram fortes evidências de despreparo quanto à forma de agir ou atuar como policial, diante de uma ocorrência policial, notadamente no momento em que o miliciano se encontra de folga; daí a evidência de falta de técnica e tática policial.

Outro aspecto que merece ser citado é o despreparo físico; pois o policial, por desenvolver uma atividade operacional necessita estar em plenas condições físicas para desempenhar sua função, caso contrário não irá conseguir se defender ou agir de modo satisfatório.

A questão do preparo físico é complexa e não merece ser deixada a cargo particular do policial, pois tal ponto torna-se requisito para o desempenho da função; e, porque não dizer que pode significar a possibilidade de garantir a integridade física do miliciano estando de serviço ou mesmo em horário de folga.

A Polícia Militar possui diversos órgãos, com várias funções desempenhadas por seus integrantes, que dizem respeito a atividade operacional ou administrativa; sendo que por esta razão existem profissionais capacitados e até especializados em determinadas áreas, principalmente nas administrativas, devido ao grau de complexidade e responsabilidade frente a modernidade e informatização.

Neste contexto, os policiais que atuam na atividade fim diretamente, ou seja, no policiamento propriamente dito, estão frequentemente preocupados com a segurança e de uma forma ou de outra acabam recebendo algum tipo de instrução ou treinamento neste sentido, principalmente quanto ao treinamento de qualquer procedimento operacional padrão.

Esta mesma preocupação, ou seja, desenvolver uma mentalidade de treinamento de segurança, não é tida como prioritária quando este profissional não esta exercendo sua atividade no policiamento de forma direta, em razão naturalmente de outras urgências ligadas ao serviço administrativo.

O policial militar que atua frente ao perigo ou mesmo próximo dele; necessariamente e naturalmente acaba por desenvolver uma percepção maior para as questões de segurança, já aquele que não é forçado a se manter em alerta por questão de segurança, apresenta defasagem em termos de ação profissional e

técnicas policiais, além de saber ou ter conhecimento de como agir de forma pontual frente a uma situação de perigo.

Trata-se de um desafio então poder conciliar os vários treinamentos nas diversas funções exercidas na Instituição, com os treinamentos voltados ao policiamento para que o policial militar tenha sempre em pauta as novas técnicas e desenvolva a capacidade de manter-se atento ao perigo, principalmente em seu horário de folga. Neste contexto, nos estágios de aperfeiçoamento profissional que são realizados anualmente já houve um grande avanço, no sentido de possibilitar ao miliciano a oportunidade de passar por uma avaliação de procedimentos de tiro, com o método Giraldi.

Certamente existem fatores que podem influenciar no resultado de uma ação em horário de folga, uma delas que esta diretamente ligada ao despreparo é justamente a distância que existe entre saber o que fazer e ter condições de fazer. Aqui então, evidencia-se a dicotomia entre mente e corpo.

Em alguns casos a pessoa pensa que pode realizar determinada tarefa, mas quando parte para a ação descobre que suas condições físicas o impede de conseguir seu objetivo; o problema é que infelizmente em alguns casos isto pode custar a vida.

4.2.6 Risco desacreditado

A coragem e o medo devem existir na personalidade de uma pessoa de forma equilibrada, sob pena de interferir não só no comportamento individual, mas também poderá refletir nas ações profissionais e em seus resultados.

Neste sentido, se a pessoa possuir medo excessivo, fatalmente terá dificuldade em dar andamento nas ações em que envolva risco, permanecendo inerte e receoso, o que em alguns casos, por deixar de agir, pode resultar em ofensas a integridade do próprio policial militar; como também eventualmente de outras pessoas; já a coragem, na mesma conformidade pode vir a ser um fator de risco, pois quando não se dá o devido valor a uma determinada situação perigosa,

até mesmo por excesso de confiança, pode ocasionar situações inesperadas e perigosas, comprometendo a segurança do miliciano.

Profissionalmente, o policial militar em sua esfera de atribuição não deve de maneira nenhuma desacreditar no perigo, naquilo que já é conhecido e tentar prever ou imaginar aquilo que pode vir a ocorrer de desconhecido. Este pensamento é muito importante quando se planeja uma ação policial, ou mesmo uma operação; pois entender que o perigo existe e pode realmente ocorrer, somente desta maneira é que poderemos adotar medidas protetoras a serem desencadeadas, em caso de necessidade.

Existem procedimentos policiais que não devem ser deixados de lado, principalmente os ensinamentos básicos, tais como superioridade numérica, manuseio seguro de armamento, procedimentos policiais como forma de valorizar a vida, dentre outras medidas; pois não se deve agir displicentemente, o que poderá resultar em desfechos negativos.

A questão de não dar o devido valor ao risco tem a ver com subestimar o perigo ou superestimar o potencial individual. Quando ao analisar uma situação se deixa de mensurar com prudência o devido grau do risco, passa-se então a deixar de adotar medidas preventivas de segurança; e, ao passo, de quando ocorre uma valoração do risco de forma equivocada pode passar a ter uma confiança excessiva, ou seja, supervalorizando os potenciais, então podem ocorrer surpresas desagradáveis.

Daí a importância do treinamento constante; pois serve para sinalizar, em alguns casos, que o policial militar, ao contrário do que imagina, não está nas condições que pensa estar.

O policial recém-formado pode incorrer no erro de acreditar demasiadamente em sua potencialidade defensiva e ser surpreendido por fatores adversos; já o policial que é veterano, pode vir a subestimar o perigo, em razão de já ter passado por diversas situações semelhantes e todas terem sido resolvidas de forma a contento; logicamente que tais argumentações não devem ser interpretadas como regra, mas como possibilidades, levando-se em conta a questão do tempo de serviço e experiência profissional.

4.2.7 Ingestão de bebida alcoólica

A atenção esta voltada em especial para a postura do policial militar no seu horário de folga, daí a relevância para que sejam muito bem escolhidos os locais onde freqüenta e acaba ingerindo bebida alcoólica.

A pessoa que ingere álcool acaba sofrendo alterações em seus reflexos, chegando a prejudicar o equilíbrio, de acordo com a quantidade ingerida, dentre várias outras limitações, que o álcool provoca no organismo humano.

O policial militar estando de folga, ao adentrar a um estabelecimento comercial durante uma confraternização com seus amigos e passa a ingerir álcool, deve ter o conhecimento de que tal postura pode comprometer sua segurança ou colocar em risco a integridade de terceiros; pois as mesmas restrições para quem dirige, também cabem para quem porta uma arma de fogo.

O miliciano deve primar pelo seu pronto emprego, pois é por isso que esta portando armamento, tendo este pensamento então se pode associar a idéia de que quando estiver armado deve-se evitar o consumo de bebidas alcoólicas, por questão de segurança; ou vale dizer que nos momentos de confraternização, em locais públicos, quando se fará ingestão de álcool, então é prudente que se evite estar portando arma de fogo.

A segurança individual depende de alguns fatores, tais como preparo pessoal, condições de armamento, legalidade de ação e outros; mas a avaliação para determinar a forma de agir ou em que momento isto pode e deve ocorrer, dependerá das plenas condições físicas e psíquicas, sob pena de ocorrer uma interpretação errônea da situação de risco vivenciada e gerar resultados danosos.

Além da situação aqui tratada com relação à ingestão de álcool, tem-se ainda a questão de medicamentos que causam efeitos colaterais, que sob avaliação médica, pode inviabilizar a portabilidade de armamento. Neste ponto, já como vem bem observado na Instituição, para que seja autorizada a carga de arma de fogo, o policial militar deve estar apto pela avaliação médica.

Conscientização e mudança de postura são temas que devemos explorar, pois existem exemplos de ocorrências em que policiais militares foram vítimas de furto e roubo de armamento, durante confraternização; situações que ocorreram

disparo de arma de fogo acidental ou desnecessariamente, além de desinteligências com agressões no interior de locais públicos, sempre com ingestão de bebida alcoólica.

Qualquer substância que possa causar mudança de percepção ou provocar alteração psíquica pode sem dúvida alguma fazer com que a barreira da consciência perca sua eficiência e possibilitar que a pessoa venha a agir em desconformidade de seu estado de consciência normal.

Nesta questão menciona-se a droga lícita e a ilícita; pois com o passar dos anos perdeu-se a prevalência dos casos de alcoolismo, passando a fazer parte de nossa realidade, assim como em toda a sociedade, problemas com dependência química por medicamentos e entorpecentes.

A arma em alguns casos pode representar um aumento da potencialidade do policial militar, perdendo então sua real característica, que é ser um instrumento de defesa. Este quadro se agrava com a ingestão de substância que pode causar mudança de percepção ou de comportamento da pessoa; ou seja, se ao portar um armamento o policial militar estando de folga, em alguns casos, vem a se sentir com maior vantagem perante as outras pessoas, somando-se a questão de não estar de serviço longe de fiscalização; de seu parceiro de trabalho e de seus superiores pode ocorrer a possibilidade de vir a se envolver em uma ocorrência policial, em razão de desentendimentos interpessoais.

Enquanto que a bebida ou qualquer outra substância que cause alteração psíquica no ser humano vem a interferir na intensidade dos bloqueios do comportamento da pessoa; aliada a condição de potencializador da coragem, proporcionada pela arma portada pelo policial militar; sendo esta combinação altamente nociva e propícia para que venha ocorrer trágicos resultados, tais como a responsabilização em razão de uma conduta ilícita e abusiva ou ainda o comprometimento da vida do policial militar.

4.2.8 Rotina

O policial militar até por força de sua formação, principalmente com relação ao cumprimento de horários e compromissos tem por costume praticar os mesmos

atos e ações de forma ordenada e rotineira, trazendo um grande desconforto quando isto não é possível; e, por outro lado, nada mais perigoso também (CAMARGO, 2011).

A questão da organização faz realmente parte da característica do militar, pois em regra não chega atrasado, nem falta ao serviço ou locais onde deve dar cumprimento nas missões, que lhe são confiadas.

O policial militar em razão da função pública que exerce, necessariamente deve atentar aos riscos e perigos que a qualquer momento pode vir a ser vítima; daí a questão da rotina, conhecida nos treinamentos como: “zona de conforto”. Esta situação faz com que se diminua a atenção, por não acreditar que possa sofrer algum atentado a sua integridade física.

A rotina também é trazida das ações do trabalho para o momento de folga, sendo isto de extremo perigo; pois o policial militar durante o serviço de patrulhamento, por estar fardado, identificado e com todos os equipamentos que o Estado lhe proporciona, acaba realizando diversas abordagens, com grande margem de segurança; mas não se pode acreditar, que esta segurança também irá ocorrer no momento em que for agir, estando de folga, sem identificação, nem se valer dos meios operacionais e apoio policial; no entanto, quando isto vem a ocorrer, acaba por deixar vulnerável a segurança pessoal do miliciano; situação esta que em muitas vezes não pode ser reparada e acaba por trazer grande perigo para o policial.

Todo desenvolvimento de um trabalho acaba gerando certa repetição das tarefas, onde ao procurar organizar tais ações surgem as rotinas; ou seja, em razão de sempre se executar uma ação, acaba redundando uma mesma reação, a qual passa a ser esperada.

Este efeito psicológico gerado no ser humano, ou seja, esta espera do resultado, no caso do policial pode ser fatal, pois aquele profissional que age em ocorrência de averiguação de suspeito, de forma repetitiva e nunca acontece qualquer coisa inesperada, pode criar um efeito ilusório de que dificilmente irá ocorrer algo fora do controle.

Estar atento para a rotina significa estar preocupado com a autoproteção, sendo que providências simples e adoção de pequenas cautelas podem resguardar a integridade física do policial militar, em seu horário de folga.

O policial militar que estando de folga vem a interferir em um crime praticado por meliantes, acreditando que caso venha a ser obrigado a efetuar um disparo com sua arma de fogo estará com a situação resolvida, pode ser surpreendido com um enfrentamento ainda maior, por parte dos infratores. Infelizmente isto ocorreu com o Soldado da Polícia Militar Mario Donizete Gonçalves, pertencente ao 21º Batalhão de Polícia Militar do Interior, localizado no município do Guarujá, estando de folga ao dar a voz de prisão a dois indivíduos armados, que praticavam roubo, teve como conduta sair do estabelecimento comercial, onde se encontrava ingerindo uma bebida alcoólica, se aproximando dos infratores e efetuou um disparo, ainda segurando o copo com a bebida; em seguida corre para dentro do estabelecimento em fuga; já os meliantes tiveram como conduta se voltarem para o policial, diminuindo a silhueta fazendo com que não fossem atingidos pelo único disparo do policial, em seguida, efetuaram diversos disparos de arma de fogo, que infelizmente resultaram na morte do miliciano. (Relatório de Policial Vítima nº CorregPM-60/141/2010)¹.

4.2.9 Fator surpresa

O momento de maior risco para o policial militar que estando de folga vem a sofrer qualquer ameaça a integridade física, em alguns casos esta na reação; pois por ter sido tomado de surpresa acaba ficando vulnerável e desprotegido.

Podemos estabelecer hipoteticamente três momentos, nos casos de ofensa a integridade física de uma vítima; ou seja, o primeiro momento é quando a vítima esta sendo vigiada, onde ocorre a aproximação e esta é a melhor ocasião para o policial militar detectar o risco iminente e adotar ações evasivas, que podem garantir sua segurança. O segundo momento é a ação ofensiva propriamente dita, onde ocorre a violência por qualquer meio, quer seja por arma de fogo, arma branca, veículos ou outros possíveis; podendo ou não ocorrer contato físico entre o agressor e a vítima; sendo que este momento é crucial, que definirá o resultado criminoso, onde a vítima se não estiver preparada e em condições de esboçar uma reação,

¹ Relatório confeccionado e registrado no serviço de permanência da Corregedoria da Polícia Militar do Estado de São Paulo, no dia:

possui grande possibilidade de sua integridade física ser abalada, salientando que somente estará preparada, se teve condições de detectar o perigo anteriormente. Já o terceiro momento é o da finalização da ação, que envolve tanto o socorro da vítima, quanto a fuga do agressor.

Podemos então dizer que na maioria dos casos, em que o policial militar foi vítima de homicídio, vindo a esboçar uma reação, seja ela mediante uso de arma ou luta corporal, não estava preparado; ou seja, não houve a detecção do perigo, vindo a reagir quando já houve a vigilância e a aproximação por parte do agressor. Além de não estar preparado também pode ocorrer que não esteja em condições de reagir devido a alguma impossibilidade naquele momento.

O estado de alerta para o policial militar, que se encontra armado, deve ser constante, pois caso contrário ficará indefeso, devido ao fator surpresa, ainda que possa estar em condições de reagir de forma armada; agora uma das possibilidades de garantir a segurança seria justamente inverter este fator surpresa, dentro desta ação e reação; isto ao nosso entender possui grande possibilidade de ocorrer, quando ocorrer a detecção no mencionado primeiro momento da ação, conforme descrito acima.

Lidar com aquilo que ocorre de forma inesperada pode não ser uma matéria simples, principalmente nos casos em que se depara com o perigo do evento morte, diante de rápidos momentos e situações imprevisíveis do ponto de vista da vítima.

Ao ser vítima do fator surpresa ocorrerá uma grande desvantagem psicológica da situação, pois levarão alguns segundos necessários para que se possa analisar e entender a complexidade da situação e então decidir, em um rápido processo de tomada de decisão, quanto a reagir passando a aguardar uma oportunidade para isto; no entanto, se a reação for inopinada tende a ser um ato frustrado, que poderá causar a vitimização do policial militar.

A reação passa a ser então um fator decisório entre sobreviver ou morrer, podendo ocorrer algumas situações distintas e particulares em cada caso, ou seja, pode ou não vir a ocorrer novamente.

Se a decisão da vítima for a de não reagir, não estar armado passará a ser um fator importante para ser levado em conta para que não seja morto; no entanto, se o policial militar estiver portando arma de fogo, sua situação se agrava. Caso a decisão seja no sentido de reagir estando ou não armado, deverá estar preparado para tal, dentro do melhor momento possível, somente se conseguindo isto com

treinamento constante, sob pena de passar a aumentar os níveis de risco, que estava ocorrendo.

No momento da reação ocorrerá uma mudança fisiológica no organismo da vítima, ocorrerá um aumento do batimento cardíaco e um aumento da liberação de adrenalina como forma de defesa orgânica; e, involuntariamente a visão ficará focada para o perigo; ou seja, ocorrerá uma diminuição da visão periférica, sendo conhecido este fenômeno como “visão em forma de túnel”, justamente fazendo menção ao direcionamento do foco da visão em um único ponto.

Certamente pode ser desenvolvido todo um treinamento, na qual procurará simular, na medida do possível, este momento crítico e com isso procurar melhores condições de controle dos efeitos gerados nestas situações de extremo risco, desenvolvendo os sensores biológicos, aumentando a habilidade que todos podem e precisam desenvolver, principalmente com relação a percepção do risco (OLIVEIRA, 2011).

4.2.10 Envolvimento com a criminalidade

O indivíduo que decide enveredar para o cometimento de atos criminosos; o faz sabendo das responsabilidades inerentes a sua conduta; sendo que acaba por assumir compromissos ilegais para com seus comparsas, muitas vezes pagos com a vida.

O crime deixou de ser individualizado e autônomo, pois atualmente o criminoso busca informação de como agir e se vê encorajado para agir, pensando na impunidade e na proximidade de outros integrantes de facções criminosas; portanto as pessoas passam a viver sob a ameaça do crime organizado. A organização possui amplas áreas, tais como a atuação, em especial, do comércio ilegal de drogas; a disciplina de conduta dos criminosos, sendo previstos julgamentos e atribuições de punições para aqueles que incorrerem em ações, tidas pelos criminosos, incorretas e ainda o controle orçamentário.

Atualmente a venda de entorpecente movimenta muito dinheiro, resultando em grandes somas ilegais e com isso a aquisição de valiosos bens móveis e grandes propriedades, tudo resultante dessa organização junto ao comércio ilegal de

drogas; sendo que com tais atrativos, infelizmente, por vezes nos chega a notícia de denúncias, onde policiais se deixam levar pela corrupção e acabam por deixar de adotar medidas policiais de ofício, visando o recebimento de vantagem indevida.

Neste sentido, o policial militar que age cometendo crime deve ter conhecimento de que além das responsabilidades legais, impostas pela Justiça, para aqueles que ao serem flagrados e condenados, junto ao devido processo legal; também deve saber que sua ação criminosa incorrerá em compromissos perante os outros criminosos, com quem venha a se relacionar; podendo então ser alvo de represália, caso os acordos criminosos não forem cumpridos, podendo até vir a custar sua vida, devido ao envolvimento com a criminalidade.

Quando se visita um local onde ocorreu um crime contra o policial militar e ainda, ao se tomar conhecimento de que forma se deram os fatos, bem como analisando o laudo necroscópico, pode-se ao menos, em alguns casos, deduzir ainda que prematuramente, se o crime que retirou a vida da vítima apresenta características de caráter inopinado, ou com indicações de ter sido premeditado; em razão de algo que tenha ocorrido anteriormente, tais como os crimes passionais, por vingança ou por envolvimento criminoso; isto porque em geral, este crime é revestido de crueldade, com ações verdadeiramente bárbaras, com alto grau de violência.

Quando o fiscal da lei passa a ser o infrator incorre duplamente em erro, primeiro que abandona a legalidade de suas ações profissionais, com a investidura do Poder do Estado perante a sociedade; e, em segundo acaba se tornando um possível alvo de vitimização.

Para que se possa ter idéia, após pesquisa realizada no banco de dados da Corregedoria da Polícia Militar e do Centro de Inteligência da Polícia Militar, no Estado de São Paulo, no ano de 2010 foram instaurados 440 (quatrocentos e quarenta) Portarias de Investigação, em razão de cometimento de infrações disciplinares e criminais; bem como ocorreram 69 (sessenta e nove) demissões de policiais militares e 144 (cento e quarenta e quatro) expulsões de policiais militares².

Estes números servem apenas para contextualizar a depuração interna da Instituição Policial-militar, não tendo a pretensão de trazer qualquer tipo de indicação

² Informação disponível em <http://www.intranet.policiamilitar.sp.gov.br/organizacao/unidades/cipm/Setor_Estatistica/Analises%20Quantitativas/ProcAdm.htm>. Acesso em: 27 abr. 2011.

à respeito da quantidade de procedimentos e atos exclusórios, como uma das causas de vitimização do policial militar.

Cabe ressaltar que o cometimento de um erro, no sentido de ocorrer o envolvimento criminoso, pode levar a morte do policial militar, sendo que esta divulgação visa a reforçar os padrões éticos e morais presentes na Instituição. Portanto, além das conseqüências penais e administrativas, também pode trazer resultados fatais ao miliciano infrator da lei.

4.2.11 Personalidade agressiva

O candidato ao ingresso na carreira policial-militar tem conhecimento de que ao se inscrever para o concurso deverá ser aprovado em todas as fases, de conhecimento, físico, médico, psicotécnico e investigação social; sendo que a avaliação do psicotécnico vem a ser de suma importância, assim como as demais, em sua respectiva área de avaliação.

O profissional da área ao analisar o candidato deve estar preocupado em atentar para identificar traços psicológicos dos mais variados tipos, dentre eles pode-se citar algumas tendências a suicídio, estado depressivo, agressividade ou violência; e, outros possíveis desvios de personalidade, que podem comprometer o futuro profissional de polícia e a Instituição Policial-Militar.

A conduta do policial militar além de dever ser ilibada, dentre outros aspectos, deve também ser ponderada; ou seja, agir mediante controle emocional, sob pena de incorrer em irregularidades e excessos.

O controle emocional é necessário para quem deve agir com o bom senso, principalmente nas questões profissionais, que o policial militar poderá enfrentar em sua atividade profissional, sobretudo no policiamento; visto que estará lidando com indiferenças, ilegalidades, violência dentre outras possíveis situações; sendo que não deve agir de forma agressiva e sim estar preocupado com sua defesa e a segurança das outras pessoas.

Aquele que possui a personalidade agressiva pode vir a causar grandes problemas para sua segurança pessoal ou mesmo de sua família; pois ao se expor de forma desnecessária e violenta, principalmente nos momentos em que se

encontra de folga resultará em reações, por parte dos criminosos, que passarão a hostilizar o miliciano, causando em alguns casos, um sentimento de temor e ameaça.

Em todas as situações que o miliciano pode se envolver, em termos de segurança, nas proximidades do local onde reside, deve ter em mente que não é prudente, nem viável querer ou resolver isoladamente; pois a Polícia Militar possui condições de, na medida do possível, trazer soluções, principalmente no que se refere à intensificação de policiamento, visando coibir a prática delitiva ou preservação da segurança pública.

A pessoa agressiva reage a todo acontecimento, segundo a sua interpretação mental, como se fosse ser submetido a uma disputa, sendo que a competição passa a reinar na pessoa e a vida toda luta para não passar pela experiência da exclusão (ARAÚJO, 2011).

O comportamento do policial militar, que por questões de pouca importância, facilmente resolvidas com bom senso, acabam por gerar grandes problemas e situações que aumentam o risco de agressão à sua integridade física.

Existem estudos que tratam do transtorno de personalidade, ou seja, o indivíduo não possui uma normalidade em sua maneira de viver, apresentando um problema comportamental perante a sociedade, afetando as áreas de influência de sua personalidade; expondo um comportamento insensível, com agressividade e explosões temporais (GONÇALVES, 2007).

A agressividade pode vir atrelada ao individualismo, sendo que esta violência vem surgindo em primeiro plano, na sociedade contemporânea onde praticamente ocorre um favorecimento do comportamento individualista manifestada, muitas vezes na procura de se fazer justiça pelas próprias mãos (ASSIS, 2007).

A agressividade é algo nato dos seres humanos, sendo até certo ponto necessária para a sua conservação, mas isto se limita quando surge com o sinônimo de iniciativa, ambição, decisão ou coragem. Apresentam-se ainda somada com o medo, emoções fundamentais na sustentação de processos decisórios (PAULON, 2009).

Portanto, na necessidade de se ocorrer uma decisão de agir ou não, frente ao perigo, o policial militar poderá dentre outros fatores ter a necessidade de ponderar a agressividade e o medo, como medida de defesa da sua integridade física.

4.2.12 Portabilidade de armamento

Sempre quando se fala em armamento tende-se a pensar em violência, pois todo armamento visa cumprir com o objetivo para o qual foi idealizado e construído; no entanto, de forma oposta, temos conhecimento do pensamento daqueles que defendem a razão de existir das armas de fogo, quando afirmam que as armas não trazem a violência, quem é violento, é o homem.

Certamente sabe-se que a arma somente irá funcionar, se alguém a manusear; no entanto não podemos nos deixar enganar que a arma facilita a conduta e o alcance do objetivo do homem, principalmente no que diz respeito a sensação de poder que ela proporciona.

Quando nos referimos à arma de fogo estamos comentando a respeito do uso da força, que pode ser colocada em evidência tanto para o mal, quanto para o bem, dependendo da vontade do homem.

Portar armamento pode parecer algo empolgante para os recém-formados, que logo se interessam em adquirir uma arma de fogo; claro que em toda regra existem exceções, mas estamos nos reportando ao pensamento generalizado.

O miliciano ao portar o armamento e estando de serviço possui a autorização para manuseá-la em público, mesmo porque já fica exposta a todos, como forma de identificação e ostensividade; já quando se encontra de folga, isto não deve ocorrer, visto que não se encontra mais fardado e ostensivo, nesta situação, ao contrário, a arma de fogo deve permanecer o mais oculto possível, sob pena de se tornar um alvo fácil para os maus feitores da lei.

A portabilidade do armamento é um fator de segurança, pois caso a arma fique exposta, quem a esta portando pode até não perceber, mas sua segurança ficará fragilizada, fazendo com que tenha uma falsa impressão de que com o porte de arma se encontra seguro.

Todo cidadão possui o direito de se defender frente a uma agressão, assim como o policial, que, além disto, possui a obrigação de prender quem estiver cometendo um flagrante delito, justificando o porte de arma de fogo.

De certa forma, a preocupação da portabilidade do armamento esta ligada à sua ostensividade, nos horários de folga. Soma-se a este sentimento a questão da ingestão de bebida alcoólica e freqüência em bares, que podem representar perigos ainda maiores aos policiais militares.

O infrator da lei ao visualizar uma arma de fogo em poder de uma pessoa em trajes civis fará com que sua ação seja ainda mais violenta oferecendo um risco ainda maior, do que se a arma não estivesse visível. Daí a razão da necessidade do policial ser instruído quanto a como portar o armamento em trajes civis, utilização ou não de coldres, permanência da arma em contato com o corpo e ter como principal regra o sigilo quanto ao seu porte, como medida protetora.

4.2.13 Função exercida na Instituição e preparo policial

Com o passar do tempo, que o policial militar exerce sua profissão, adquire experiências; no entanto, também pode ocorrer de em razão de sempre desempenhar uma determinada atividade vir a se acomodar e passar a não ter interesse em procurar novas técnicas e manter um treinamento rotineiro.

Durante o período de sua formação, os policiais militares, além das aulas teóricas e práticas, também participam de treinamentos de tiro e condicionamento físico; e, ao se formar e iniciar suas atividades nas diversas Unidades possa ou não vir a dar continuidade tanto no condicionamento físico, quanto no treinamento de tiro; isto dependendo da Unidade em que forem classificados.

A rotina do policial militar que exerce sua função em uma unidade do Corpo de Bombeiros difere, devido a natureza da missão, de alguém que esteja lotado em uma Unidade Operacional de policiamento; e, por sua vez também é diferente para quem pertence a alguma Unidade do Choque. Também existem diferenças nas Unidades de policiamento daqueles que desempenham a função em patrulhamento com viaturas de pequeno porte, dos que exercem atividade de Força Tática.

Em razão desta realidade, o policial militar passa a ter maior ou menor grau de preocupação com sua segurança, pois aquele que exerce uma função administrativa acaba não tendo que se preocupar com sua segurança, o que faz com que ao se encontrar de folga tende a manter este mesmo comportamento; ou

seja, nem sempre se vê obrigado a permanecer alerta a eventuais perigos; já os policiais militares que por sua natureza de modalidade de policiamento exige que estejam em constante situação de vigilância e segurança, da mesma forma transportam este sentimento para quando se encontra de folga.

Não cabe de forma alguma traçar comparação ou afirmar que aquele que trabalha no operacional deve ser mais bem treinado, do que quem trabalha na administração, pois aquele que atua hoje no operacional, pode amanhã trabalhar no administrativo, cabendo ser todas as atividades valorizadas; pois todo o serviço de uma forma ou de outra deverá ser feito (BARROS, 2005).

Na realidade o policial deve buscar o aprendizado e o treinamento, por entender ser esta condição de suma importância, para que possa exercer sua atividade profissional, procurando agregar qualidades técnicas e psicológicas para que sua tomada de decisão, nos momentos de risco a sua integridade, seja uma decisão legal e que garanta a sua vida (CAMPOS, 2011).

O treinamento continuado garante ao policial o desenvolvimento da memória psicomotora, habilidade desenvolvida por movimentos mecânicos, aplicando respostas intuitivas frente ao emprego real, voltado a não se tornar um alvo vulnerável em uma situação de risco (CAMPOS, 2011).

Caso a decisão seja a de reagir e não estando armado, o preparo deverá ser intenso com relação as técnicas de defesa pessoal, que por séculos vem demonstrando que um homem devidamente treinado pode atuar de forma eficaz, no entanto, quando não lhe resta mais nenhum outro recurso, frente ao certo e iminente risco de morte.

A defesa pessoal é um conhecimento próprio do policial, abrangendo conteúdos cognitivos e psicomotores; relevantes em um processo decisório e discricionário; sendo esta habilidade encarada como técnico-profissional (VALERIO, 2011).

4.2.14 Conduta e postura social

Os noticiários de televisão apresentam todos os dias diversas matérias relativas a ocorrências policiais de várias naturezas e resultados; notadamente

aquelas onde são narrados confrontos, que envolvam policiais militares, parecem despertar mais a atenção dos editoriais, visto que em alguns programas televisivos dedicam todo o horário para tais notícias.

Com isso, a pessoa informada de tais matérias passa a comentar com conhecidos pelas ruas, escolas e locais de trabalho; tecendo elogios ou críticas a respeito da conduta do policial militar, o que interfere de forma indireta na imagem da Instituição Policial-Militar, nos fazendo entender que a postura individual pode refletir na imagem do todo.

Neste contexto, destacamos o policial militar vítima de ofensa a sua integridade física, cuja notícia de fatos envolvendo sua pessoa seja veiculada na imprensa. Existem casos onde o policial militar é vítima de agressão, mas devido a sua profissão e condição social chegamos a conclusão de que poderia ter evitado tal infortúnio. Estamos falando de cautelas, que o policial militar deve ter para se precaver de situações de risco; e, dentre várias outras, gostaríamos de salientar a postura social do Militar do Estado.

A necessidade de se evitar a frequência em locais de risco, deve ser cobrada e fiscalizada, pois não estamos apenas voltados para o cumprimento da previsibilidade legal contida no Regulamento Disciplinar; mas sim, nossa preocupação se reveste na preservação da vida e integridade física do policial militar.

O policial militar que possui consciência de sua postura social devido a profissão pública e se mantém distante de locais, que possam oferecer risco de envolvimento em situações de perigo, com certeza estará zelando pela sua vida e contribuindo para a boa imagem da Instituição.

Para que se possam comentar posturas perigosas cometidas pelos policiais militares, em horário de folga, citamos a pertinência da conduta individual do policial junto a sociedade, levando em conta os valores morais e éticos.

Enquanto a moral é expressa, ou seja, normativa, uma vez que existe a necessidade de estabelecer os padrões de conduta do indivíduo na sociedade onde esta inserido; a ética nem sempre precisa ser normativa, no entanto advém da moral; resumidamente então os valores éticos existem, tendo por base os valores morais. (CHAUÍ, 1998).

Notadamente percebemos que se o policial militar, em horário de folga, assim como qualquer outro cidadão no contexto social, decide ofender os valores éticos, poderá estar partindo para a violência.

A violência se opõe à ética, pois esta é conduzida pelas idéias do bem, o justo, virtuoso; enquanto aquela pelo mau, injusto, vício; dessa forma, distingue-se uma ação ética virtuosa, quando for decidida pelo próprio agente, em condições históricas determinadas (CHAUÍ, 2007).

O policial militar atento a sua segurança deve agir tendo por base os ditames do bem; podendo ser mencionado a título de exemplificação, a conduta do policial em horário de folga nos momentos em que se encontra conduzindo seu veículo no trânsito, nos estabelecimentos comerciais em que escolhe para adentrar, nas pessoas com quem se relaciona, do ponto de vista da idoneidade e postura ilibada; tudo por ser, o policial militar uma pessoa especial, uma vez que ao exercer uma função pública, recai sob a sua pessoa não só as prerrogativas de um agente do Estado, mas também as responsabilidades inerentes ao cargo ocupado e a função que exerce.

4.3 Motivos

Para que se possa obter um bom resultado na busca da minimização da vitimização, por homicídio de policial militar da ativa, em horário de folga, além de serem comentadas as situações no momento dos fatos, existe também a necessidade de se discutir alguns fatores, que podem dar causa à vitimização.

Estes fatores estão longe de ser os únicos motivos que podem levar ao homicídio do policial militar, no entanto, certamente podem contribuir para tal resultado.

Desta forma, ocorre um aumento da probabilidade de ocorrência da vitimização, podendo então servir de alerta para os policiais militares, que eventualmente se encontrarem vivenciando estes fatores, de forma pontual ou generalizada, se pode concluir que tal profissional possui o perfil de um eventual policial militar vítima.

Afirmar que irá ocorrer a vitimização, isto não pode ser feito, visto que estes fatores não são os únicos determinantes; portanto sem que se tenha esta pretensão, o objetivo é noticiar aos integrantes da Instituição Policial-Militar e com isto gerar um aumento da segurança e preservação da vida do policial militar, valorizando sua pessoa e a sua família.

Neste contexto foram enumerados dois aspectos que podem determinar a vitimização do policial militar, dentro das circunstâncias descritas anteriormente: a) motivos passionais; b) resposta inadequada frente ao perigo;

4.3.1 Motivos passionais

No cotidiano é possível deparar ou tomar conhecimento de estórias trágicas, tendo por base conflitos familiares, intrigas amorosas, traições e separações de casais; pois são situações em que ocorre a influência de fortes emoções.

Estes casos existem há muito tempo, sendo retratados em obras literárias, televisão e cinema; e, infelizmente ainda continuarão a ocorrer; pois os motivos determinantes dos atos agressivos são natos do ser humano, sentimentos do tipo ódio, vingança, ciúmes e inveja.

A infidelidade conjugal nos dias de hoje deixou de provocar um choque social, pois são tantos casos que são noticiados; mas mesmo assim ainda é a grande temática nos crimes passionais.

Nos crimes de homicídio, que possuem por motivação as questões passionais, são observadas certas peculiaridades, tais como grande violência, quase sempre sem que a vítima possa ter condições de reagir e vestígios de que o autor do crime tenha proximidade da vítima.

Existem ainda aqueles casos em que o crime pode ser cometido por antigos parceiros, que não se conformam com o término do relacionamento e cometem o homicídio como forma de vingança.

A exposição social e o descrédito familiar acaba por fazer com que o miliciano que mantém um relacionamento fora do casamento ou se relaciona com pessoas já comprometidas faz com que tais ações, por serem clandestinas, sejam ocultadas e mantidas sob sigilo, dificultando então uma eventual investigação para

se chegar nos autores e após o devido processo legal, possam ser sentenciados pelo crime praticado.

O policial militar agindo dessa maneira assume o risco de vir a ser uma vítima de crime passional, pois nesta conformidade, caso venha a ser descoberto, nada poderá mudar a intenção daquele que se predispôs a praticar o crime.

Em condições de plena consciência não existe dúvida quanto ao motivo do crime, ao ser passional, nada mais é do que uma questão fútil ou torpe, movido por fortes emoções irracionais, que causam grandes catástrofes irreversíveis. Fútil quando for gerado por questões insignificantes, tais como um leve empurrão, já o motivo torpe ocorre por ódio, vingança e é o mais tipificado nos casos envolvendo crises de relacionamento.

O motivo passional se caracteriza pelo ciúme, pela possessividade, pela incapacidade de aceitação do término de um relacionamento amoroso; sendo que apesar de ser em comum, uma conduta própria do homem, a mulher também comete tais atos, no entanto com uma configuração diferenciada; ou seja, quando esta conduta possui como agente ativo o homem, o crime em sua maioria vem a ser planejado, já quando é praticado pela mulher, ocorre por um impulso repentino no momento de um caloroso desentendimento. Vale lembrar que o homicídio qualificado por motivo torpe deve ser enquadrado na legislação penal brasileira, como crime hediondo (ELUF, 2006).

A postura socialmente correta e a conduta ilibada do policial militar perante a sociedade se apresentam como fatores primordiais e inibidores de sua vitimização.

4.3.2 Resposta inadequada frente ao perigo

Diante do perigo não se pode estabelecer uma regra, sem que se tenha consciência de que haverá exceções; portanto convencionar o que deve ser ou não ser feito vale apenas como aspecto amplo, devendo ser adaptado; ou, não usado de acordo com a realidade, que estiver sendo vivenciada.

Quando um fato ocorre podemos avaliar e tecer inúmeros comentários críticos de como deveria ter sido a conduta da vítima; diversa da que foi adotada, em análise, isto devido ao fato de que não estamos na situação real e sim longe do

perigo; em razão disto vale lembrar que a rápida decisão por parte da vítima pode ser motivada em razão de falsas impressões, que trouxeram confiança para se agir; no entanto, a conduta acaba por ser a mais errada, que em grande parte dos casos, pode trazer ferimentos e levar a morte.

O miliciano deve ter como princípio a busca da preservação da vida, portanto seu instinto de defesa deve estar sempre aguçado, valendo dizer que a defesa vem antes de qualquer coisa. Primeiro é preciso se defender da ameaça direta e mais próxima, nos valendo de coberturas, abrigos e redução de silhueta; ao contrário do que muitos pensam em primeiro reagir, por cautela deve-se mudar este instinto e primeiro se abrigar para que possa exercer sua defesa.

O treinamento durante a instrução de tiro visa sempre a necessidade de o policial militar fazer seu deslocamento, durante o atendimento de ocorrência de gravidade, sempre de forma protegida, voltado sempre para o perigo; já em uma situação em que o miliciano esteja de folga, ao ser surpreendido deve antes mesmo de pensar em fazer uso do armamento, procurar se esquivar e se abrigar para na sequência fazer uso da força necessária para repelir a agressão.

A resposta é tida como inadequada frente uma situação de perigo, quando o resultado é diverso do esperado, principalmente nos casos em que exista evidência de que o melhor de ter sido feito era justamente não ter feito nada, pois não se deve colocar em risco o bem maior, que é a vida própria ou de terceiros.

A pessoa que for vítima de uma agressão repentina sofre alterações em seu comportamento, por puro instinto de defesa, dentre estas alterações nota-se a ocorrência de um alto grau de estresse, saber controlar e agir da melhor maneira possível nestes momentos é o grande desafio do policial militar, que pode significar a diferença entre viver ou morrer.

Analisando fisiologicamente, o estresse que surge no ser humano de maneira natural e serve para adaptar o organismo às situações de risco, onde ao literalmente enfrentar o perigo, as condições físicas de cada pessoa são capazes de realizar feitos extraordinários, não imagináveis em situações de normalidade.

O estresse se apresenta em algumas fases, sendo iniciada pela fase de choque da reação de alarme, que pode ser exemplificada pelo susto, que fará com que ocorra uma descarga de adrenalina na corrente sanguínea, provocando algumas adaptações do organismo a esta nova situação; caso o agente estressor

ainda continue, a pessoa passará para a fase da Resistência e posteriormente ingressará na fase da Exaustão, que pode até levar à morte (BALLONE, 1997).

Certamente apesar de existirem as fases em que o estresse se apresenta, em uma situação de risco, onde a resposta deve ser imediata, grande parte dos perigos serão abrangidos na primeira fase, justamente onde ocorrerá um aumento da frequência cardíaca e pressão arterial; contração do baço; o fígado libera glicose para ser utilizado como energia para os músculos; ocorrerá um aumento do fluxo de sangue para os músculos e cérebro; aumento da frequência respiratória e dilatação dos brônquios e das pupilas, ocorrendo uma preparação dos tecidos para possíveis danos. (BALLONE, 1997).

O psicólogo clínico, Artur Scarpato (2010), Mestre em Psicologia Clínica pela Pontifícia Universidade Católica, publicou em seu *Blog*³, considerações importantes para serem analisadas durante um treinamento, que busque a preservação da vida do policial militar, no momento do enfrentamento do perigo; pois aponta que em termos de reações existem quatro padrões de resposta comportamental frente a uma situação de risco, dentro de um estado defensivo, ocorrendo uma preparação do corpo, onde pode basicamente ocorrer: a luta (revidar); a fuga (evitar o perigo); o congelamento (paralisar-se) ou desfalecimento (desmaio para não sentir a dor) (SCARPATO, 2010).

Notadamente com o aumento do grau de perigo, o momento em que o policial militar vem a reagir; embora julgue ser a melhor alternativa, coloca em jogo a sua habilidade; a qual, caso não esteja preparado, pode ocorrer um resultado indesejado e irreversível.

³ Tipo de rede social na rede mundial de computadores, onde o autor pode publicar textos sobre determinado assunto, colhendo a manifestação das pessoas e trocando informações a respeito de vários assuntos de interesse.

Conclusão

O motivo da morte do policial militar é interpretado como sendo aquilo que determinou o resultado morte; sendo este aspecto mais dificultoso para se aferir, uma vez que nem mesmo a investigação mais completa, ainda que resulte em condenação do autor, pode vir a descobrir o real motivo do homicídio.

Para efeitos dos motivos foram delineados os aspectos da reação frustrada; ou seja, o resultado morte passa a ser determinado, quando o policial militar na maioria dos casos não obtém sucesso ao reagir, diante de uma situação de risco, para tal raciocínio foi inicialmente apresentada na tabela nº 22, que indica elevado percentual de homicídios, envolvendo roubo ou latrocínio de policial militar.

Em uma comparação são apresentados os índices de homicídio, roubo e latrocínio para o estado de São Paulo, conforme consta da tabela abaixo:

Tabela 36 - Taxa de homicídio e roubo por 100 mil habitantes.

Ano	Homicídio Doloso	Roubo	Latrocínio
1999	52,58	1.068,39	6,7
2000	51,23	1.046,44	5,18
2001	49,3	1.067,67	5,62
2002	43,73	1.139,51	5,05
2003	40,2	1.247,28	5,4
2004	31,54	1.069,32	3,9
2005	22,98	1.033,73	3,75
2006	18,4	981,67	3,54
2007	14,2	1.005,16	2,67
2008	11,54	1.002,14	2,79
2009	11,25	1.122,86	3,07
2010	10,64	986,35	2,55

Fonte: Secretaria dos Negócios da Segurança Pública⁴.

⁴ Informação disponível em: <www.ssp.sp.gov.br/estatistica/dados.aspx?id565>. Acessado em: 25 jul. 2011.

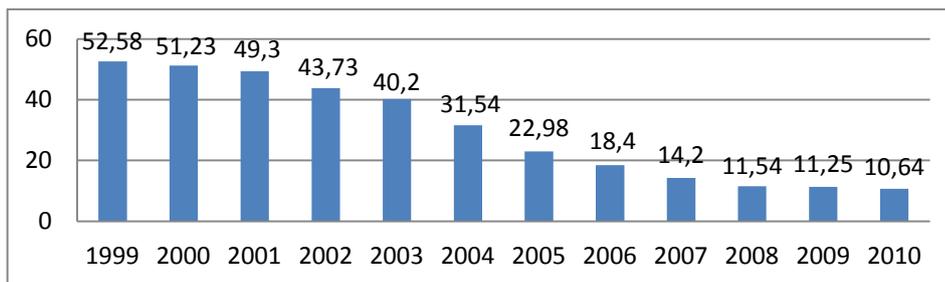


Gráfico 35 - Taxa de homicídio por 100 mil habitantes.

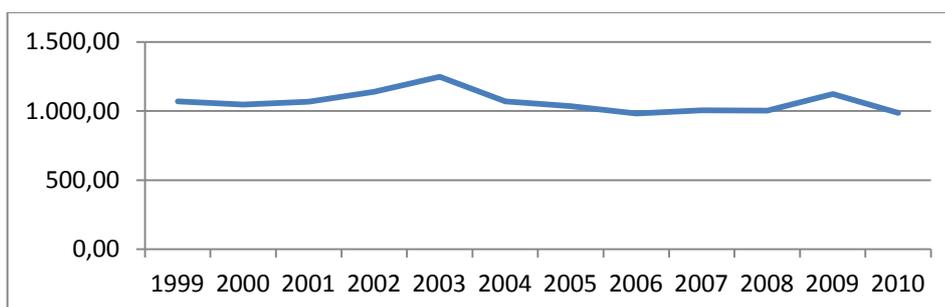


Gráfico 36 - Taxa de roubo por 100 mil habitantes

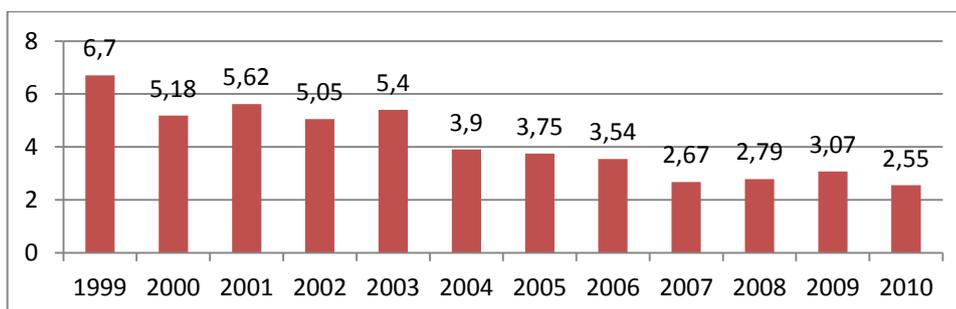


Gráfico 37 - Taxa de latrocínio por 100 mil habitantes

Vale ressaltar que a taxa de roubo tem apresentado ligeira queda, não tão acentuada como a taxa de homicídio e latrocínio.

Se considerarmos que a maioria das mortes violentas da população do estado de São Paulo ocorre por homicídio doloso e não por latrocínio, isto não ocorre com o policial militar, visto que o índice de latrocínio do efetivo da Instituição é superior aos homicídios dolosos. Isto levando em conta a interpretação, dos casos em que o miliciano foi vítima, em uma situação de roubo, conforme a tabela nº 22, anteriormente mencionada.

Desta maneira, concluímos inicialmente que por algum motivo o policial militar possui maior probabilidade de ser vítima de latrocínio, que o restante da

população. Agora ao pesquisar o dia da semana de maior incidência destes crimes, também surgiu disparidade entre o policial militar e o restante da população; visto que ocorreram mais homicídios de policiais militares na segunda-feira, conforme tabela nº 7, em contra partida ocorrem mais homicídios da população nos finais de semana:

Tabela 37 - Homicídios na capital do Estado de São Paulo no período de 2000 a 2011

	Madrugada	Manhã	Tarde	Noite	Incerto	Total	Total%
Segunda	1366	903	799	1914	114	5096	12,14%
Terça	809	848	829	2137	110	4733	11,27%
Quarta	1010	820	838	2114	83	4865	11,58%
Quinta	1048	824	818	2196	98	4984	11,87%
Sexta	1250	952	850	2578	87	5717	13,61%
Sábado	2485	1187	1142	3124	130	8068	19,21%
Domingo	2993	1322	1232	2853	131	8531	20,31%
Total	10961	6856	6508	16916	753	41994	100,00%

Fonte: INFOCRIM

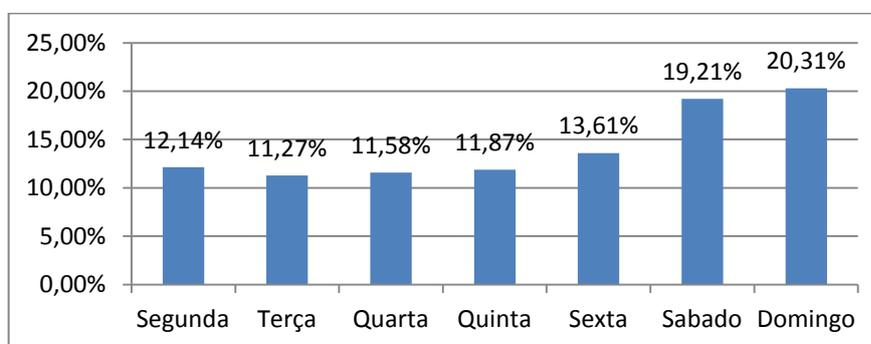


Gráfico 38 - Homicídios na capital do Estado de São Paulo no período de 2000 a 2011

Desta forma aglutinando as variáveis, se obtém que a maioria das mortes de policiais militares ocorre na seguinte situação: segunda-feira à noite, na via pública, fazendo uso de carro, ao ser vítima de roubo, estando armado. Já o perfil do policial militar vítima, com base na maioria dos casos catalogados, dos que foram vitimados é: casado, com menos de dez anos de serviço,

Ao se comparar com o resto da população percebe-se que a maior incidência de roubo é na sexta-feira à noite, divergindo do policial militar que a maioria dos

casos de homicídio, se deu por roubo em uma segunda-feira. Por que então esta diferença?

Para responder este questionamento apresenta-se uma variável de vitimização que traz grande influência no resultado morte, tratando-se da arma de fogo. Isto é o que diferencia o policial militar do restante da população; mas o que passa a ser determinante é a reação frustrada, na qual o policial sofre disparo de arma de fogo, no confronto armado, tanto que a maioria dos policiais militares vítimas sofrem apenas um disparo de arma de fogo, vide tabela nº 20, o que evidencia a rápida troca de tiros.

Mas se por um lado esclarece a questão da morte, por outro não explica a diferença do dia da semana. Neste ponto se faz necessário trazer um alerta de que existe de forma velada, uma forte tendência de não se registrar a real circunstância da morte do policial militar, notadamente quando do exercício da atividade extracorporação ligada a atividade de segurança, não por parte das autoridades, mas sim pela própria vítima, quando se tratar de tentativa de homicídio; ou no caso de homicídio, por parte de informações divergentes de pessoas ligadas à vítima.

Esta ocultação da realização da atividade de segurança particular ocorre na tentativa da vítima que sobrevive não vir a ser responsabilizada disciplinarmente por cometimento de transgressão disciplinar capitulada no nº 26, do artigo 13 da Lei Complementar nº 893, de 09 de março de 2001, que instituiu o Regulamento Disciplinar da Polícia Militar - RDPM: “26 – exercer ou administrar, o militar do Estado em serviço ativo, a função de segurança particular ou qualquer atividade estranha à Instituição Policial-Militar com prejuízo do serviço o com emprego de meios do Estado (G)”.

No caso de homicídio, dentro deste raciocínio, a realização de atividade de segurança particular somente, em alguns casos, acaba aflorando com o desenrolar da investigação, mas no momento do registro do fato, que foi a fonte da pesquisa, por vezes esta informação não havia sido obtida.

Então se obtém o roubo como a variável de maior incidência, do ponto de vista da circunstância, estando o policial militar exercendo atividade extracorporação, onde potencializa sua exposição ao perigo ou na situação em que sofre pessoalmente um roubo. Nestas circunstâncias pode ser dito que o policial foi vítima na defesa de seu próprio patrimônio ou de terceiros.

Com relação aos casos pesquisados onde os policiais foram vítimas de homicídio ou tentativa, observamos que na maioria dos casos, o policial militar esta em desvantagem, ou seja, mais de um agressor; bem como, grande parte dos policiais vítimas sofre apenas um disparo; conforme registro na tabela 38:

Tabela 38 - Comparativo entre quantidade de agressores e disparos.

	1 Agressor	2 Agressores	3 Agressores	4 Agressores ou mais	Indefinido
1 Disparo	14%	21%	6%	1%	9%
2 Disparos	3%	9%	4%	2%	1%
3 Disparos	5%	5%	2%	1%	1%
4 Disparos	1%	3%	1%	1%	1%
5 Disparos ou mais	1%	4%	1%	2%	2%

Este número reduzido de disparos pode ser explicado em razão da rápida troca de tiros entre a vítima e os agressores, isto levando em consideração que na maioria dos casos, o policial sofria um roubo ou foi intervir.

Na pesquisa realizada junto a tropa, observamos sob o aspecto da relação treinamento e sentimento pessoal de estar preparado para enfrentar uma situação de risco, a qual pode ser observado na tabela 39:

Tabela 39 - Relação entre treinamento e preparo

	Pouco preparado	Relativamente preparado	Preparado
Nenhuma	2%	3%	1%
Uma vez ao ano	22%	40%	13%
Duas vezes ao ano	1%	4%	3%
Três ou mais vezes ao ano	1%	2%	9%

Ficou demonstrado que o sentimento de estar ou não preparado é diretamente proporcional ao treinamento; ou seja, quanto mais ocorrer o treinamento, aumentará a sensação de estar preparado para enfrentar o perigo.

A maioria dos entrevistados revelou que realiza um único treinamento de tiro ao ano e o reflexo disto é que se sentem relativamente ou pouco preparados para agir; este quadro pode ser alterado, se a Instituição adotar medidas para que ocorram mais treinamentos no decorrer do ano.

Diante desta situação foi pesquisada a relação entre se sentir preparado para agir e portar o armamento no período de folga, conforme tabela abaixo:

Tabela 40- Relação entre Portabilidade da arma e preparo

	Pouco preparado	Relativamente preparado	Preparado
Nunca	8%	6%	2%
Raramente	9%	15%	4%
Quase sempre	3%	13%	8%
Sempre	5%	15%	13%

Aqueles que não se sentem preparados, raramente ou nunca portam arma no período de folga, sendo esta uma medida prudente e pode ser alterada, na medida em que aumentar os treinamentos; como pode ser observado, junto aos que se sentem preparados, onde quase sempre ou sempre estão armados.

No que diz respeito ao treinamento foi verificado que uma minoria do efetivo entrevistado já participou de instrução de tiro em trajes civis, conforme consta na tabela 30; mesmo assim, na maioria destas instruções foram utilizados coldres, que mantém o armamento ostensivo; situação bem diferente da realidade, quando o policial esta fora de serviço.

Em que pese todo o efetivo deva ser conscientizado dos riscos a integridade física foi verificado que, a maioria dos policiais vítimas estava nos dez primeiros anos da carreira, daí então a necessidade de se adotar medidas direcionadas para este perfil de policial militar, conforme se observa na tabela abaixo:

Tabela 41 - Tempo de serviço e homicídio ou tentativa de homicídio

	Tentativa de homicídio	Homicídio
Até 10 anos de Sv.	13%	31%
11 a 20 anos de Sv.	11%	23%
Acima de 21 anos de Sv.	8%	14%

Antes mesmo de buscar soluções destas situações, no sentido de apenas noticiar tais perigos, necessário se faz, procurar criar medidas inteligentes para que cada vez mais, se torne difícil para um policial militar passar a se identificar no perfil perigoso de ser uma vítima em potencial.

Diante desta preocupação surge a proposta de um aprofundamento nestes aspectos preventivos, voltados para a instrução ainda no período de formação do policial militar; em seguida para o efetivo pronto, direcionar os esforços para a conscientização do risco; e, em seguida, estabelecer uma rotina de orientação e treinamento.

Apresentamos, em anexo, um Memento de Diretriz, que sistematiza estas necessidades: a) na área da instrução (adequação de uma Unidade Didática nos cursos de Soldado, Sargento e Oficial voltados à Policial Militar vítima); b) na parte de conscientização, instrução e treinamento (adequação de uma Unidade Didática no currículo do Estágio de Atualização Profissional; Instrução Continuada de Comando; Vídeo Instrução; palestras por integrantes da Corregedoria, em especial da Equipe PM Vítima, nas Unidades Policiais e adaptação ao Método Giraldi); tudo voltado ao assunto de policial militar vítima, no horário em que estiver de folga e em trajes civis.

Os Mementos servem de roteiro para elaboração de documentos de Estado-Maior, na Polícia Militar do Estado de São Paulo, previsto no artigo 18, das Instruções para elaboração de documentos de Estado-Maior:

Artigo 18 – Mementos são formas de organizar e apresentar os dados do texto de um documento de Estado Maior em uma ordem seqüencial determinada e preestabelecida, de forma a tornar mais fáceis à compreensão, a análise lógica e a obtenção de conclusões adequadas e bem fundamentadas, assegurando que sejam considerados todos os aspectos significativos do assunto tratado.

§ 1º - Os Mementos apesar de lógicos e úteis, não são rígidos, servem como guia, modelo ou ponto de referência para a elaboração do documento de Estado Maior.

§ 2º - Nada havendo a regular em um determinado parágrafo, subparágrafo ou suas frações, não deverão ser mencionados no texto. Igualmente devem ser eliminados do texto os que não forem essenciais e esclarecedores (I-25-PM, 1998).

Por fim, deve ser analisado que o risco possui como característica não ser estático, desta forma o estudo dos erros que podem levar a vitimização do policial militar deve ser constante e atualizado na medida em que novas situações forem identificadas. Neste sentido, deve ser constatado que podem ocorrer outros fatores, ainda não relacionados, pois se trata de um infeliz universo ainda em estudo.

Bibliografia

ADORNO, Sérgio. *A abordagem sociológica da criminalidade*. Rio Grande do Sul: Instituto dos Advogados do Rio Grande do Sul, 19 jul. 1988.

_____. *Violência urbana, justiça criminal e organização social do crime*. São Paulo: Departamento de sociologia da USP, mar. 1990.

_____. *O Adolescente e a criminalidade urbana em São Paulo*. In Revista brasileira de ciências criminais, nº 23. São Paulo: Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, set. 1998.

ANDRADE, Renato Cardoso de Almeida. *A banalização da violência e o espetáculo do crime*. Paraná, 27 mai. 2007. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/canal/direto-e-justica/news/243016/?noticia=a+banalizacao+da+violencia+e+o+espetaculo+do+crime>>. Acesso em: 07 mai. 2011.

ARAÚJO, Antonio Carlos Alves de. *Agressividade (análise psicológica)*, São Paulo, 28 Abr. 2011. Disponível em <http://antonioaraujo_1.tripod.com/psico1/portugues/agressao/agress.html>. Acesso em: 28 Abr. 2011.

ASSIS, Rafael Damaceno de. *A violência e a Segurança Pública*, São Paulo, 05 Fev. 2007. Disponível em <<http://www.webartigos.com/articles/1090/2/A-violencia-E-A-Seguranca-Publica/pagina2.html>>. Acesso em: 28 Abr. 2011.

BALLONE, Geraldo. *Estresse, ansiedade e esgotamento*. Campinas, 1997. Disponível em: <<http://www.cerebromente.org.br/n11/doencas/estresse.htm>>. Acesso em: 03 mai. 2011.

BARROS, Lucio Alves de. *Polícia e sociedade: um estudo sobre as relações, paradoxos e dilemas do cotidiano policial*. Minas Gerais, abr. 2005. Disponível em: <http://www.crisp.ufmg.br/arquivos/teses_monografias/tese_lucio_alves.pdf>. Acesso em: 04 mai. 2011.

BEATO, Cláudio. *Compreendendo e avaliando: projetos de segurança pública*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008.

BENEVIDES, Maria Victória; FERREIRA, Rosa Maria Fischer. *Respostas populares e violência urbana: o caso de linchamento no Brasil (1979-1982)*. In Crime, violência e poder – Paulo Sérgio Pinheiro (org.). São Paulo: Brasiliense, 1983.

BRASIL, Lei nº 5.172, de 25 out. 1966. *Código Tributário Nacional*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5172.htm>. Acesso em: 03 ago. 2011.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 05 out. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 06 out. 2011.

CAMARGO, Carlos. *Dicas de segurança. Os perigos da rotina para sua segurança*, São Paulo, 2011. Disponível em: <http://universidade.caixa.gov.br/publico/parceiros_dicas/dicas_seguranca>. Acesso em: 02 mai. 2011.

CAMPOS, Alexandre Flecha. *Questão de sobrevivência policial: minimizando os riscos da profissão*. Goiás, 2011. Disponível em: <<http://www.vitimizacao policial.com.br/artigos/questao-de-sobrevivencia-policialminimizando-os-riscos-da-profissao/>>. Acesso em: 04 mai. 2011.

CARNEIRO, Leandro Piquet. *Para medir a violência*. 2011. Disponível em: <<http://www.comunidadessegura.org/files/paramediraviolencialeandropiquet.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2011.

CARVALHO, Glauber Silva de. *Abordagem teórica da Violência Criminal: respostas das Ciências Sociais a um momento político*. Dissertação de Mestrado, Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo: São Paulo, 1999.

CARVALHO, Glauco Silva de. *O papel do policiamento na redução de indicadores criminais: paradoxo ou decorrência lógica?* 201 p. Dissertação, Doutorado profissional em Ciências Policiais e Segurança da Ordem Pública, Centro de Altos Estudos Sociais: São Paulo, 2010.

CHAUÍ, Marilena. *Ética e violência, colóquio e interlocuções*. Londrina, 1998. Disponível em: <<http://www2.fpa.org.br/o-que-fazemos/editora/teoria-e-debate/edicoes-anteriores/ensaio-etica-e-violencia>>. Acesso em: 05 mai. 2011.

_____. *Ética, violência e racismo*. Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.ifcs.ufrj.br/~observa/bibliografia/artigos_internet/chau_i_M_contra_31032007.htm>. Acesso em: 05 mai. 2011.

COELHO, Edmundo Campos. *A oficina do diabo, crise e conflitos no sistema penitenciário do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: IUPERJ, 1987.

_____. *A oficina do diabo e outros estudos sobre a criminalidade*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

CRUZ, Marcos Vinicius Gonçalves da; BATITUCCI, Eduardo Cerqueira. *Homicídio no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

ELUF, Luiza Nagib. *Crime passionai*, São Paulo, 05 Out. 2006. Disponível em: <http://www.violenciamulher.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=643&catid=1:artigos-assinados&Itemid=5>. Acesso em 29 Abr. 2011.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa*. 3ª Edição. Curitiba: Positivo, 2004.

FONSECA, Antonio Fernandes da. *Psiquiatria e psicopatologia*, 2ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1997.

GESPOL. *Sistema de Gestão da Polícia Militar do Estado de São Paulo*. 2 ed. dez. 2010. Disponível em: <http://www.policiamilitar.sp.gov.br/livro_gespol.pdf>. Acesso em: 06 out. 2011.

GIRALDI, Nilson. *Método GiralDI: Tiro defensivo na preservação da vida*. Disponível em: <http://www.corregedoriageral.rn.gov.br/cbm_arquivos/menu/leis/GIRALDI-TIRO%20DEFENSIVO-REVOLVER.doc>. Acesso em: 06 out. 2011.

GONÇALEZ, Alline Gonçalves et al. *Crime organizado*. 2011. Disponível em: <<https://www2.mp.pa.gov.br/sistemas/gcsubsites/upload/60/Crime%20organizado%20BL.pdf>>. Acesso em: 09 mai. 2011.

GONÇALVES, Vânia Carmen de Vasconcelos. *Criminologia*, São Paulo, 01 Jun. 2007. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/articles/1770/1/Criminologia/pagina1.html>>. Acesso em: 28 Abr. 2011.

GUILHERME, Luiz Roberto Guimarães. *Fundamentos da análise de risco*. Minas Gerais, jan. 2005. Disponível em: <http://www.biotechnologia.com.br/revista/bio34/fundamentos_34.pdf>. Acesso em: 12 mai. 2011.

HARGREAVES, Lourdes et al. *Qualidade em prestação de serviços*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Senac Nacional, 2005.

HENRIQUE, Joice. *Gestão da Qualidade na Polícia Militar - Conceitos de qualidade total, implantados na Polícia Militar do Estado de São Paulo, põem em relevo a necessidade de se aperfeiçoar a gestão para alcançar melhores resultados*. Agência Imprensa Oficial. São Paulo, 2011. Disponível em <http://www.revista.fundap.sp.gov.br/revista1/gest_qualid_PM.htm>. Acesso em: 04 abr. 2011.

I-25-PM. *Instruções para elaboração de documentos de Estado-Maior*. São Paulo: PMESP, 1998.

KAHN, Túlio. *Cidades blindadas ensaios de criminologia*. São Paulo: Brasiliense & Associados, Sicurezza, 2002.

LAZZARINI, Álvaro et al. *Direito administrativo da Ordem Pública*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense: 1987.

LIRA, Jairo Paes de. *Violência preordenada contra o policial militar*. 100 p. Dissertação, Mestrado profissional em Ciências Policiais e segurança da Ordem Pública, Centro de Altos Estudos Sociais: São Paulo, 1990.

LOCHE, Adriana et al. *Sociologia jurídica: estudos de sociologia, direito e sociedade*. Porto Alegre: Síntese, 1999.

LOPEZ, E. Mira Y, *Psiquiatria*. Rio de Janeiro: Científica, 1959.

MARCELLINO, Nelson Carvalho (org.). 2.ed. *Introdução às Ciências Sociais*. Campinas: Papyrus, 1988.

MARIA, Adriana; VIEIRA, Cristina; BEVILACQUA, Viviane. *Quem age sem pensar pode ter distúrbios psiquiátricos, diz estudo*. Redação donna, São Paulo, 17 ago. 2010. Disponível em: < <http://www.clicrbs.com.br/especial/rs/donna/19,206,3008416,Quem-age-sem-pensar-pode-ter-disturbios-psiquiatricos-diz-estudo.html>>. Acesso em: 12 abr. 2011.

MIGUEL, Marco Antonio Alves. *Ciências policiais de segurança e da ordem pública: conceituação e relevâncias diante da globalização*. São Paulo, 2011. Disponível em: <http://www.polmil.sp.gov.br/unidades/apmbb/pdf/artigo_1.pdf>. Acesso em: 19 mai. 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza, et al. *Vitimização policial*. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <www.vitimizacaoapolicia.com.br/pesquisas/riscos-percebidos-e-vitimizacao-de-policiais-civis-e-militares-na-inseguranca-publica/>. Acesso em: 14 jan. 2011.

MOLINA, Antonio Garcia-Pablos de. *Criminologia: introdução e seus fundamentos teóricos*. 2ª edição. São Paulo: Editora revista dos tribunais, 1997.

MOREIRA, Daniel Augusto. *O método fenomenológico na pesquisa*. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004.

NEVES, Lucia Maria Wanderley. *Educação e política no limiar do século XXI*. Campinas: Autores Associados, 2000.

OLIVEIRA, Elton. *Percepção de riscos*. São Paulo, 15 abr. 2011. Disponível em: <http://www.smcontinental.srv.br/index.php?option=com_content&view=article&id=193%3apercepcao-de-riscos&catid=45%3aminuto-de-seguranca&itemid=96&lang=pt>. Acesso em: 03 mai. 2011.

PAIXÃO, Antonio Luiz. *Crimes e criminosos em Belo Horizonte, 1932-1978*. In Crime, violência e poder – Paulo Sérgio Pinheiro (org.). São Paulo: Brasiliense, 1983.

PAULON, Wagner. *Agressividade e psicanálise*, São Paulo, 26 Out. 2009. Disponível em < <http://www.webartigos.com/articles/26980/1/AGRESSIVIDADE-E-PSICANALISE/pagina1.html>>. Acesso em: 28 Abr. 2011.

PERALVA, Angelina. *Violência e democracia: o paradoxo brasileiro*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Escritos indignados: Polícia, Prisões e Política no Estado Autoritário*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PINHO, Sheila Zambello de. *Formação de educadores: o papel do educador e sua formação*. São Paulo: editora UNESP, 2009.

REIS, Linda G. *Produção de monografia: da teoria à prática*. 2 ed. Brasília: Senac, 2008.

SANTOS, José Ronaldo Silva dos. *A banalização das violências e seus efeitos sobre o comportamento social*. Bahia, 02 jan. 2011. Disponível em: <<http://www.midiaindependente.org/pt/blue/2011/01/483815.shtml>>. Acesso em: 07 mai. 2011.

SANTOS, Vanice dos; CANDELORO, Rosana j. *Trabalhos acadêmicos: uma orientação para a pesquisa e normas técnicas*. Porto Alegre: AGE, 2006.

SÃO PAULO. Lei Complementar n. 1.036, de 11 jan. 2008, *institui o sistema de ensino da Polícia Militar do Estado de São Paulo e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/157002/lei-complementar-1036-08-sao-paulo-sp>>. Acesso em: 19 mai. 2011.

SAPORI, Luis Flávio. *Segurança pública no Brasil: desafios e perspectivas*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

SCARPATO, Artur. *Os quatro padrões de resposta frente ao perigo: lutar – fugir – congelar – desfalecer* in BLOG da ansiedade e do pânico. Publicado em 22 jul. 2010. Disponível em: <<http://blog.psicoterapia.psc.br/2010/07/22/as-quatro-direcoes-do-ansiedade-e-medo-lutar-fugir-congelar-desfalecer/>>. Acesso em: 03 mai. 2011.

SILVA, Célio Egídio da. *As ciências policiais de segurança e de ordem pública e o direito penal militar*. São Paulo, 2011. Disponível em: <<http://www.tjmosp.jus.br/exposicoes/art002.pdf>>. Acesso em: 19 mai. 2011.

SILVA, Jorge da. *Controle da criminalidade e segurança pública na nova ordem constitucional*. 2ª Edição. Rio de Janeiro: Forense, 2008.

SOUZA, Percival de. *Sindicato do crime*. São Paulo: Ediouro, 2006.

VALERIO, Sander Moreira. *Defesa pessoal: uma habilidade técnico-profissional*. Rio Grande do Sul, 2011. Disponível em: <http://www.tkdlivre.com/newtkdlivre/index.php?view=article&catid=2%3Atrabalhos-academicos&id=134%3Adefesa-pessoal-uma-habilidade-tecnico-profissional&format=pdf&option=com_content&Itemid=8>. Acesso em: 04 mai. 2011.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro et al. *Aula: gênese, dimensões, princípios e práticas*. Campinas: Papyrus, 2008.

VIAPIANA, Luiz Tadeu. *Economia do crime*. Porto Alegre: AGE, 2006.

ZALUAR, Alba. *Condomínio do diabo: as classes populares urbanas e a lógica do “ferro” e do fumo*. In Crime, violência e poder – Paulo Sérgio Pinheiro (org.). São Paulo: Brasiliense, 1983.

_____. *Integração perversa: pobreza e tráfico de drogas*. Rio de Janeiro: Editora: FGV, 2004.

APÊNDICE A – Memento de Diretriz: Programa de preservação da vida do policial militar

MEMENTO DE DIRETRIZ



Exemplar N° _____ de _____ cópias.

SÃO PAULO.

281830JAN11

PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA VIDA DO POLICIAL MILITAR

SCmtG

DIRETRIZ N° SCMTG-000/000/11

Ref.:

1. FINALIDADE

a. A presente Diretriz tem por finalidade estabelecer as linhas gerais e prescrições a serem observadas para o planejamento, coordenação, execução e controle do PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO DA VIDA DO POLICIAL MILITAR.

2. SITUAÇÃO

a. Em razão do elevado número de ocorrências em que policiais militares são vítimas de homicídio ou tentativa quando se encontram no período de folga.

b. A necessidade de rotineiramente conscientizar e instruir todo o efetivo da Instituição, quanto as situações de risco, bem como das formas mais seguras de atuar quando da necessidade da intervenção em eventos diversos vinculados a atividade funcional, ainda que fora do horário de serviço.

c. Após o término dos cursos de formação, em geral, os policiais militares diminuem seus treinamentos táticos, acarretando num baixo nível técnico de atuação, excetuando-se o efetivo especializado que, devido as peculiaridades de sua missão, desenvolve um constante e permanente preparo.

d. Pesquisa realizada no CAES demonstrou que o que resulta na morte da maioria dos policiais militares que são vítimas de homicídio ou tentativa é a reação contra a ação criminosa do meliante, apontando circunstâncias agravantes que podem gerar a necessidade da reação.

3. OBJETIVOS

- a. Minimizar a vitimização, por homicídio, de policial militar no horário de folga.

4. MISSÃO

- a. Conscientizar o policial militar quanto as situações de risco e circunstâncias que podem acarretar em seu homicídio.
- b. Estudar novas técnicas de treinamento para a preservação da vida do policial militar quando estiver de folga.

5. EXECUÇÃO

a. Conceituação

1) Na formação:

- a) Incluirá uma Unidade Didática em todos os cursos de formação, procurando trazer àquele que esta ingressando na carreira policial militar, a conscientização dos riscos que podem causar ofensas a integridade física do policial militar quando estiver em seu horário de folga.

2) Na conscientização:

- a) Realizará palestras nas Unidades Policiais para que todo o efetivo possa tomar conhecimento das circunstâncias de risco a integridade física do policial militar.
- b) Produzirá vídeo de instrução para que possa ser veiculado a todo o efetivo da Instituição, procurando conscientizar o policial militar à respeito da vitimização por homicídio no horário de folga.
- c) Confeccionará uma Instrução Continuada de Comando para que possa servir de conscientização por parte dos policiais militares, atuando nas preleções diárias a todo o efetivo da Instituição.
- d) Produzirá Nota de falecimento quando do falecimento de policial militar divulgada na *Intranet*, para que todo o efetivo tome conhecimento do caso fatídico.

3) No treinamento:

- a) Com base no método Giraldi estudará e desenvolverá instrução de técnicas de atuação policial quando o policial militar estiver de folga e em trajes civis, sobretudo no que diz respeito a portabilidade de arma de fogo e pronta resposta.
- b) Nos Estágios de Aprimoramento Profissional (EAP) incluirá uma Unidade

Didática para tratar de orientação ao policial militar, com relação a sua segurança no horário de folga.

b. Atribuições particulares

1) Correg PM: Manter constante acompanhamento de ocorrências em que policiais militares são vítimas de homicídio ou tentativa, destacando um Oficial e dois Praças para a realização de palestras quando solicitado por outras Unidades.

2) DEC:

(a) providenciar a inclusão de uma Unidade Didática na carga horário de aulas nos cursos de formação e no EAP.

(b) providenciar a formação de uma comissão de Oficiais para estudar e propor novas técnicas ou adaptações, com relação a portabilidade e ao emprego de arma de fogo em horário de folga.

3) CCOMSOC: providenciar a produção de vídeo treinamento referente ao tema.

4) quando o policial militar for vítima de homicídio deverá ser elaborada, pelo respectivo P/5 da OPM a qual a vítima pertencia, uma nota de falecimento e publicada na *Intranet*.

Cel PM Subcomandante Geral